

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA**

**OS SENTIDOS DA CRISE FINANCEIRA NOS  
EDITORIAIS DE CARTACAPITAL E VEJA: ENTRE  
DIVERGÊNCIAS DISCURSIVAS, A DISPUTA DE  
PROJETOS PARA O BRASIL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**João Victor Borba Moura e Silva**

**SANTA MARIA**

**2013**

**JOÃO VICTOR BORBA MOURA E SILVA**

**OS SENTIDOS DA CRISE FINANCEIRA NOS EDITORIAIS DE CARTACAPITAL E  
VEJA: ENTRE DIVERGÊNCIAS DISCURSIVAS, A DISPUTA DE PROJETOS  
PARA O BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, linha de pesquisa Mídia e Identidades Contemporâneas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Franz Amaral

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
Área de Concentração: Comunicação Midiática

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a dissertação de Mestrado

**OS SENTIDOS DA CRISE FINANCEIRA NOS EDITORIAIS DE CARTACAPITAL E  
VEJA: ENTRE DIVERGÊNCIAS DISCURSIVAS, A DISPUTA DE PROJETOS  
PARA O BRASIL**

elaborada por

**João Victor Borba Moura e Silva**

Como requisito para obtenção do grau de

**Mestre em Comunicação**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Márcia Franz Amaral, Dra. (UFSM)**

(Presidente/Orientadora)

---

**Laura Strelow Storch, Dra. (UFSM)**

---

**Ângela Cristina Trevisan Felippi, Dra. (UNISC)**

Santa Maria, 20 de dezembro de 2013.

## AGRADECIMENTOS

*“Cidades, lugares, pessoas, saudades,  
Lembranças, estradas, bandeiras,  
Amigos, irmãos, companheiros, comparsas  
Do bando, da vida guerreira  
A força do teu coração é a força do meu coração  
Nossa voz, estamos todos pelaí  
Questão de fé”*

*Gonzaguinha*

Concluir uma dissertação é um processo solitário. Depois de dois anos de Mestrado colocar tudo no papel não é um trabalho simples. Exige renúncias e noutros lados da vida. Mas, passada essa etapa, é tempo de agradecer aqueles que tornaram mais fácil esse caminho. Que foram presentes nas horas importantes, solidários e compreensivos.

À(s) família(s) o primeiro agradecimento, por terem me ajudado tanto em tantas coisas. Aos meus pais e avós, que acompanharam de longe, e de longe sofreram, esse tempo para verem a alegria da coisa concluída. Aos irmãos de sangue e aos irmão da vida. Aos amigos do Viés e agregados. Aos companheiros de luta e de suor. Todos são parte do que está aqui.

Também àqueles que de uma forma ou de outra colaboraram nesse processo. Aos colegas de mestrado e aos professores do Programa, fundamentais para oxigenar as ideias nos momentos de dificuldade. Aos servidores e bolsistas do Programa, que tornam o trabalho acadêmico mais fácil. Ao Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul, seus diretores e funcionários, pela ajuda com a coleta dos editoriais de CartaCapital. Ao Marcos, pela ajuda com as transcrições e pela força de sempre. Ao Gianluca, pela tradução do resumo para o inglês e pelas ideias trocadas. Ao Felipe e a Nathália, pela ajuda na correção do trabalho – os erros que ainda permanecerem são de minha inteira responsabilidade.

À minha orientadora, professora Márcia, que confiou em mim nesse projeto. À CAPES, pela disponibilização da bolsa que fez dessa dissertação minha principal atividade. À Panka, que torna até as menores coisas especiais.

Muito obrigado.

*Sou traíçoeiro o bastante para não acreditar na  
liberdade de um homem ou grupo para explorar,  
atormentar ou massacrar outros homens ou grupos.  
Acredito no despotismo da vida humana e da felicidade  
contra a liberdade do dinheiro e das posses.*

*John Steinbeck*

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Ciências Sociais e Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Comunicação**

Título: Os Sentidos Da Crise Financeira nos Editoriais de CartaCapital e Veja: entre divergências discursivas, a disputa de um projeto para o Brasil

Autor: João Victor Borba Moura e Silva

Orientadora: Márcia Franz Amaral

**RESUMO**

A presente dissertação tem como objetivo compreender os sentidos construídos sobre a crise financeira nos editoriais de duas revistas semanais de informação entre setembro de 2008 e dezembro de 2009. Para tal, utiliza-se a Análise do Discurso de corrente francesa (AD) e seu aporte teórico-metodológico. Como suporte teórico necessário para aplicação da AD utiliza-se a revisão bibliográfica de temas que dão base aos Discursos das revistas. Assim, temas correlatos como o jornalismo opinativo e o editorial, o jornalismo econômico e em revista, os modelos econômicos das últimas décadas, a crise em si e um histórico das Condições de Produção (CP) das revistas estudadas são observados. Como ferramenta metodológica utiliza-se o conceito das famílias parafrásticas (FPs), que auxiliam na identificação dos sentidos e seu agrupamento em Formações Discursivas (FDs). A revisão desses conceitos aliados à Análise leva a algumas conclusões quanto aos sentidos construídos pelas duas revistas nesse período ao estabelecer quatro Formações Discursivas, duas presentes em ambas as revistas, e duas presentes unicamente em cada uma delas. Em consonância com seus históricos, revisados nesse trabalho, CartaCapital construiu sentidos keynesianos ao fazer uma dura crítica ao neoliberalismo e considerar a volta de um Estado forte como solução para a crise, enquanto Veja construiu sentidos neoliberais ao dar menor importância à crise, não ver com bons olhos um aumento do Estado e defender o modelo neoliberal mesmo em meio à crise. Em ambas as revistas um sentido de alarme quando do estopim da crise foi encontrado, o que aproxima uma parte dos discursos dos editoriais dessas publicações ao relato do acontecimento como é prática no jornalismo informativo. Outra FD encontrada em ambas as revistas foi de um discurso em emergência, do Lulismo, formulação social-econômica de caráter difuso e que, por essa natureza, ganhou espaço nos editoriais enquanto defesa do Brasil como país forte em meio à crise apesar das diferenças ideológicas das revistas. A partir disso que se estabeleceu as Formações Ideológicas por revista, sendo em CartaCapital a subordinação das regiões ideológicas à busca pela igualdade dentro do capitalismo e em Veja a subordinação das regiões ideológicas à liberdade dos mercados, numa situação em que ambas procuram revestir de suas premissas o discurso lulista em emergência. A compreensão da maneira como os editoriais de duas revistas constroem sentidos sobre uma crise de grandes proporções auxilia na avaliação da forma que compreendem a sociedade e suas identidades, já que são

esses momentos que levam ao limite as possibilidades em jogo no plano discursivo. Portanto, a temática aqui estudada tem pertinência à linha de pesquisa Mídia e Identidades Contemporâneas, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM, já que um estudo do papel da Comunicação Midiática na construção de dinâmicas sociais.

**Palavras-Chave:** Análise do Discurso. CartaCapital. Crise Financeira. Editorial. Jornalismo Opinativo. Veja.

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Ciências da Comunicação  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Title: The meanings of the financial crisis in editorials by *CartaCapital* and *Veja*: amongst discursive divergences, the dispute over a project for Brazil

Author: João Victor Borba Moura e Silva

Adviser: Márcia Franz Amaral

### **ABSTRACT**

This dissertation aims at understanding the meanings which were built on the financial crisis in editorials by two weekly news magazines between September, 2008 and December, 2009. For that, we use French Discourse Analysis and its theoretical-methodological framework. As a theoretical basis needed for the application of Discourse Analysis, we use literature review on topics grounding the magazines' Discourses. Therefore, correlated topics, such as opinion journalism and the editorial, economics journalism and magazine journalism, the economic models from the past decades, the crisis in itself, and a history of the Conditions of Production in the aforementioned magazines are observed. As a methodological tool, we use the concept of Paraphrastic Families, which assist in identifying meanings and their arrangement in Discursive Formations. Reviewing such concepts allied to the Analysis leads to some conclusions regarding the meanings which are constructed by both magazines in this period so as to organise them into four Discursive Formations — two of them found in both magazines, and the other two solely in either one of the magazines. Consistently with their history, reviewed in this work, *CartaCapital* built Keynesian meanings by severely criticising neoliberalism and by considering the return of a strong State as the solution for the crisis whereas *Veja* built neoliberal meanings by giving the crisis less importance, by overlooking the augmentation of the State, and by defending the neoliberal model even during such time. Both magazines reacted alarmingly when the crisis burst, which brings part of these publications' discourse closer to the report on the event as it is usual in informative journalism. Another Discursive Formation found in both magazines was an emergent discourse, from 'Lulism', social-economic formulation of diffusive character which has, because of its very nature, gained space in editorials so as to defend Brazil as a strong country in the midst of the crisis albeit the ideological differences between both magazines. Thereafter, we were able to establish the Ideological Formations by magazine. In *CartaCapital*, there is subordination of ideological regions to the seek for equality within capitalism. Whereas, in *Veja*, we found subordination of ideological regions to market freedom. Both magazines, nonetheless, try to mask their emergent 'Lulist' discourse with their premises. Understanding the way in which editorials by both magazines construct meanings about a crisis of great proportions helps to evaluate how they understand society and its identities inasmuch as those are the moments which lead to the limit of possibilities at stake in the discursive plane. Ergo, the topic studied here is relevant to the research strand 'Media and Contemporary Identities' in the Postgraduate Programme in Communications at the Federal University of Santa Maria inasmuch as



it represents a study into the role of Media Communications in the construction of social dynamics.

**Keywords:** Discourse Analysis. Financial Crisis. Editorial. Opinion Journalism. CartaCapital. Veja.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – MODO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO HIPOTECÁRIO .....	60
FIGURA 02 – LINHA DO TEMPO DA CRISE.....	66
FIGURA 03 –FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS POR REVISTA.....	89
FIGURA 04 –FORMAÇÕES DISCURSIVAS POR REVISTA.....	110

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	13
2. DISCURSO DO JORNALISMO OPINATIVO NAS REVISTAS SEMANAIS DE INFORMAÇÃO.....	20
2.1. As Formações Ideológicas .....	22
2.2. Jornalismo em revista: a revista semanal de informação .....	24
2.2.1. Jornalismo em revista.....	24
2.2.2. Da <i>newsmagazine</i> à revista semanal de informação .....	25
2.3. Jornalismo Opinativo.....	28
2.4 O Editorial como formato jornalístico .....	31
2.4.1. Definindo o Editorial .....	31
2.4.2. O editorial em revista, especificidades e características .....	34
2.4.3. A “função enunciativa” do editorial.....	36
3. MODOS DE VER E DE DIZER A CRISE FINANCEIRA.....	40
3.1 Jornalismo e Economia .....	40
3.1.1 Jornalismo e as reorganizações institucionais: da profissionalização fordista à flexibilidade multitarefa .....	40
3.1.2. Jornalismo econômico no Brasil .....	43
3.2 Precedentes político-econômicos da crise.....	47
3.2.1. Da crise de 1929 à crise do petróleo: o keynesianismo e o Estado de Bem-Estar Social.....	48
3.2.2. Da década de 1970 à crise de 2008 (e além?): o Neoliberalismo e o Estado Mínimo.....	50
3.2.3 Pós-modernidade e economia: do fordismo à acumulação flexível .....	53
3.3 Crise de 2008: as crises no período neoliberal e o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos .....	56
3.3.1 As crises do período neoliberal .....	56
3.3.2 As hipotecas <i>subprime</i> e a desregulação financeira .....	57
3.3.2.1 As hipotecas <i>subprime</i> .....	58
3.3.2.2 A desregulação e as inovações financeiras .....	60
3.3.3 O estouro da bolha.....	62
3.4. O Brasil inserido no cenário mundial: do fordismo periférico ao Lulismo e à crise de 2008.....	66

<b>3.4.1 Fordismo à brasileira .....</b>	<b>67</b>
<b>3.4.2 O neoliberalismo no Brasil .....</b>	<b>68</b>
<b>3.4.3 O Lulismo.....</b>	<b>70</b>
<b>3.4.4 A Crise financeira no Brasil.....</b>	<b>73</b>
<b>4. OS SENTIDOS DA CRISE NOS EDITORIAIS DE VEJA E CARTACAPITAL .....</b>	<b>75</b>
<b>4.1 Condições de Produção e Interdiscurso.....</b>	<b>75</b>
<b>4.1.1. As Condições de Produção do Discurso em Veja e em CartaCapital.....</b>	<b>77</b>
4.1.1.1 Condições de Produção em Veja .....	77
4.1.1.2. Condições de Produção em CartaCapital .....	83
<b>4.2. As Paráfrases .....</b>	<b>85</b>
<b>4.3 Análise dos editoriais de Veja e CartaCapital.....</b>	<b>86</b>
<b>4.3.1 Famílias Parafrásticas em CartaCapital e em Veja.....</b>	<b>88</b>
4.3.1.1 FP1: Soa o alarme! A crise é real.....	90
4.3.1.2 FP2: A culpa é do neoliberalismo .....	92
4.3.1.3. FP3: Um Estado forte como Solução .....	95
4.3.1.4. FP4: A crise acabou .....	96
4.3.1.5. FP5: Liberdade aos mercados .....	98
4.3.1.6. FP6: Abaixo o Estado.....	102
4.3.1.7. FP7: O Brasil vai bem. Disputas discursivas no Brasil sem crise .....	103
<b>4.3.2 Formações Discursivas em CartaCapital e Veja.....</b>	<b>108</b>
4.3.2.1. FD 1: A estupefação da crise como acontecimento jornalístico .....	110
4.3.2.2. FD 2: tendência keynesiana .....	111
4.3.2.3. FD3: tendência neoliberal.....	113
4.3.2.4 FD 4: otimismo e “lulismo .....	115
<b>4.3.3. Formações Ideológicas nos Discursos de Veja e CartaCapital .....</b>	<b>117</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>124</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>136</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A crise financeira de 2008 pode ser considerado uma virada de um momento histórico para outro que ainda se busca entender. Se não se pode dizer que uma transformação radical aconteceu a partir dessa data, é fato que certas coisas se alteraram. Um ciclo econômico que já vinha mostrando suas fraquezas estourou na chamada “bolha imobiliária” dos Estados Unidos entre setembro e outubro daquele ano e correu o mundo – econômico, político e midiático –, marcando um esgotamento, ainda que momentâneo, das capacidades de gerenciamento do sistema econômico mundial, questões largamente comentadas na mídia.

Desde aquele momento até 2013, algumas mudanças, em sua maioria políticas, ocorreram parte por conta da decadência econômica que ganhou força com a crise. Na Europa, milhares saíram às ruas, greves gerais estouraram pelo continente e um movimento de “indignados” parou a Espanha por algum tempo. Nos Estados Unidos, os movimentos de *occupy* iniciados em Wall Street, centro financeiro de Nova Iorque, ganharam o país em uma dezena de acampamentos de jovens com a demanda de que houvesse punições aos especuladores que deram origem à crise. No Brasil, uma série de manifestações desencadeadas pelo aumento do preço das tarifas de ônibus levou milhares às ruas em junho de 2013. E no Norte da África o movimento ganhou uma nova dimensão capaz de derrubar governos ditatoriais pela pressão popular<sup>1</sup>.

Essas mudanças de ordem política não estão apartadas da economia em crise. Foi por conta da crise que o desemprego, o arrocho salarial e a taxa de inflação, que aumentou o preço de produtos básicos<sup>2</sup>, atingiram milhões de pessoas direta e indiretamente.

Depois de trabalhar com a cobertura das manifestações no Egito para a Monografia de conclusão do curso de Comunicação, foi perceptível que a discussão sobre os movimentos desaguava, na maioria das vezes, na crise financeira como

---

<sup>1</sup> Sobre os diversos movimentos citados ver ŽIŽEK, 2012 e HARVEY et al., 2012.

<sup>2</sup> Um exemplo são os levantes no Egito e na Tunísia. Para Coggiola (2012), foi o aumento do preço da sêmola, item básico da alimentação nesses países, um dos motivos que levaram milhares às ruas para se manifestarem.

explicação lógica para levantes tão rápidos e poderosos por todo o planeta. Por outro lado, ao percorrer um caminho como profissional do jornalismo percebemos a fragilidade de questões como a imparcialidade e a objetividade jornalística. Por isso, nesse trabalho, o foco é nos editoriais jornalísticos, um espaço legitimado da opinião das empresas jornalísticas, que a nosso ver ajudam a explicar as coberturas jornalísticas cotidianas. Ainda mais, visto o pequeno número de estudos em jornalismo sobre esse subgênero, quando comparado a outros gêneros e subgêneros, especialmente quando dentro da perspectiva da Análise do Discurso.

A questão do editorial, a escolha pela Análise do Discurso de corrente francesa (AD) e a opção pelas revistas **CartaCapital** e **Veja** não são aleatórias. É a intersecção desses temas – do discurso opinativo e os editoriais; das revistas **CartaCapital** e **Veja** lado a lado; dos sentidos construídos com relação à crise – como partes de uma mesma questão que abastecem e dão origem ao trabalho apresentado.

Quais foram os sentidos construídos nos editoriais de **CartaCapital** e **Veja** entre 2008 e 2009 com relação à crise financeira mundial? A partir desta questão norteadora é que se investiga como as duas revistas brasileiras abordaram, em seus editoriais, a crise financeira de 2008 em diante.

A “crise” recebeu diversos nomes - crise econômica, crise mundial, crise bancária, crise financeira etc. Desses, aqui se utiliza mais constantemente o termo “crise financeira”, seguindo o entendimento de Harvey (2011) do sistema financeiro como ponto chave para entender a crise e seus desdobramentos. A crise é normalmente compreendida como um fenômeno iniciado na chamada “crise das hipotecas *subprimes*”<sup>3</sup> nos Estados Unidos, que ganha força no terceiro trimestre de 2008. De lá para cá, o assunto foi e voltou aos holofotes midiáticos em diversas épocas, ao passo que a crise avançava ou retraía em diferentes partes do mundo (foi assim quando a crise, antes privada, se tornou a crise da dívida dos EUA, e também quando a crise avançou para diversos Estados nacionais europeus, em

---

<sup>3</sup> O *subprime*, como será visto em detalhes no capítulo três, é um tipo de hipoteca com retorno mais inseguro que o tipo *prime*, sendo normalmente concedida a clientes com histórico bancário ruim e/ou menor renda.

especial o grupo conhecido como PIGS<sup>4</sup>: Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha). Essa crise financeira, que, enquanto esse trabalho é escrito, ainda ronda diversas partes do mundo<sup>5</sup>, é o foco de análise pela percepção de que a cobertura feita sobre este assunto e os sentidos construídos a partir dele, foram, até o momento, pouco estudados dentro do campo do jornalismo e da comunicação como um todo. O foco nesse assunto também é baseado na motivação pessoal para compreensão dos sentidos construídos pela mídia com relação à crise. Assim, o período de análise dos editoriais das revistas selecionadas é de um ano e quatro meses – entre setembro de 2008 e dezembro de 2009, período em que a crise foi tema dos editoriais de ambas as revistas.

A tradição do jornalismo opinativo e do editorial como uma de suas partes, é antiga, e remonta o período em que o jornalismo se colocava abertamente como um meio de disputa entre interesses de diversas forças políticas e sociais (MARCONDES FILHO, 1989). A evolução dentro da comunicação, especialmente no jornalismo, fez evoluir também este segmento da imprensa em sua estrutura (SILVA, 2011), apesar de seu objetivo continuar o mesmo, o de emitir a opinião de um meio de comunicação, de forma a interpretar a realidade a partir das notícias veiculadas. A escolha do editorial como elemento para análise parte da ideia de que este segmento seria aquele com espaço mais franco para que as organizações que o editam expusessem seus pontos de vista. Numa diversidade de abordagens do editorial, justifica-se o trabalho como contribuição ao campo da comunicação social, visto que o editorial foi pouco estudado a partir do ponto de vista da comunicação<sup>6</sup>. Em uma realidade de poucos estudos sobre o editorial, é importante trabalhar o tema como forma de aumentar a compreensão da cobertura informativa da mídia

---

<sup>4</sup> Assim como o termo BRIC, que define as chamadas “potências emergentes” Brasil, Rússia, Índia e China, o termo PIGS é uma sigla em inglês com base na junção das primeiras letras dos Estados europeus altamente endividados (*Portugal, Ireland, Greece e Spain*).

<sup>5</sup> É um exemplo dessa vivacidade da crise o que ocorreu no início de 2013 no Chipre: “CONFISCO no Chipre pode chegar a 60 %, 2013”. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,confisco-no-chipre-pode-chegar-a-60-,1015481,0.htm>>. Acesso em: 06 abril 2013.

<sup>6</sup> Segundo estado da arte nos últimos dez anos apenas três trabalhos de fôlego (dissertações e teses) foram realizados sobre editoriais a partir do viés da Comunicação: Pereira, I (2011); Weschenfelder (2011) e Garrido (2011). Os demais trabalhos foram realizados nas áreas da Linguística, Ciências Sociais e História.

brasileira, ao que o estudo dos editoriais das revistas pode contribuir para compreensão dos sentidos construídos em toda a revista.

A escolha dos objetos **Veja** e **CartaCapital** se dá por diferentes aspectos. Inicialmente, por conta da importância das duas publicações no mercado brasileiro<sup>7</sup>. Também pelo contraponto que as duas revistas representam entre si no âmbito editorial, algo que será abordado nesse estudo. Ainda, pelo número pequeno de trabalhos científicos que façam um cotejamento entre as duas revistas, número que fica menor se considerado o uso da Análise do Discurso, praticamente inexistente nos trabalhos sobre ambas<sup>8</sup>. E pelo fato das revistas serem “cotejáveis” no que diz respeito ao formato semelhante de ambas, que, como Mira (2001), define-se aqui como “revistas semanais de informação”.

A Análise do Discurso será a perspectiva teórico-metodológica, para compreensão dos sentidos postos em jogo e suas filiações a Formações Discursivas (FDs) e Formações Ideológicas (FIs). Portanto, aqui será necessária a compreensão das Condições de Produção (CPs) em que os editoriais se inserem, tanto em seu plano comunicacional - por meio do entendimento de para que(m) é feito o editorial -, quanto em seu plano político e econômico - o entendimento das condições políticas tanto no seu âmbito mais geral quanto com relação às condições internas da organização midiática. Analisa-se a materialidade discursiva presente nos editoriais de **CartaCapital** e **Veja** para identificar tendências, considerar os sentidos, buscar os ditos em cada uma delas e como eles se relacionam, se chocam e se entrecruzam. Assim, se utiliza como referência a chamada Análise do Discurso de corrente francesa, com autores como Pêcheux (2010a, 2010b), Pêcheux e Fuchs (2010), Fuchs (1985), Orlandi (2005) e Courtine (2009) para o entendimento da Análise do Discurso como referencial teórico-metodológico e Orlandi (2012), Berger

---

<sup>7</sup> Segundo o Índice Verificador de Circulação (IVC), *Veja* é a revista mais lida do país entre as semanais, já *CartaCapital* é a 23ª. Disponível em <<http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>>. Acesso em: 10 junho 2013.

<sup>8</sup> Conforme estado da arte nos últimos dez anos apenas uma dissertação foi produzida no Brasil analisando especificamente *CartaCapital* e *Veja* por meio da AD (SANTOS, S., 2010). Outro trabalho analisa as duas revistas partindo de outra perspectiva (VAL, 2007), e outros analisam as duas revistas ao lado de outras publicações, como de Ingrid Gomes (2007) - ambas não utilizam a AD em seus trabalhos. Por outro lado, há um número considerável de teses e dissertações que utilizam a AD para analisar a revista *Veja*, são exemplos: Voigt (2011) e Marques (2010).



(1998), Pinto (1989), Machado e Jacks (2001), Benetti (2007, 2013), Mariani (1998) na aproximação da perspectiva da AD com o campo jornalístico.

Como **objetivo geral** procura-se compreender quais os sentidos construídos pelos editoriais de cada revista em relação à crise financeira por meio da Análise do Discurso destes editoriais. E como **objetivos específicos**: analisar o editorial como forma do fazer jornalístico a partir da divisão de gêneros do jornalismo e da abordagem teórico-metodológica da AD; compreender o que representam **Veja** e **CartaCapital** dentro do escopo de revistas; rever questões como os pensamentos econômicos dominantes nas últimas décadas, as condições que levaram à crise e como ela se desenrolou para compreender como afetam o jornalismo.

Parte-se da **hipótese de trabalho** de que os sentidos colocados em jogo pelas duas revistas disputaram entre si a posição do Brasil e do governo brasileiro durante a crise. Considera-se que num momento de crise há a abertura de um período de disputa, no caso aqui estudado entre o pensamento que aqui chamamos keynesiano, de **CartaCapital**, e o pensamento que aqui chamamos neoliberal, de **Veja**<sup>9</sup>, com relação ao que os governos, empresas e pessoas devem fazer para a manutenção do sistema capitalista. Por outro lado, entende-se que em diversas outras questões, de ordem estruturais, as revistas se colocam em lados opostos, ao apresentarem sentidos diferentes em aspectos como a compreensão da crise e o que pode ocorrer por conta dela.

Com relação ao aporte teórico-metodológico buscou-se dissertações e teses que partissem da mesma linha, ao que se identificou uma gama considerável de textos que utilizam a AD, algo esperado visto a difusão dessa perspectiva nos campos da Linguística e da Comunicação no país. São alguns deles: o trabalho de Voigt (2010), sobre os deslizos no Discurso de **Veja** e os efeitos de sentido sobre a educação nacional presentes na revista, de Santos (2010) sobre os sentidos construídos por **CartaCapital** e **Veja** sobre a corrupção e de Reginato (2011), que analisa o discurso da revista Vida Simples por meio da AD utilizando metodologia semelhante à nossa, do estabelecimento de Famílias Parafrásticas (FPs).

---

<sup>9</sup> Discute-se essa categorização das revistas no capítulo quatro dessa dissertação.

No que tange ao estudo do editorial como forma de fazer jornalístico, a produção dos últimos anos que enfoque especificamente o editorial campo da comunicação é ainda incipiente. É importante ressaltar que há número significativo de trabalhos que estudam o editorial dentro de um conjunto de outros modos de enunciar do jornalismo opinativo (estudos que relacionam colunas, crônicas, comentários, artigos, resenhas e editoriais). No entanto, quanto aos estudos que enfatizam somente o editorial é possível perceber uma carência de trabalhos de maior fôlego (excetuando-se artigos científicos). Entre os trabalhos consultados e utilizados no decorrer da dissertação estão Garrido (2011), JB Silva (2010) e Weschenfelder (2011). Nesse ponto, o estudo avança ao tratar, em um mesmo trabalho, dos efeitos de sentido existentes em editoriais de veículos diferentes no suporte revista. Ou seja, no estudo de mais de um veículo, incomum nos estudos de maior fôlego sobre editoriais, e no estudo de editoriais de revistas, algo pouco recorrente, visto que o estudo desse gênero do jornalismo é voltado, na maior parte das vezes, para o jornal diário.

Quanto aos estudos sobre a crise financeira não há ainda nenhum estudo mais aprofundado, dissertação ou tese, sobre o tema dentro do campo da Comunicação<sup>10</sup>. Isso se explica pela contemporaneidade do tema, ainda que comecem as primeiras publicações, em formato de artigos e ensaios (MARQUES DE MELO, 2012; CARACHESTI e ABREU, 2011<sup>11</sup>). A partir desse número reduzido de trabalhos acadêmicos na área da Comunicação sobre a crise é que se utiliza aqui trabalhos de fôlego de áreas como Economia, Administração e Direito<sup>12</sup>.

No estado da arte foram encontrados poucos estudos mais aprofundados que usam o cotejamento entre **CartaCapital** e **Veja**. Destes, vários faziam o cotejamento das quatro grandes publicações semanais brasileiras (além de **Veja** e

---

<sup>10</sup> É sintomático da falta de textos sobre o tema na área das Ciências Sociais e Humanas o ocorrido com a revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Viçosa, que realizou chamada de artigos para um dossiê sobre o tema (PUBLICAÇÕES..., 2010) a partir do enfoque das Ciências Humanas e acabou cancelando a publicação como visto em <<http://www.cch.ufv.br/revista/edicao.php>> Acesso em 10 junho 2013.

<sup>11</sup> Esse último (CARACHESTI e ABREU, 2011), tem como título “Representações da crise econômica pelas revistas *Veja* e *Carta Capital* [sic]”. Aparentemente próximo de nossa pesquisa, o trabalho realiza uma análise de conteúdo das revistas e tem caráter pouco aprofundado, o que se explica em partes pelo formato de artigo científico. Pretendemos avançar consideravelmente no ponto de compreensão da crise e no entendimento das diferenças entre *Veja* e *CartaCapital*.

<sup>12</sup> Como Hissa (2012), Pereira, I (2011), Sousa (2011), Silva, G (2010).

**CartaCapital**, Istoé e Época). Ainda percebeu-se, depois de um estudo mais aprofundado dos estudos que cotejavam **CartaCapital** e **Veja**, que a diferença entre as duas publicações foi pouco explorada. Ou seja, não se procurou sair da obviedade da representação das duas revistas como antagônicas<sup>13</sup>. Nesse ponto, esse trabalho revê - por meio das próprias revistas (textos publicados por elas), de suas publicações autorreferenciais (manual de redação, *midiaKit*, *releases*), de livros, artigos e dissertações - o que representa cada uma delas, onde e porque são antagonistas. Essa análise é importante para a compreensão do próprio mercado editorial de revistas no Brasil, em que pese, por outro lado, as possíveis dificuldades de uma análise lado a lado de revistas heterogêneas.

Essa dissertação é dividida em cinco partes, incluindo Introdução e Considerações Finais. No capítulo “O Discurso Jornalístico e as especificidades do jornalismo opinativo” são discutidos aspectos da relação entre o estudo do jornalismo por meio da Análise do Discurso (AD), são introduzidos alguns aspectos da AD, aborda-se algumas características do jornalismo em revista e as características das revistas semanais de informação, assim como aspectos do jornalismo opinativo e do editorial naquilo que se chamará sua “função enunciativa”. O capítulo três, “Modos De Ver E De Dizer A Crise Financeira” discute como a economia afeta o jornalismo, as características do jornalismo econômico, alguns aspectos dos modelos econômicos keynesiano e neoliberal, dominantes nas últimas décadas, aspectos da economia em crise e o lugar do Brasil em meio a tudo isso. O quarto capítulo, “Os Sentidos da Crise nos Editoriais de **Veja** e **CartaCapital**”, inicia com uma apresentação das Condições de Produção de **CartaCapital** e **Veja** e trata de aspectos metodológicos utilizados, para então apresentar a Análise do Discurso realizada, subdividida em etapas que vão da identificação das Famílias Parafrásticas, passam pelas Formações Discursivas e se encerram nas Formações Ideológicas. Nas Considerações Finais se realiza um balanço do trabalho e são pensadas conclusões possíveis a partir dele.

---

<sup>13</sup> Como visto em: MIGUEL, LIMA DA ROCHA e ROCHA, 2008; JACOBINI e PINHEIRO, 2009; REZENDE e GUERRA, 2011

## 2. O DISCURSO DO JORNALISMO OPINATIVO NAS REVISTAS SEMANAIS DE INFORMAÇÃO.

A abordagem da Análise do Discurso de corrente francesa dá contribuições valiosas à compreensão do jornalismo e de seu campo. A revisão dessa aproximação auxiliará na construção desse trabalho em diferentes aspectos, justificando as escolhas realizadas em sua condução.

Para Berger (1998) o jornalismo enuncia fenômenos sociais como a sociologia e a história, mas, diferentes delas, substitui o rigor científico pela ética e pela estética. Nesse processo tem como aliada a linguagem, que deve ajudar o jornalismo a “descrever” o mundo. Contudo, afirma a autora, o jornalismo não descreve o cotidiano, mas, o *constitui* com sua linguagem (BERGER, 1998). A diferença entre esses dois planos, da descrição e da constituição, reside na impossibilidade do discurso existir fora de um espaço *entre* sujeitos (BENETTI, 2007), fora, portanto, da intersubjetividade.

O discurso não existe sem o seu contexto de produção de sentidos, sendo subordinado aos enquadramentos sociais e culturais de um momento histórico dado (BENETTI, 2007). Ao mesmo tempo, não é mera transmissão de ideias, mas um *processo produtivo* (ORLANDI, 2008), o que significa dizer que o discurso não pode ser analisado em busca de torná-lo transparente (MARIANI, 1998) ou à procura de sua literalidade, mas compreendendo que o texto é a parte visível ou material de um processo complexo iniciado em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário (BENETTI, 2007).

A notícia, diz Berger (1998), é a *construção* do acontecimento pela linguagem. Ao passo que o discurso jornalístico é um *discurso sobre* (MARIANI, 1998), ou seja, um discurso de mediação entre o *discurso de* - um discurso origem - e o interlocutor, o que reforça a ideia do jornalismo como lugar não só de produção como de circulação de sentidos (BENETTI, 2007)

Benetti define as características do discurso jornalístico como:

dialógico; polifônico; opaco; ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares; com um contrato de leitura específico, amparado na credibilidade de jornalistas e fontes. (BENETTI, 2007, p. 107)

É preciso acrescentar algumas palavras sobre essas características. O dialogismo reside no fato de ser intersubjetivo e interdiscursivo. Já a polifonia é

pensada a partir do ponto em que o jornalismo trabalha com diversas vozes e elas “falam” por esse discurso. As condições de produção incluem tanto a situação imediata, a situação de enunciação, como os fatores do contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 1996a). Sobre o contrato de leitura leva-se em consideração o resumo dos cinco elementos que o constituem feito por Benetti (2013) à classificação de Charaudeau (2012): “quem diz e para quem, para que se diz, o que se diz, em que condições se diz e como se diz” (BENETTI, 2013, p. 50).

Outra característica que dialoga com os conceitos apresentados por Benetti (2007) e que deve ser levada em consideração é levantada por Berger (1998) quanto à constituição do campo jornalístico. A partir de Bourdieu a autora pensa o jornalismo como um campo que tem no capital simbólico sua maior força e na credibilidade o elemento central de capital simbólico (BERGER, 1998). Essa credibilidade é disputada por veículos, testada por leitores e construída no discurso sem se mostrar, já que se trata de valor dado por outro sujeito e não autoproclamado (BERGER, 1998). A credibilidade é dialeticamente o que dá base para o jornalismo e o que ele busca ao utilizar *efeitos de verdade* que o deem direito à palavra e validem a palavra emitida (CHARAUDEAU, 2012).

Uma abordagem discursiva, portanto, deve levar em consideração que o jornalismo tem suas características próprias como Campo. Essas características podem variar conforme os contextos sociais e históricos se alterem, mas Franciscato (2005) estabelece alguns de seus pressupostos mais gerais, ao que elenca oito dessas características: a) a atividade jornalística atua tendo como base princípios como o pressuposto de que existe uma ideia de verdade, compromisso com o real relatado e a produção de conteúdos que oferecem a certo público formas de interagir e vivenciar o tempo presente; b) o jornalismo como instituição tem legitimidade para produzir a um público diversificado uma reconstrução discursiva do mundo; c) a instituição é influenciada pelo contexto espaço-temporal em que atua tanto externamente quanto internamente, o que influencia e limita suas possibilidades de produção; d) da mesma maneira, o contexto concreto vincula o jornalismo a seus processos sociais, seus formatos são resultantes de modelos históricos da cultura, economia, política e tecnologia; e) o texto jornalístico é sintético no sentido da pluralidade, da coerência interna, criando um recorte das observações e interpretações dos jornalistas, suas fontes etc.; f) apesar de certo desequilíbrio na interlocução, o produto jornalístico está em diálogo permanente com o público por

ser ele criador de expectativas e influência sobre o público e, ao mesmo tempo, buscar atender as demandas desse público; g) o trabalho jornalístico oscila entre o trabalho individual, mais autoral, e o trabalho em equipe, normalmente dentro de certa hierarquia; h) o produto jornalístico funciona como documento público por seu conteúdo ter utilidade na sociedade (FRANCISCATO, 2005, p. 166-169).

A essas características podem ser acrescentadas aquelas apontadas por Traquina (2005) sobre a notícia e suas condições de produção: a realidade, os aspectos manifestos dos acontecimentos; os constrangimentos do sistema organizacional sobre os jornalistas; as narrativas que orientam o que escrevem os jornalistas; as rotinas produtivas do trabalho; os valores-notícia; as fontes de informação utilizadas, sua identidade e interesses (TRAQUINA, 2005).

Com essas características elencadas é que se pode dar conta da compreensão e análise dos discursos das revistas **CartaCapital** e **Veja** sobre a crise. A seguir, o conceito de Formações Ideológicas é discutido. Outros conceitos, como das Condições de Produção, do Interdiscurso e das Paráfrases serão manejados no capítulo quatro, aproximando-os da análise das Condições de Produção das revistas **CartaCapital** e **Veja** e da análise dos editoriais, calcado nas paráfrases por intermédio das Famílias Parafrásticas.

## **2.1. As Formações Ideológicas**

Para falar do conceito de Formações Ideológicas é preciso iniciar pelo caminho mais usual, pelo conceito de Formações Discursivas a partir de Michel Foucault (2008). As FDs de Foucault são baseadas na ideia do autor de compreender como uma série de Discursos poderia ser agrupado, ou seja, como diversos Discursos poderiam fazer parte de um mesmo grupo de forma que esse grupo tivesse realmente alguma regularidade. Dessa reflexão, Foucault chegou à ideia das Formações Discursivas como baseadas em um mesmo sistema de dispersão (FOUCAULT, 2008 p. 41)

Dessa reflexão foucaultiana das Formações Discursivas, Pêcheux (2010a) buscará o lugar da Ideologia no Discurso<sup>14</sup>. O linguista francês considerava necessário que, ao largo da discussão sobre o Discurso, houvesse também espaço para a compreensão da interpelação ideológica.

Pêcheux (2010a), influenciado pelos estudos de Louis Althusser (2010), vai procurar em seus estudos compreender a influência da Ideologia no Discurso, ao mesmo tempo em que propõe a compreensão de elementos interdiscursivos, situando o Discurso entre Sujeito, Ideologia e História (PÊCHEUX, 2010a), numa perspectiva marxista da linguística. Assim, a questão da interpelação do indivíduo em sujeito althusseriana (2010) será adaptado para a compreensão da língua.

Pêcheux e Fuchs (2010) vão considerar importante conectar as Formações Discursivas foucaultianas ao que será chamado, “Formações Ideológicas” (FUCHS e PÊCHEUX, 2010), definida da seguinte maneira:

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito uma com as outras (FUCHS e PÊCHEUX, 2010 p. 163, grifos no original).

Portanto, a Formação Ideológica é vista pelos autores como um conjunto complexo de atitudes e representações que precisam ser compreendidas fora de um contexto individualizante ou universalizante, mas dentro de uma perspectiva dada, de um contexto de posições de classes possível. E, no mesmo raciocínio, uma Formação Ideológica seria um elemento capacitado para intervir nesse contexto dado da luta de classes. E, assim sendo, as Formações Discursivas, provinda de FIs, é que agirão na realidade enunciando aquilo que pode ou deve ser dito (BRANDÃO, 2007).

Dirão os autores que é impossível identificar Ideologia e Discurso, mas que se deve conceber o Discurso como parte de uma materialidade ideológica, ou seja, a

---

<sup>14</sup> Baronas (2004) nos lembra que o conceito de Formação Discursiva tem “dupla paternidade”, já que Pêcheux já teria uma conceituação desse termo antes mesmo de Arqueologia do Saber de Foucault. No entanto, Pêcheux se apropriará da noção de Foucault (COURTINE, 2009) em trabalhos posteriores. Por isso, ainda que esse trabalho parta da perspectiva de Pêcheux, usamos o conceito de Foucault como fonte, assim como o autor teria feito.

Ideologia, força imaterial, se materializando, se cristalizando, por meio do Discurso. E dessa forma, as Formações Discursivas, materiais, serão parte de Formações Ideológicas:

[...] é impossível *identificar* ideologia e discurso [...] se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas [...] comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e o que deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura [...] diremos então que toda formação discursiva deriva de *condições de produção* específicas. (FUCHS e PÊCHEUX, 2010 p. 163 grifos no original)

Na esfera das formações ideológicas Pêcheux (2010a) acrescenta ainda que elas são a conjunção de posições de classe e da subordinação das regiões do discurso<sup>15</sup>.

É nessa ligação entre FDs, FIs e as Condições de Produção (CP) que podemos identificar a ligação fundamental da AD com o Sujeito, a Ideologia e a História. Dirá Brandão:

cabe à AD trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade linguística as marcas das contradições ideológicas [...] Analisar o discurso é descrever os 'sistemas de dispersão' dos enunciados que o compõem através das suas 'regras de formação' (BRANDÃO, 2007, p. 50).

## 2.2. Jornalismo em revista: a revista semanal de informação

### 2.2.1. Jornalismo em revista

É preciso fazer uma retomada, ainda que breve, do que se convencionou chamar "jornalismo em revista". O jornalismo em revista é uma categoria bastante ampla do jornalismo, já que descreve, para além de um modo de fazer jornalismo, um suporte, a revista.

---

<sup>15</sup> Essa formulação complexa será novamente abordada na análise das Formações Ideológicas encontradas nos discursos analisados, no capítulo quatro. A escolha por pôr em jogo essa questão em sua totalidade no capítulo quatro se dá por ser bastante abstrata e, portanto, mais facilmente compreendida ao lado do exemplo empírico.



As revistas são divididas por Ali (2009) em três categorias: de consumo, profissionais e de empresas e organizações. As mais conhecidas e de maior tiragem são as de consumo, onde se encaixam as revistas aqui estudadas, e que podem ser subdivididas em três segmentos: as de interesse geral (como as semanais de informação), as segmentadas por público (masculinas, femininas, jovens etc.) e as segmentadas por interesse (automobilismo, viagem, culinária etc.).

Portanto, as revistas têm como uma de suas características a segmentação como produto e como meta de público. Está, como diz Scalzo (2004), na sua própria essência. Por isso as revistas têm missão diferente daquela dos jornais.

Enquanto os jornais nascem com a marca explícita da política, do engajamento claramente definido, as revistas vieram para ajudar na complementação da educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação, no serviço utilitário que podem oferecer a seus leitores. Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos. Possui menos informação no sentido clássico (as “notícias quentes”) e mais informação pessoal (aquela que vai ajudar o leitor em seu cotidiano, em sua vida prática). (SCALZO, 2004, p. 14)

O jornalismo de revista une características diferentes do jornalismo em jornais ou telejornais. O efeito da segmentação é a percepção de que o público não é mais tão homogêneo (SCALZO, 2004) e que o jornalismo desses veículos pode entrar em novas frentes que o jornal não atinge. Daí a ideia de que o jornalismo em revista pode ter uma faceta interpretativa, não necessariamente fundada na informação pura e clara, e auxiliar seu leitor: a revista “amplia nosso conhecimento, nos ajuda a refletir sobre nós mesmos e, principalmente, nos dá referências para formarmos nossa opinião” (ALI, 2009, p. 18).

### **2.2.2. Da *newsmagazine* à revista semanal de informação**

Entre os diferentes segmentos do jornalismo em revista, especificamos nosso trabalho naquele que caracteriza **Veja** e **CartaCapital**, o da revista semanal de informação. Sousa (2008) considera que as *newsmagazines* apareceram pela primeira vez no formato de imprensa ilustrada no século XIX. Embora revistas como a *Harper's News Monthly*, lançada em 1850 e direcionada para as elites dos EUA, possam ser consideradas precursoras, é com *Time*, em 1923, e *Newsweek*, em 1933, que o formato se fixa (SOUSA, 2008), dando base para publicações como a

alemã *Der Spiegel*, as francesas *Le Point* e *L'Express* e as brasileiras **Veja**, *IstoÉ*, *Época* e **CartaCapital**<sup>16</sup>.

Depois das precursoras estadunidenses, a revista semanal de informação moderna ganha espaço em diversos lugares do mundo. Isso em um período nebuloso para o prosseguimento do jornalismo impresso, a criação e decorrente popularização da TV, o que só se agravaria com o aparecimento da TV em cores. No Brasil, o modelo das revistas ilustradas, como *O Cruzeiro* e *Manchete*, perde espaço, já que a ilustração, ponto forte dessas publicações, tinha sido superada pela imagem em movimento dos televisores (MIRA, 2001).

É a partir dessa realidade que **Veja** surge em 1968 como uma resposta do jornalismo impresso em revista às novas tecnologias<sup>17</sup>. O modelo da *newsmagazine*, importado dos EUA, ganha espaço e leva à criação, anos depois, de outras publicações semelhantes, como *IstoÉ* e a extinta *Senhor* (SILVA, 1983). **CartaCapital**, de 1994<sup>18</sup>, e *Época*, de 1998, também seguirão o modelo, ainda que adaptando-o às suas preferências editoriais.

A revista semanal de informação tem como conceito principal economizar o tempo do leitor contemporâneo “cujo trabalho exige informações econômicas, jurídicas e culturais que se transformam numa velocidade crescente” (MIRA, 2001, p. 86), repassando-o o máximo de informação com o mínimo de tempo.

Já com relação ao estilo, Silva (1983) usa **Veja** como exemplo:

É uma publicação departamentalizada, que apresenta um resumo das principais notícias da semana em todas as áreas de forma organizada, em seções e subseções, pratica o jornalismo interpretativo, que tenta tirar de cada fato suas ligações com os demais, e mostra-lhe os antecedentes e eventuais desdobramentos, procura atingir o leitor padrão, com um estilo de

<sup>16</sup> Assim como Sousa (2008), outros autores concordam com a ideia de que *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* seguem o padrão da revista *Time*. Silva (1983), Dines (1974), Mira (2001), Vilas Boas (1996), Scalzo (2004) e Boff (2013) vão considera-las revistas semanais de informação (ou, para Dines, a “revista interpretativa”) aos moldes estadunidenses.

<sup>17</sup> Ainda que, como lembra Scalzo (2004), *Visão*, criada na década de 1950, seja o primeiro exemplo de *newsmagazine* brasileiro, a consolidação em uma revista em circulação até hoje se dá em *Veja*. Outros exemplos de tentativas no mesmo sentido são *Tudo*, *Voga*, *O Espelho*, *A Notícia* e *PN* (PEREIRA, 1972)

<sup>18</sup> *CartaCapital*, criada em 1994 como uma publicação mensal, só se tornará semanal em 2001, passando por um período, entre 1996 e 2001, com edições quinzenais. Uma análise mais completa sobre *CartaCapital* é realizado no segmento “As condições de produção de *CartaCapital*”, do quarto capítulo.

redação impessoal e elegante, uniforme da primeira à última página, como se toda a revista tivesse sido escrita por uma só pessoa. (SILVA, 1983, p. 29)

Vilas Boas (1996), ao se referir a esse estilo da revista semanal de informação, considerará que “a revista semanal de informações deve tratar o conceito de notícia de um modo mais amplo, reestabelecendo um contexto maior” (VILAS BOAS, 1996, p. 75). Ao que acrescenta que “as matérias de uma revista semanal de informações devem oferecer ao leitor discussão e conhecimento, por meio de um texto ágil e bem redigido” (VILAS BOAS, 1996, p. 78).

Além desses critérios de estilo e redação, há algumas características, descritas por Sousa (2008) com relação à revista *Time* que demonstram o que se espera de uma revista semanal de informação:

a) Formato manejável; b) Capa apelativa e cuidada [...]; c) Paginação a três (ou quatro) colunas; notícias variadas, mas selecionadas, o que evita a profusão de itens dos jornais; d) Atenção centrada na política, na economia e na sociedade; e) Recurso à análise explicativa nos textos noticiosos - as *newsmagazines* promovem o jornalismo explicativo, analítico, a meio caminho entre o estritamente noticioso (“informativo”) e o opinativo; f) Periodicidade semanal, o que permite a seleção, o recuo, a correlação de temas, a investigação, a ordenação e a condensação panorâmica dos assuntos; g) Grafismo cuidado, com recurso comedido às ilustrações e fotografias (as *newsmagazines* não são revistas ilustradas); h) Textos sem intercalações, ao contrário do que acontecia nos jornais, em que muitas vezes um texto saltitava de página em página, com abundantes intercalações de outros textos pelo meio. (SOUSA, 2008, p. 180)

Sousa (2008) observa algumas mudanças ocorridas com o tempo como a inserção de índices e sumários, seções no início (notas curtas) e no fim da revista (notas curtas e textos leves como crônicas) e entrevistas em seções fixas, bem como a inserção de conteúdos de “serviços” e temas antes não abordados por esse tipo de publicação (SOUSA, 2008)

Assim, o formato da revista semanal de informação vai se aproximar de um “jornalismo interpretativo” (DINES, 1974), por ser ela mais disposta a quebrar a cisão entre jornalismo informativo e opinativo, característica que vai influenciar toda a construção da revista, incluindo aí os editoriais. O “cone de entrada” e o “cone de saída” da revista semanal de informação (SOUSA, 2008) são materializados em **Veja** e **CartaCapital** no que Boff (2013) resume: notas resumindo os fatos da semana, colunas de política e economia, em geral curtas, uma seção de frases, alguns artigos e crônicas e o editorial.

São essas características que, reunidas, aproximam **CartaCapital** e **Veja** num mesmo segmento do mercado. Ao que se pode tratar aqui de elementos semelhantes quanto ao formato e, assim, não tratar **Veja** e **CartaCapital** apenas como “elementos discursivos” estudados juntos, mas como revistas que competem em um mesmo segmento do mercado e, portanto, podem ser estudadas lado a lado com naturalidade.

### 2.3. Jornalismo Opinativo

A construção histórica da cisão entre jornalismo opinativo e informativo, tanto na prática jornalística quanto nas teorias do jornalismo, afetam os objetos discursivos estudados, mesmo que façam parte do segmento das revistas semanais de informação.

Para buscar as Formações Discursivas e Ideológicas nos editoriais das revistas pesquisadas é preciso compreender, inicialmente, as marcas do jornalismo opinativo e suas especificidades enquanto discurso. Não se considera que o aporte teórico e histórico que caracteriza a separação entre jornalismo informativo e opinativo dê conta de questões discursivas que compõem a prática jornalística. Mas, com vigilância epistemológica, reveem-se conceitos em busca das especificidades atribuídas à opinião e ao editorial no jornalismo brasileiro.

Para a compreensão do jornalismo opinativo como apartado de um jornalismo informativo, é necessária uma breve retomada da história dessa cisão.

Entre as primeiras aparições do jornalismo como forma de compreensão da realidade, no século XVII e meados do século XVIII (MARCONDES FILHO, 1989) e o seu perfil atual, que ganha força entre o fim do século XIX e início do século XX, há uma fase em que o jornalismo não se dividia em opinião e informação, ou era feito a partir dos conceitos da imparcialidade e da objetividade. Essa fase é marcada por uma “imprensa político-literária” (MARCONDES FILHO, 1989), um jornalismo

que reconhece estar imbricado a interesses diversos, e que era feito na defesa e no ataque deles<sup>19</sup>.

É na virada do século XIX para o século XX que os primeiros jornais com formatos próximos aos atuais ganham espaço. Esses jornais já não defendiam esse ou aquele interesse explicitamente, mas colocavam como preocupação central a compreensão dos fatos ocorridos e a narrativa do cotidiano por meio das notícias. Além disso, essa nova fase é marcada também por uma preocupação com a rentabilidade do jornal, visto agora como mais um artigo no mercado, e não mais como um veículo de combate político. É nessa fase que a opinião, antes exposta e corriqueira, é posta de lado por um modelo jornalístico que procura ser um reflexo da realidade (MARCONDES FILHO, 1989)<sup>20</sup>.

Essa mudança de perspectiva traz consigo mudanças nos conceitos ligados ao jornalismo dentro da pesquisa em comunicação, em especial à pesquisa em jornalismo. Diversos autores teorizam sobre a então nova forma, o que inclui uma clara divisão entre jornalismo de informação e jornalismo de opinião (BELTRÃO, 1980; MARQUES DE MELO, 2003). Luiz Beltrão, considerado o primeiro teórico brasileiro a sugerir essa cisão, trabalha em seu “Jornalismo Opinativo” (BELTRÃO, 1980) algumas questões colocadas por autores estrangeiros para explicar a divisão de gêneros, acrescentando sua própria pesquisa para demonstrar a validade da cisão que propõe. O autor divide o jornalismo em três partes, dispostos em um triângulo retângulo. O ângulo reto é a informação, “relato puro e simples de fatos, ideias e situações do presente imediato, do passado ou do que pode vir a ser possível/provável” (BELTRÃO, 1980, p. 13). O ângulo superior do triângulo de Beltrão é a orientação, “o esforço de interpretar a ocorrência, tirando conclusões e emitindo juízos com o objetivo de provocar a ação por parte daqueles aos quais a

---

<sup>19</sup> Não se considera que essa “fase” do jornalismo era a única forma de produção do trabalho jornalístico naquele período. Como aponta Chaparro (2008) haviam publicações que tinham como preocupação central a compreensão dos fatos ocorridos, a narrativa do cotidiano por meio das notícias e a objetividade como um de seus valores. Entende-se, no entanto, que nesse período, compreendido entre os primórdios do jornalismo até a virada do século XIX para o século XX, predomina o jornalismo apartado da contradição entre opinião e informação (CHAPARRO, 2008).

<sup>20</sup> A mudança de um período para o outro é de tanta relevância que para alguns autores essa passagem é a real invenção do jornalismo (CHALABY, 2003). Sem adentrar nessa polêmica, aqui se estabelece que essa virada representa, para além da criação ou não do jornalismo, a cisão fundamental entre opinião e informação, tendo como precursores no processo o jornalismo feito na Inglaterra e nos Estados Unidos (CHALABY, 2003).

mensagem é dirigida” (BELTRÃO, 1980, p. 13). Por fim, o ângulo inferior é a diversão, que ele iguala ao entretenimento. Assim sendo, o autor considera que o jornal tem o dever de exercitar a opinião, pois:

Ela é que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois, quando expressa com honestidade e dignidade, com a reta intenção de orientar o leitor, sem tergiversar ou violentar a sacralidade das ocorrências, se torna fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia do corpo social. (BELTRÃO, 1980, p. 14)

Marques de Melo (2003) revisa a divisão de Beltrão e propõe uma divisão do jornalismo em duas partes, jornalismo informativo e jornalismo opinativo. O primeiro com os subgêneros nota, notícia, reportagem e entrevista, externo à instituição jornalística e dependente da relação entre os participantes do acontecimento e suas mediações. Já o jornalismo opinativo é interno, sob o controle da organização e se vale de mecanismos como a autoria, de quem emite a opinião, e a angulação, a perspectiva da opinião manifestada no espaço-tempo (MARQUES DE MELO, 2003; GARRIDO, 2011)<sup>21</sup>.

Outra classificação é proposta por Chaparro (2008). Para ele, a divisão proposta por Beltrão e Marques de Melo é equivocada, ao que sugere tratar-se a divisão entre opinião e informação “um falso paradigma, porque o jornalismo não se divide, mas constrói-se com informações e opiniões” (CHAPARRO, 2008, p. 146)<sup>22</sup>.

O autor conclui, a partir de investigação conduzida por ele em diversos jornais brasileiros, que:

a evolução dos gêneros jornalísticos na imprensa brasileira entre 1945 e 1995 produziram [...] a evidência de que os conceitos de “opinião” e “informação” perderam eficácia (se é que alguma vez a tiveram) como critérios para categorizar gêneros jornalísticos. (CHAPARRO, 2008, p. 159 *et al*)

---

<sup>21</sup> Anos depois, Marques de Melo revisa sua classificação por considerar que havia novas formas do texto jornalístico. Sua divisão inclui três novas categorias de jornalismo: o diversional, já existente na divisão proposta por Beltrão (1980); o utilitário, “voltado principalmente para a prestação de serviços ao leitor” (GARRIDO, 2011, p. 38), como indicadores econômicos, cotações, roteiros e serviços (SILVA JB, 2010); e o interpretativo, composto por dossiês, perfis, enquetes e cronologias (SILVA JB, 2010).

<sup>22</sup> Ele acrescenta ainda que essa divisão paradigmática é também ilusória, em que conceitos como objetividade e isenção são apresentados ao leitor apartados da opinião: “dogmatizado o paradigma, desenvolveram-se, como valores definitivos, conceitos que iludem os leitores, como esse de levá-los a acreditar que a paginação diferenciada dos artigos garante notícias com informação purificada, livres de pontos de vista, produzida pela devoção à objetividade” (CHAPARRO, 2008, p. 146).

O autor propõe então uma nova categorização, dividida por meio do “acontecimento”, para ele a base do jornalismo (CHAPARRO, 2008). Sua divisão é entre os gêneros **comentário** - com as espécies argumentativas (artigo, carta e coluna) e espécies gráfico-artísticas (caricatura e charge) – e **relato** – com as espécies narrativas (notícia, reportagem, entrevista e coluna) e espécies práticas (roteiros, indicadores econômicos, agendamentos, previsão do tempo, consultas e orientações úteis), deixando o gênero crônica “livre de classificações”. (CHAPARRO, 2008, p. 178).

Essas perspectivas, as mais usuais no debate de gêneros jornalísticos<sup>23</sup>, seguem dividindo o jornalismo, entre opinião e informação, ou entre comentário e relato do acontecimento. Como se fosse possível eximir de posicionamento um discurso.

## 2.4. O Editorial como formato jornalístico

### 2.4.1. Definindo o Editorial

Beltrão (1980), ao dividir a opinião no jornalismo em três partes (opinião do editor, opinião do jornalista e opinião do leitor) vai trazer a questão da “voz” que fala quando é o editor que fala. Para ele a opinião do editor é “definida como o julgamento que faz sobre determinado problema ou questão o *grupo de elite* que mantém o veículo e que dita a política editorial” (BELTRÃO, 1980, p. 19, grifo nosso). Também acrescenta que esse julgamento fundamenta-se em vários elementos:

- a) as convicções filosóficas do grupo; b) as informações e relações que envolvem o tema proposto; c) as sondagens e pesquisas realizadas na área de circulação e influência do veículo; d) a experiência jornalística dos chefes de redação, algumas vezes mesmo reunidos em conselhos editoriais; e, finalmente, e) os interesses econômicos da empresa (BELTRÃO, 1980, p. 19)

---

<sup>23</sup> Várias reflexões interessantes já foram feitas com relação aos gêneros jornalísticos, das quais se podem destacar aquelas que interligam gêneros do jornalismo e os gêneros discursivos por meio de Bakhtin (2011). A discussão, apresentada em diversos trabalhos sobre essa questão (ver, por exemplo, Garrido (2011), JB Da Silva (2010), Navarro (2008), Lima e Santos Filho (2011)), é muito importante ao quebrar a barreira do Discurso Jornalístico como cindido em informação e opinião, questionando a noção positivista, como diz Chaparro (2008), de que a informação é dada de forma neutra e imparcial.

Para Beltrão, dentro desses elementos há uma supervalorização do último critério, os interesses econômicos das empresas. Para o autor, se, por conta dos interesses econômicos, o jornal aparta sua opinião daquela que a maior parte dos leitores têm, o jornal será repudiado pelo leitor e, por consequência, perderá seus anunciantes, indo à falência<sup>24</sup>.

A opinião do editor perpassa não só o editorial, diz Beltrão (1980), mas a política editorial do jornal, e é a partir de uma política editorial dada que o editor poderá opinar no editorial.

É através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância [...] e ligados à existência e desenvolvimento da empresa, intentando, desse modo, orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum. O editorial é a voz do jornal, sua tribuna. (BELTRÃO, 1980, p. 52)

Marques de Melo (2003) define o editorial como “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 103). Com a ressalva de que essa natureza deve ser melhor explicada, já que não necessariamente a opinião é do(s) proprietário(s) do veículo, mas vai depender das relações de propriedade existentes:

nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 104)

Assim, o editorial é um espaço de contradições ao se constituir como “uma teia de articulações políticas e [...] um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 104).

---

<sup>24</sup> Sem se alongar nessa questão, mas diante da necessidade de apontar exemplos da fragilidade dessa visão de “causa e efeito” de Beltrão, podemos citar o estudo de Francisco Fonseca (2005), que analisa os jornais da época da Nova República (1985 – 1994) no Brasil. Fonseca aponta uma diferença entre o que pensava a opinião pública, que pesquisas apontavam como dividida com relação às privatizações das estatais brasileiras, e o que pensavam os maiores jornais brasileiros (O Globo, Jornal do Brasil Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo), totalmente favoráveis às privatizações (FONSECA F, 2005). Apesar do fechamento do Jornal do Brasil, em 2010, não é possível acreditar que tais publicações perderam leitores ou anunciantes por conta de suas opiniões favoráveis às privatizações.



Marques de Melo procura também compreender a quem se dirige o editorial. Ao que indica, no Brasil ele é dirigido essencialmente ao Estado, visto que “os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, embora se dirijam formalmente à ‘opinião pública’, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 104).

Para chegar a essa conclusão, Marques de Melo se baseará em suas observações do comportamento do gênero. Para ele

A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que **as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos**. E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de "coação" ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. Esta é a nossa percepção do editorial na imprensa brasileira (MARQUES DE MELO, 2003, p 104, grifo nosso)<sup>25</sup>

Ainda com relação à definição do editorial, é preciso considerar sua forma de redação, por sua identidade redacional. Bond considerará que

O editorial do jornal hodierno tem emergido como uma forma jornalística peculiar. Seu primo literário mais próximo é o ensaio. Mas o editorial difere do ensaio, em sua brevidade e também porque insiste em sua natureza contemporânea (BOND, 19?? apud MARQUES DE MELO, 2003, p. 107).

Beltrão (1980, p. 55) vai procurar especificar os atributos que fazem de um texto um editorial. Ele define quatro características do editorial: Impessoalidade, Topicalidade, Condensabilidade e Plasticidade (BELTRÃO, 1980), depois definidos por Marques de Melo da seguinte forma:

impessoalidade (não se trata de matéria assinada, utilizando portanto a terceira pessoa do singular ou a primeira do plural); topicalidade (trata de um tema bem delimitado, mesmo que ainda não tenha adquirido configuração pública); condensabilidade (poucas ideias, dando maior ênfase às afirmações que às demonstrações); plasticidade (flexibilidade, maleabilidade, não dogmatismo) (MARQUES DE MELO, 2003, p. 108)

A partir dessas colocações, é possível já a aproximação de definições básicas para o editorial como subgênero jornalístico a partir dos estudos de Beltrão

---

<sup>25</sup> Questão diversas vezes colocada por Francisco Fonseca (2005), a expressão do editorial como forma de coação ao Estado se manifesta em diversos momentos da história. Um dos mais relevantes é o da já tratada implantação do neoliberalismo no Brasil. A pressão exercida especialmente, mas não só, pelos editoriais naquele momento é descrito por F. Fonseca (2005) ao dividi-lo em várias pautas: a ideia de modernização do país; a pressão pelas privatizações e o ataque às estatais; o “perigo” representado por Lula naquele momento e o favorecimento à candidatura de Collor; e a distinção entre Collor e o projeto neoliberal quando de seu *impeachment* (FONSECA F. 2005).

(1980), Marques de Melo (2003) e Chaparro (2008): a) é parte integrante do jornalismo opinativo ou do comentário da realidade; b) é o meio de expressão da opinião da empresa jornalística (de seus donos ou da junção dos diversos interesses em torno da empresa); c) é, em sua maioria, não assinado e, assim, impessoal; d) é tópico, delimita-se a temas específicos; e) é condensado, não se prolonga muito, representa rapidamente uma ideia dentro de um espaço curto; f) é flexível, plástico em sua forma; g) é próximo do ensaio literário, apesar de ser mais breve do que aquele; e, h) no Brasil, é em sua maioria dirigido para figuras do poder do Estado em suas diversas instâncias.

#### **2.4.2. O editorial em revista, especificidades e características.**

A partir das considerações anteriores sobre o editorial, são necessárias algumas ponderações sobre o que é feito nesse espaço nas revistas brasileiras. Inicialmente, é preciso considerar que as proposições teóricas sobre o editorial são eminentemente ligadas ao que era feito em jornais diários. Essa ligação pode ser explicada por meio da longevidade tanto do jornal diário em comparação com o jornalismo em revista<sup>26</sup>, quanto da tradição do editorial no jornal diário em relação ao editorial em revista.

Assim, Marques de Melo considera:

O editorial é um gênero quase exclusivo da imprensa, ou, mais precisamente, dos jornais. Nas revistas, o editorial aparece com mais frequência nos periódicos culturais ou políticos, pois as revistas de informação geral recorrem às "cartas dos editores", mais próximas daquilo que poderíamos chamar de *merchandising* jornalístico do que de expressões opinativas. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 111)

Essa visão pode ser referendada por outras pesquisas sobre editoriais, tanto em revistas como em jornais. Sousa (2001), chama esse formato de “editoriais de apresentação”, aqueles que “apresentam um determinado número de um jornal ou de uma revista, justificando a abordagem de determinados assuntos” (SOUSA,

---

<sup>26</sup> A revista e o jornal, no Brasil, ganham suas primeiras edições no mesmo período de tempo, no início do século XIX. O jornal *Correio Braziliense* (1808) e a revista *As Variedades ou Ensaios de Literatura* (1812) são considerados os pioneiros (BELTRÃO, 1980; BAPTISTA E ABREU, 2010). No entanto, conta a favor do jornal a vitalidade de seus títulos, com alguns como o *Diário de Pernambuco* (1825) e *O Estado de S. Paulo* (antigo *A Província de S. Paulo*, de 1875), circularem até hoje, em oposição às revistas, que vão realmente amadurecer, como considera Mira (2001), apenas no início do século XX com títulos como *O Cruzeiro*, lançado em 1928.

2001, p 285). Da mesma forma que Marques de Melo, Sousa afirma que esse estilo não pode ser considerado um tipo “verdadeiro” de editorial (SOUSA, 2001, p. 285).

Já Boff (2013), chama esse formato de editorial de “cardápio”, considerando que esse tipo de editorial, que flexibiliza a ideia de editorial, é cada vez mais presente nas revistas: “Modificando suas características essenciais, revistas transformam-no em uma espécie de cardápio que recomenda as principais reportagens de cada edição” (BOFF, 2013, p. 192) ao que alerta: “há um risco de se mexer dessa maneira na receita clássica do editorial (e as revistas parecem mais sujeitas a ele): desfigurá-lo como espaço de opinião, tornando-o apenas uma janela de autopromoção” (BOFF, 2013, p. 193)<sup>27</sup>.

É possível aliar à questão da “desfiguração” do editorial à perda de espaço do gênero no jornalismo. Beltrão (1980) considera essa uma fase, e não uma tendência que leve invariavelmente ao fim do editorial. Já Boff (2013) considera que esse espaço muitas vezes é ocupado pelos veículos impressos “maquinalmente, com temas distantes e/ou com argumentações tão ponderadas que se tornam insípidas” (BOFF, 2013, p. 192). O que, de certa forma, se conecta a tendência identificada por Beltrão (1980). Ao mesmo tempo, o não desaparecimento dos editoriais indica que ele ainda mantém importância, ao menos, para as suas instituições. Como coloca Boff, o espaço do editorial é “uma espécie de reserva do poder opinativo dos veículos, podendo ser usado como arma poderosa em situações extraordinárias” (BOFF, 2013, p. 192).

Para se manter, o editorial também passa por alterações, que buscam aproximá-lo do leitor. O formato “cardápio”, alterações gráficas e “chamadas” na capa são usadas para atrair o leitor nos jornais. Assim como, na revista, “defender ideias originais, especialmente sobre temas recorrentes, ou confrontar um pensamento dominante na sociedade são alguns dos meios para [...] torná-lo mais arejado e interessante” (BOFF, 2013, p. 192). Outro recurso para aproximar leitores, segundo Boff (2013), é a prática do editorial assinado, em geral pelo diretor de redação (BOFF, 2013), que, para o autor, busca

---

<sup>27</sup> Essa tendência à autopromoção identificada por Boff (2013) também foi indicada em outros estudos, como de Weschenfelder (2011), que trata dos editoriais da revista **Veja** e identifica uma recorrente prática de autorreferencialidade nos editoriais dessa publicação.

justamente o oposto do atributo que distingue o espaço [do editorial] em um jornal: o que se pretende é personalizar a opinião, aproximar-se do leitor [...] outro modo de personalizar o editorial é não chama-lo de editorial, mas de *carta ao leitor* ou *carta do editor* (BOFF, 2013, p. 192, grifo no original).

As características expostas vão ao encontro do que é possível ver nos editoriais de **Veja** e **CartaCapital**. A questão da assinatura do editorial é uma que se aproxima daquilo colocado por Boff (2013). Isso porque os editoriais de **CartaCapital** do período aqui estudado são todos assinados por Mino Carta, diretor de redação da publicação. Já a revista **Veja** não tem seus editoriais - nessa publicação com a cartola “Carta ao Leitor” – assinados. No entanto, nos primeiros anos a revista tinha seus editoriais assinados e, durante as primeiras dezoito edições, levava o título “Carta do Editor”. Assinaram editoriais de **Veja**, além de Victor Civita e Roberto Civita, proprietários do Grupo Abril, Mino Carta (o mesmo de **CartaCapital**<sup>28</sup>), José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeo. A prática de assinar os editoriais só foi abolida, no caso da “Carta ao Leitor”, em 1983 (WESCHENFELDER, 2011). Por sua vez, as “Cartas do Editor”, presentes tradicionalmente ou na última edição de um ano ou no início de outro, seguiram assinadas pelos proprietários do Grupo Abril até 2007 (WESCHENFELDER, 2011).

Visto isso, apesar dos editoriais serem, tradicionalmente, não assinados, mantendo um aspecto de opinião “da empresa”, os editoriais em revista passam ao largo disso, tanto no passado (no caso de **Veja**), quanto no presente (no caso de **CartaCapital**).

#### 2.4.3. A “função enunciativa” do editorial

A abordagem teórico-metodológica usada nesse trabalho pode auxiliar na compreensão do editorial para além de simplesmente defini-lo subgênero do jornalismo opinativo. Para isso, usa-se como inspiração algumas características expostas por Foucault (2008) com relação às FDs. É nesse sentido que Pedro Navarro segue ao aliar Chaparro e Robin e Maldidier a uma perspectiva arqueológica:

---

<sup>28</sup> A relação entre Mino Carta e **Veja** é discutida no quarto capítulo desse trabalho, nas seções “Condições de Produção de **Veja**” e “Condições de Produção de **CartaCapital**”.

As propostas de Robin e Maldidier e Chaparro, se deslocadas dos terrenos em que foram forjadas (ideologia e pragmática) para o da arqueologia [...] possibilitam que se examinem os gêneros discursivos ou os segmentos jornalísticos sob o prisma da função enunciativa, partindo-se da perspectiva segundo a qual essa função recobre a linguagem jornalística e dá sentido às suas formas. (NAVARRO, 2008, p. 233)

Dessa maneira, pode-se compreender a divisão do Discurso Jornalístico por meio de “funções enunciativas” aproximando-o de Foucault (2008). Ou seja, as divisões do Discurso Jornalístico pensadas por meio de Foucault vão levar a compreensão de que as divisões são feitas por função (informar, opinar, entreter). Portanto, busca-se aqui compreender o editorial em sua função enunciativa a partir dessa perspectiva.

Foucault (2008), ao tratar da questão, desenvolve quatro características da função enunciativa ao definir o enunciado: um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento, é um processo singular; está em relação ao sujeito que o enuncia, por ter com ele uma relação determinada<sup>29</sup>; está associado a um campo adjacente, ou seja, se diferencia da frase ou da proposição ao depender de um domínio associado; por fim, o enunciado deve ter existência material, existir em um suporte material (a voz, o livro, o jornal) ao mesmo tempo em que também o constitui (FOUCAULT, 2008)<sup>30</sup>.

Franzoni (2013), ao usar a definição de Foucault para caracterizar a função enunciativa do *ombudsman* considera que:

é a definição da função enunciativa de um determinado discurso, pensada a partir de suas modalidades enunciativas (pelo *status* de quem fala, pelos lugares institucionais e pelas posições de sujeito), que irá permitir a compreensão de porque alguns enunciados, e não outros, aparecem e desaparecem, caracterizando assim uma prática discursiva (FRANZONI, 2013, p. 66)

A autora considera que a noção de função enunciativa ajuda a esclarecer a posição do *ombudsman* ao estabelecer o relacionamento de diferentes elementos

---

<sup>29</sup> Nesse ponto Foucault (2008) afirma que o sujeito não é necessariamente o autor do texto, mas a construção de um lugar de fala materializado. Assim, um mesmo autor pode ocupar diferentes posições de sujeito.

<sup>30</sup> O autor diz ainda que as Formações Discursivas são o conjunto de regras anônimas, determinadas historicamente no tempo e no espaço, que originam em certa área social/econômica/geográfica/linguística as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2008).

vinculados ao *status*, ao lugar institucional e técnico de onde falam e à posição de sujeito que ocupam (FRANZONI, 2013).

Partindo dessa classificação, pode-se pensar a função enunciativa do editorial a partir das diversas características já apresentadas<sup>31</sup>. Daí pode-se tirar algumas impressões que aproximam as características apresentadas com a função enunciativa dos editoriais em revista. Dos pontos apresentados a impessoalidade (c) pode ser descartada, já que a revista questiona esse padrão vindo do jornal impresso (BOFF, 2013).

Na relação com o *status*, o lugar institucional e as posições de sujeito, o fato de ser escrito pelo jornal em consonância com o que acredita tanto sua direção quanto o conjunto de grupos econômicos, anunciantes, etc. envolvidos pesam ao tratar do editorial, e sua função enunciativa não pode ser caracterizada sem levar em conta essa questão. Por outro lado, a posição de sujeito ocupada no editorial busca ser clara, demarcando fazer parte do comentário da realidade, e não de seu relato. Tecnicamente, o editorial em revista se constitui a partir da condensação de informações e da flexibilidade, apesar de já se distanciar do ensaio literário breve e de não ser necessariamente tópico, podendo ser um “cardápio” (BOFF, 2013) ou uma análise mais abrangente<sup>32</sup>. Por fim, a posição de sujeito ocupada e o *status* delimitado dão ao editorial a possibilidade de dialogar com as esferas do poder público.

Resumidamente, a função enunciativa do editorial em revista é caracterizar a opinião da empresa de forma clara (ou seja, sem esconder que se trata de opinião dos proprietários do jornal<sup>33</sup>) em textos curtos (condensados) e flexíveis que buscam

---

<sup>31</sup> São elas: a) é parte integrante do jornalismo opinativo ou do comentário da realidade; b) é o meio de expressão da opinião da empresa jornalística (de seus donos ou da junção dos diversos interesses em torno da empresa); c) é, em sua maioria, não assinado e, assim, impessoal; d) é tópico, delimita-se a temas específicos; e) é condensado, não se prolonga muito, representa rapidamente uma ideia dentro de um espaço curto; f) é flexível, plástico em sua forma; g) é próximo do ensaio literário, apesar de ser mais breve do que aquele; e, h) no Brasil, é em sua maioria dirigido para figuras do poder do Estado em suas diversas instâncias.

<sup>32</sup> A questão da topicalidade no editorial em revista é desconstruída na análise empírica realizada, já que parte considerável das citações à crise, por exemplo, eram conjunturais e não centrais para o tópico abordado.

<sup>33</sup> Não quer dizer que nas seções informativas da revista não haja opinião, como querem fazer crer as próprias revistas. Mas o editorial é calcado, e isso é explicitado, na opinião da empresa, essa

em especial um diálogo, no caso dos editoriais das revistas semanais de informação, com os poderes públicos e seus representantes.

Em especial, a existência do editorial, apesar de se mostrar um gênero entre os identificados como mais antigos, permanece nas revistas por ter esse caráter de dialogar com os poderes públicos e seus representantes. Ou seja, tem papel discursivamente coercitivo, de pressão ao que não lhe convém e, ao mesmo tempo, de autorização, de exprimir a *sua* licença ao que considera correto.

### **3. MODOS DE VER E DE DIZER A CRISE FINANCEIRA**

No capítulo anterior foram revisados os conceitos que aproximam o discurso e o jornalismo, assim como questões pertinentes do jornalismo em revista, das revistas semanais de informação, do jornalismo opinativo e do editoria, aproximando por meio da função enunciativa novamente jornalismo e discurso. Neste capítulo, são abordadas a atuação do jornalismo frente às transformações econômicas, o jornalismo econômico e seus modos de dizer, os modelos econômicos globais das últimas décadas e a crise de 2008.

#### **3.1 Jornalismo e Economia**

Da mesma forma que é necessária a compreensão das divisões do Discurso Jornalístico e as especificidades do jornalismo opinativo, também é preciso revisar as intersecções do jornalismo com a economia. Afirma Shiller (*apud* STARKMAN, 2012) que as primeiras bolhas econômicas aconteceram no mesmo período do nascimento do jornalismo econômico, considerando assim que um impulsionou o outro. O jornalismo influencia a economia e é diretamente por ela influenciado. Entender essas interinfluências possibilita uma análise mais qualificada dos Discursos postos em jogo durante a crise financeira.

##### **3.1.1 Jornalismo e as reorganizações institucionais: da profissionalização fordista à flexibilidade multitarefa**

A mudança de um jornalismo partidário (MARCONDES FILHO, 1989) para um jornalismo calcado na informação não afeta apenas o *ethos* jornalístico<sup>34</sup>, mas também atinge o jornalismo em sua estrutura econômica. É o que Virgínia Fonseca (2005) resume a partir de seu estudo, afirmando que as mudanças nas estruturas organizacionais das empresas de mídia acompanharam as etapas do próprio

---

<sup>34</sup> Esse trabalho não tem o intuito de debater a noção de *ethos* jornalístico. Vale aqui a definição inicial de Bertasso: “o jornalismo é constituído e contornado por uma série de normas e valores éticos, morais e culturais, presentes nas representações que temos do seu papel social e também das representações que ele produz a respeito da realidade social” (BERTASSO, 2013, p. 25).



desenvolvimento capitalista, atingido o jornalismo como instituição, como produto e como partícipe dos processos de reprodução desse regime.

Entre o fim do século XIX e o início do século XX dois fenômenos coligados atuaram sobre o jornalismo: a passagem de um jornalismo partidário (na sua acepção mais abrangente, como viés ideológico) para um jornalismo comercial; e a profissionalização da atividade jornalística. Para Neveu (2006) o fenômeno da profissionalização do jornalismo se inicia no começo do século XX, nos EUA e na Inglaterra. E acontece a reboque justamente da mudança de estatuto do jornalismo, o fenômeno da passagem do partidarismo aos fins comerciais por meio dos “barões da imprensa” (NEVEU, 2006), empresários capitalistas dissociados do engajamento partidário, que, seguindo a lógica empresarial, levam a uma “profissionalização forçada” do jornalismo (NEVEU, 2006, p. 25).

A profissionalização forçada transforma o processo de produção jornalístico. Desde meados do século XIX, quando ainda afetado pelo taylorismo, e, no século XX, já afetado pelo fordismo, o jornalismo passa por um processo que o torna mais veloz por conta de fatores como a tecnologia e a divisão e especialização do trabalho do jornalista (com hierarquia e subdivisões bem definidas) (FRANCISCATO, 2005).

Virgínia Fonseca (2005) usa o termo “indústrias culturais”, consagrado por diversos autores, para definir as organizações de mídia. Organizada em grandes empresas que centralizam todo o processo de produção, com tarefas compartimentadas e especializadas, a fase das indústrias culturais se assemelha ao modo de produção fordista (FONSECA V, 2005; FRANCISCATO, 2005).

Mas, assim como o fordismo perde sua hegemonia em meados dos anos 1970, as transformações no processo de produção também atingem o jornalismo. A imprensa, já reconhecida como parte do mercado, adota a acumulação flexível como forma de produção, o neoliberalismo como doutrina econômica e a pós-modernidade como amparo ideológico (KUCINSKI, 2007; FONSECA V, 2005; FONSECA F, 2005).

Virgínia Fonseca (2005) aponta algumas alterações nas rotinas de produção jornalísticas a partir de estudo sobre o jornal gaúcho Zero Hora: a informatização da

redação como um dos primeiros pontos de mudança<sup>35</sup>; o jornalista como profissional multitarefas; a passagem da remuneração exclusivamente por tempo de serviço para remuneração baseada em metas individuais e por grupo; a estrutura multimídia das notícias e a necessidade de jornalistas que saibam manejar todas as funções (jornal impresso, TV, rádio e internet); a nova forma de organização do trabalho nas redações, extinguindo os cargos de “pauteiro” (a ocupação, antes centralizada em um profissional responsável por articular e apresentar pautas, agora é dever de todos na redação) e revisores (os repórteres ficam responsáveis pela revisão dos seus textos e de seus colegas) (FONSECA V, 2005).

As transformações, além de atingirem a produção jornalística, atingem também a estrutura organizacional: as empresas, grandes conglomerados de mídia, seguem a mesma lógica de empresa descrita por Neveu (2006) – a busca pelo lucro e o não-partidarismo -, mas se adaptam àquilo que o leitor deseja ler e tem sua estrutura tornada mais fluida e descentralizada (FONSECA V, 2005).

Assim, afirma Virgínia Fonseca (2005), o noticiário não é mais desafiador, nem crítico ou provocador, mas cheio do *fait divers* e de notícias sobre as celebridades do momento e a estrutura de atuação fica baseada em pequenos grupos de profissionais que podem estar geograficamente separados, mas tecnologicamente juntos.

O fato de parte do campo econômico ter o controle da mídia por meio da renda publicitária dos anunciantes desse campo e, assim, influenciarem o jornalismo, leva Neveu (2006) a elencar a economia e a lógica empresarial das empresas como influências centrais ao campo jornalístico<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Como indica Franciscato (2005), é impossível pensar as sociedades sem suas tecnologias, já que elas acompanham e influenciam as evoluções da sociedade. A passagem de um processo produtivo para outro é diretamente influenciada pelas mudanças tecnológicas.

<sup>36</sup> Neveu (2006) elenca, além da economia e da lógica comercial, outras duas influências ao campo: a influência espaço-temporal (ligada ao processo de produção e, portanto, ligado às lógicas de produção hegemônicas no capitalismo) e a estrutura do campo e de suas hierarquias.

### 3.1.2. Jornalismo econômico no Brasil

Se há uma influência da economia sobre o jornalismo como um todo, no que tange ao jornalismo econômico ela se torna mais evidente. O jornalismo econômico nasceu no formato de editoria de finanças na Europa ainda no século XVII como modo de divulgar as notícias ligadas à expansão das navegações do período e do comércio nascente (STARKMAN, 2012). Sua chegada ao Brasil com formato de jornalismo econômico acontece entre o final do século XIX e início do século XX por meio de colunas fixas e diárias voltadas para o tema (CALDAS, 2008). Dali em diante, a história do jornalismo econômico no país é assim resumida por Caldas:

Por volta de 1920 o jornal *O Estado de S. Paulo* publicava uma coluna diária com o sugestivo título “Magnos problemas econômicos”, assinada por Cincinato Braga. Nos anos 30, o ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, manteve, durante anos, uma coluna em *O Jornal* com comentários sobre o mercado do café, naquela época o mais poderoso motor da economia nacional. E nos primeiros anos do século XX os jornais passaram a publicar (o que fazem até hoje) seções de mercados, em página inteira, com informações dos mercados dos principais produtos agrícolas, do ouro e da prata, por exemplo. (CALDAS, 2008, p. 11)

Mas foi na época da ditadura militar que o jornalismo econômico mais cresceu no país. Para Caldas (2008) e Basile (2011) existe um fenômeno de causa e efeito entre as duas questões. Afirmam os autores que a repressão e a censura da época davam pouco espaço para a apuração e veiculação do noticiário político nos grandes jornais. Por outro lado, o “milagre econômico”<sup>37</sup> brasileiro era motivo de orgulho para o governo ditatorial, que incentivava a cobertura econômica. O espaço para o jornalismo econômico cresceu exponencialmente, ganhando cadernos exclusivos em jornais<sup>38</sup>, revistas especializadas e espaço em programas de TV<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Uma definição resumida do termo é feita por Sidnei Basile: “Favorecido por generosos empréstimos aos setores público e privado garantidos pelo Tesouro Nacional, começa um portentoso ciclo de crescimento, no início do anos 1970, que será conhecido como o “milagre brasileiro” [sinônimo do “milagre econômico”]. Esse período é caracterizado por baixa inflação, elevados níveis de crescimento econômico e pesado endividamento do setor público [...] os recursos levantados no início do ciclo são utilizados para a construção de grandes obras de infraestrutura social, como hidroelétricas e redes de micro-ondas para a telefonia, metrô, estradas, ambiciosos planos de habitação e saneamento, rodovias. Além disso, o país se lança em um ambicioso programa de substituição de importações de insumos básicos [...]. É a fase do crescimento exponencial das empresas estatais”. (BASILE, 2011, p. 83).

<sup>38</sup> Segundo Kucinski (2007), o segmento econômico passou de 1,5 páginas por edição para 6,5 páginas entre 1968 e 1988 nos grandes jornais paulistanos (Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde).

Para Caldas (2008) e Basile (2011), jornalistas nesse período, o jornalismo econômico agiu como ponta de lança na demonstração de que o regime autoritário era contrário aos interesses brasileiros até naquilo que orgulhava os militares, a economia. Diz Basile (2011) que o jornalismo econômico era uma forma de racionalizar o trato utópico dado pelo regime militar à economia.

Apesar dos dois autores prestarem grande reverência ao jornalismo econômico feito à época, Kucinski (2007) tem uma postura mais crítica. Para o autor, as direções dos grandes jornais do período praticavam principalmente a autocensura em suas redações:

A autocensura foi o principal mecanismo de controle da informação durante o regime autoritário. Sua base era uma empresa jornalística não só identificada como classe com os objetivos do regime, mas preocupada em evitar a censura direta, que é muito mais ruínosa para a empresa jornalística, pois destrói trabalho realizado e torna o produto final imprevisível. Daí a acomodação aos interesses do regime. (KUCINSKI, 2007, p. 177)

Mesmo com casos exemplares, Basile (2011), ao tratar da missão política que a extinta Gazeta Mercantil assume para si em relação ao empresariado brasileiro (inclusos os empresários das mídias), dá pistas de que, no geral, a mídia assumia uma postura bem menos combativa do que faz parecer:

[a missão política era] de que se tornava necessário **cooptar os empresários para a causa da democracia**, porque, como se dizia então, raramente a livre iniciativa salvou a liberdade, mas a liberdade sempre socorreu a livre iniciativa. Isto era especialmente sensível aos ouvidos dos empresários que sofriam com o avanço do Estado sobre a economia e temiam esses excessos [...]. Quando os empresários perceberam o alcance e a envergadura da proposta, embarcaram nela. E foi um dos importantes segmentos que, **ao retirar o apoio incondicional ao regime militar**, acabou por inviabilizá-lo. (BASILE, 2011, p. 87, grifo nosso)

O empresariado, portanto, com os “barões da imprensa” entre eles, não eram tão inclinados à democracia, a não ser quando o regime passou a ameaçar seus negócios. Essa visão pragmática do empresariado e, especificamente, dos proprietários dos jornais em meio à ditadura, é questão fundamental para entender o jornalismo econômico praticado no passado e no presente no Brasil.

Para Kucinski (2007) o jornalismo econômico se ressentia da pouca margem de autonomia que tem frente à leitura ideológica de seus donos e das classes

---

<sup>39</sup> São exemplos o programa de Joelmir Beting (1936-2012) na TV Gazeta, o crescimento da Gazeta Mercantil (extinta em 2009) e a criação da revista Exame (antes um caderno da nascente Veja) (CALDAS, 2008; BASILE, 2011; KUCINSKI, 2007).

proprietárias. Caldas (2008), por outro lado, considera que o avanço da democracia no Brasil levou ao fim do “adesismo político ou favorecimento econômico” (CALDAS, 2008, p. 28), já que os meios de comunicação vivem de sua credibilidade e, se a perdem, vão à falência<sup>40</sup>.

Ainda com relação ao empresariado e ao jornalismo enquanto empresa, dirá Caldas (2008) que os anos 70 foram de grande crescimento do mercado financeiro na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro <sup>41</sup>e que os jornais e revistas na época foram todos criados num mercado ainda inexistente, gerando grandes receitas tanto em vendas como em ganhos publicitários, num tempo em que outros assuntos, como a política e a cobertura internacional, eram proibidos. Elementos que, juntos e vistos de forma crítica, dão a entender que o jornalismo econômico foi, para além de um desafio ao regime, um negócio extremamente lucrativo. Especialmente se pensado o mercado de revistas em expansão e segmentação nessa mesma época (MIRA, 2001; SCALZO, 2004).

No período posterior à ditadura, da redemocratização e da Nova República (1985-1994)<sup>42</sup>, o jornalismo econômico se diversifica e se especializa, ganhando mais espaço nos telejornais e publicações segmentadas por setores produtivos (BASILE, 2011). É nesse período também que colunistas especializados de fora das redações passam a ser mais comuns e os editoriais se tornam mais “ousados e independentes nos comentários sobre as ações do governo” (CALDAS, 2008, p.27).

O período da Nova República marca também o período de neoliberalização do país (FONSECA F, 2005), questão controversa para Basile (2011), Caldas (2008) e Kucinski (2007). Para Basile (2011) e Caldas (2008) a independência conseguida pelos jornais e a dinamização do mercado editorial é que devem ser destacadas. Para Kucinski (2007) o que se destaca é o “totalitarismo do econômico” na condução da sociedade, bem como a ideologização do jornalismo econômico no país,

---

<sup>40</sup> Essa visão de causa-e-efeito é próxima daquela já vista quando do debate apresentado por Beltrão (1980). Ver nota de rodapé 24.

<sup>41</sup> Principal Bolsa da época, hoje ligada à BM&FBovespa, de São Paulo, atualmente a principal do país

<sup>42</sup> O conceito de “Nova República” é analisada por Orlandi (1996b) no que carrega linguisticamente a atribuição “Nova”. Dentre as questões levantadas pela autora, destaque ao que o adjetivo “nova” faz silenciar o período da ditadura ao dar aparência de “velho” ao tema.

identificada com o projeto neoliberal. O neoliberalismo tem como característica dar centralidade ao econômico em detrimento dos campos político e o social. O jornalismo econômico brasileiro segue essa tendência (KUCINSKI, 2007), em especial ao dar centralidade ao capital e ao processo de acumulação capitalista em detrimento do homem em meio a este processo.

Também o telejornalismo em economia passa a focar “na conjuntura, nos efeitos das sucessivas crises econômicas dos últimos quinze anos” (CALDAS, 2008, p. 24). O que, para Kucinski (2007), o faz perder de vista o estrutural da economia, ou seja, o jornalismo econômico brasileiro não é capaz de enxergar, entre a busca pela compreensão do presente e a ideologização neoliberal, os fatores que estruturam a economia nacional e internacional (KUCINSKI, 2007). Diz Basile (2011) que o leitor de economia no jornal quer coisas muito específicas: “como foi a Bolsa ontem? E o dólar? E quais são as últimas novidades sobre a política econômica? E sobre alguma grande empresa que anda nas manchetes?” (BASILE, 2011, p. 125)

É essa necessidade de agradar ao leitor preocupado com o presente e da falta de uma visão macro da economia que tornam o jornalismo econômico brasileiro incapaz de perceber as anomalias do sistema em momentos de crise (KUCINSKI, 2007). Por isso Francisco Fonseca (2005) e Kucinski (2007) apontam que o período dos anos 1980 foi marcado pelo consensualismo em torno da validade das teses neoliberais no país<sup>43</sup>.

Aliado à busca pelo consenso e à centralização da economia está a linguagem, chamada de “economês”. Para Kucinski (2007) o “economês” não é apenas fruto das dificuldades da tradução do jornalista para o público, ou pelo fato

---

<sup>43</sup> Apesar de Basile (2011) e Caldas (2008) ignorarem as questões políticas envolvidas na expansão do jornalismo econômico naquele período, assim como ignoram que tomaram parte da criação e manutenção do consenso neoliberal no país, dão excelentes pistas de seus preceitos ideológicos. Diz Caldas (2008), replicando a lógica do Estado mínimo neoliberal, que o jornalismo econômico é criticado por focar muito o governo, mas que assim o é por ser o governo grande demais, influenciar demais a economia e, em resumo, “O problema não é a imprensa que cobre demais o governo, é o país que ainda depende muito do governo” (CALDAS, 2008, p. 82). Já Basile (2011) exemplifica a centralização da economia em detrimento das pautas políticas e sociais (KUCINSKI, 2007) ao transparecer toda sua preocupação com a Bolsa de Nova Iorque em detrimento de questões humanitárias: “O munda da informação global não é apenas aquele em que você fica sabendo que um jato israelense atacou um acampamento palestino e matou nove pessoas quase no momento em que isso ocorreu. É também o cenário em que **uma informação relevante**, como, por exemplo, a queda da Bolsa de Nova York, certamente vai afetar sua poupança e investimentos pessoais” (BASILE, 2011, p. 200, grifo nosso).

da economia circular em um plano de saber fora do “saber convencional” (KUCINSKI, 2007, p. 14), mas também por ser ela objeto de instrumentalização ideológica crescente:

Foi decisivo o jornalismo como linha auxiliar na campanha neoliberal dos anos 90 pelo desmonte do estado social-democrata, na sedução dos jovens ao ideal do sucesso pessoal, na disseminação da nova utopia das classes médias: a de possuir o próprio negócio. O jornalismo econômico, veículo por excelência dessa nova ideologia, tornou-se o principal agendador do debate político. Assim, a disfunção de sua linguagem talvez tenha uma função ideológica. Um jornalismo que não se propõe a explicar e sim a seduzir (KUCINSKI, 2007, p. 15).

Vista a revisão acima aponta-se agora algumas características do jornalismo econômico em seu fazer e em sua ideologia com o auxílio de Kucinski (2007) e o que ele chama “mentalidade” do jornalismo econômico brasileiro: a) o consensualismo, “exige o consenso obviamente em torno dos interesses dominantes e não considera legítima a divergência” (KUCINSKI, 2007, p. 189); b) o dogmatismo, “se manifesta no reducionismo da discussão, no desprezo pelo factual e no pouco trabalho analítico” (KUCINSKI, 2007, p. 190), e está ligado a questão de velhas leituras econômicas serem sempre reutilizadas para explicação dos fenômenos; c) a ingenuidade, “o jornalista brasileiro insiste em descrever o mundo dos negócios como uma história de fadas em que só há encantamentos” (KUCINSKI, 2007, p. 190); d) o oficialismo, “subserviente ao governo do dia [...] assume postura triunfalista nos momentos de euforia econômica, tardando muito para fazer à crítica, em geral à reboque de outros setores da sociedade”. (KUCINSKI, 2007, p. 191); e) o entreguismo, ao assumir “a defesa integral dos interesses estrangeiros, tanto na sua visão geral dos processos econômicos, como em histórias específicas” (KUCINSKI, 2007, p. 190), sendo o produto e as ideias nacionais menosprezados em relação a seus pares estrangeiros; f) o deslumbramento, “perante as grandes empresas e os grandes empresários e banqueiros, do que resulta uma atitude subserviente e acrítica. Os grandes empresários são reverenciados pelo jornalismo” (KUCINSKI, 2007, p. 192).

### **3.2 Precedentes político-econômicos da crise**

Mencionadas as características e relações entre o jornalismo e a economia, passa-se a caracterizar algumas vertentes econômicas contemporâneas e algumas

questões econômicas que ajudam a compreender o fenômeno da crise. Essa revisão é a que dará amparo à análise dos sentidos nos editoriais das revistas.

Para compreender a crise é preciso levar em consideração a desregulação completa do sistema financeiro (HARVEY, 2011). A crise financeira atual tem causas e precedentes recentes e antigos. Para entendê-los dentro de uma postura macroeconômica, começa-se pelos preceitos político-econômicos que lhe darão origem.

### **3.2.1. Da crise de 1929 à crise do petróleo: o keynesianismo e o Estado de Bem-Estar Social**

A “grande depressão de 1929” voltou a ser discutida em 2008. O exemplo do século passado rondou os mais diversos espaços e não foram poucos aqueles que recordaram a crise de 1929 para tratar da crise de 2008, num grupo diversificado de analistas econômicos, historiadores, sociólogos e pesquisadores (CALLINICOS, 2011). Junto com a crise de 1929 voltou o modelo econômico keynesiano, considerado responsável por tirar o mundo da crise em 1929, mas pouco em voga nas últimas décadas.

O keynesianismo, doutrina econômica que leva o nome de seu maior teórico, John Maynard Keynes, é considerado a solução para a crise de 1929 por ter entre suas características o fomento a produção, forte regulação governamental do capital e uma cartilha que incluía medidas contra o desemprego e a miséria social (FONSECA F, 2005).

O keynesianismo, implementado de forma desigual e combinada em boa parte do mundo nas décadas seguintes<sup>44</sup> à crise de 1929 e, especialmente, após a II

---

<sup>44</sup> As medidas do governo Getúlio Vargas para o fomento do capital nacional e a criação de indústrias de base colocam o país entre aqueles que, de alguma forma, tiveram suas políticas econômicas modificadas pelo keynesianismo, ainda que seja muito importante levar em consideração como essas políticas foram implantadas de maneiras diferentes nas economias centrais (Europa, EUA, Japão) e nos chamados “países periféricos”, caso do Brasil (BRESSER-PEREIRA, 1968). Da década de 1940 até a década de 1970 diversas outras medidas intervencionistas são tomadas, o que representa, inclusive, ganhos para os trabalhadores como mais direitos trabalhistas e sociais, melhoria dos sistemas de saúde, de educação e previdência social (GALVÃO, 2008, p. 150)



Guerra Mundial, se diferenciava do liberalismo “*laissezfaire*”, pensamento dominante antes da grande depressão, em diversos pontos.

Inicialmente, Keynes partia de uma visão inversa ao que a doutrina econômica clássica partia: ao invés de partir do micro, das relações individuais, Keynes partia do macro, da riqueza da nação, do montante total das atividades econômicas realizadas, etc. (BRESSER-PEREIRA, 1976). Além das questões de método, o keynesianismo se diferenciava na concepção de quais atividades o Estado deveria realizar em meio à economia, com diversas atividades de regulação, e mesmo de fomento e produção, sendo realizadas pelos governos.

Auxilia, na categorização do keynesianismo, as características elencadas por Francisco Fonseca (2005) sobre o modelo. Diz o autor que a noção keynesiana de capitalismo é marcada por um Estado interventor em assuntos macroeconômicos, como regulador do mercado e dos fatores econômicos por meio da:

regulação do meio circulante, da baixa da taxa de juros, da inversão de capitais em obras públicas, do apoio ao capital produtivo e combate ao especulativo, da instituição de uma rede estatal de serviços sociais, da cobrança de impostos progressivos (FONSECA F, 2005, p. 54).

Entre outras características, o keynesianismo incorpora “o tema da igualdade da acumulação [de bens]” (FONSECA F, 2005, p. 54) dentro do capitalismo, com ênfase na redistribuição de renda como consequência da acumulação capitalista, apostando em um modelo de acumulação baseado nas empresas gigantes capazes de produzirem de ponta-a-ponta uma mercadoria, o fordismo. O keynesianismo também é marcado pela defesa da regulação do capital/trabalho pelo Estado<sup>45</sup>, do planejamento econômico e da regulação do mercado, da proteção do capital nacional em oposição ao capital estrangeiro, da participação do Estado como empresário, principalmente em setores que o setor

---

<sup>45</sup> O Estado executa funções como o estabelecimento de um salário mínimo, entra na mesa de negociação entre patrões e empregados e estabelece limites de jornada de trabalho não só de maneira geral (8 horas/dia, p. ex.), como em categorias específicas (6 horas/dia, p. ex.) (FONSECA F, 2005).

privado não pode ou não quer ter e a criação de um Estado de Bem-Estar Social (*WelfareState*)<sup>46</sup>

Com essas características, a estrutura keynesiana de Estado e de economia foi dominante em boa parte do chamado “mundo livre”<sup>47</sup> até a década de 1970, quando um ciclo de crises localizadas culminam na crise do petróleo de 1973 e, como coloca Jameson (1997), uma nova geração está preparada para um novo paradigma ideológico e uma nova tendência econômica.

### **3.2.2. Da década de 1970 à crise de 2008 (e além?): o Neoliberalismo e o Estado Mínimo**

Se até a década de 1970 a dominância, entre as doutrinas econômicas, era de ordem keynesiana, essa década marcou uma virada sistêmica, surgindo a experiência neoliberal.

As ideias neoliberais são capitaneadas por três grupos de pesquisadores, as chamadas “Escolas” – nesse caso, as Escolas Austríaca, de Chicago e de Virgínia (FONSECA F, 2005). Além desses grupos, o neoliberalismo teve penetração em diferentes partes da sociedade, em corporações, meios de comunicação, universidades, escolas, igrejas e associações de profissionais, e, especialmente, nos chamados *think-tanks*<sup>48</sup> patrocinados pelas grandes corporações (HARVEY, 2007).

Em meio ao avanço das políticas keynesianas após a II Guerra Mundial, as ideias neoliberais prosperam nesses diversos nichos, mas não ganham a força

---

<sup>46</sup> Outras características apontadas pelo autor (FONSECA F, 2005) são: a existência de fronteiras nacionais relativamente rígidas, com grande articulação entre capital nacional e o Estado-Nação e uma ordem internacional dividida em dois grandes blocos, num contexto de Guerra Fria, com a submissão da atividade econômica aos interesses estratégicos e militares em ambos os lados.

<sup>47</sup> Sobre a validade do termo valem as palavras de Huntington: “O ocidente [...] defende os seus interesses, definindo-os como os interesses da ‘comunidade mundial’. Esta expressão se tornou o substantivo coletivo eufemístico (substituindo o “mundo livre”) para dar legitimidade global às ações que refletem os interesses dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais” (HUNTINGTON, 1997, p.228). O “mundo livre” se oporia ao chamado “Bloco Socialista”.

<sup>48</sup> *Thinktanks* são instituições de grupos de interesse, que podem ser independentes ou ligadas a partidos políticos, corporações e governos. No Brasil uma instituição existente hoje, conhecida e autointitulada *thinktank*, nesse caso neoliberal, é o Instituto Millenium (IINSTITUTO MILLENIUM, 2013).

necessária para que se tornem dominantes, até que as condições materiais para uma nova doutrina são dadas:

A grave crise enfrentada pelo capitalismo no fim dos anos 1960, agravada pela crise do petróleo e dos insumos básicos, desemboca em recessão aberta em meados dos anos 1970. Como o mundo já se encontrava num sistema monetário internacional puramente fiduciário, a investida da valorização financeira sobre a valorização produtiva, natural em momentos de crise como esse, pôde se desenvolver sem amarras – e, com ela, a grita geral pela desregulamentação dos mercados, em particular dos mercados financeiros. Nesse movimento, a outra face da moeda foi a ofensiva contra o Estado, em especial no que tange à oferta de bens públicos e aos direitos dos trabalhadores. A crise e, por fim, a *debacle* completa do chamado socialismo real vão completar o quadro em que viceja a pregação da doutrina neoliberal. (PAULANI, 2008, p. 69)

O neoliberalismo torna-se dominante ao se basear em uma gama considerável de simpatizantes entre intelectuais, governos e seus representantes (HARVEY, 2007), e em uma sucessão de crises que põem em dúvida o ideário keynesiano. Se a dominância neoliberal é muitas vezes tomada à força, seja ela militar como no Chile e Argentina, seja ela financeira como em Moçambique e Filipinas - pela ação do Fundo Monetário Internacional, FMI, e Banco Mundial, BM<sup>49</sup> -, a realização do projeto neoliberal se dará com as eleições de Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher no Reino Unido (HARVEY, 2007), e ganha ainda mais força nas décadas de 1980 e 1990, com o fim do “socialismo real” e da Guerra Fria e o “triumfalismo do livre-mercado” (HARVEY, 2011, p. 24).

Auxiliam na enumeração das características do pensamento neoliberal os apontamentos de Francisco Fonseca (2005). Abaixo seguem algumas delas: o predomínio da esfera privada (o indivíduo livre no mercado) sobre a esfera pública; a crença de que o Estado interventor é produtor de muitas crises (fiscal, burocrática, de produtividade) e que deve sofrer reformas visando o mercado, diminuir impostos e gastos e ser privatizado; o Estado não deve intervir na relação Capital – Trabalho, ficando os acordos trabalhistas apenas na esfera entre o patrão e o empregado; a livre concorrência entre empresas nacionais e estrangeiras; uma concepção negativa de liberdade “caracterizada como ausência de constrangimentos (que não apenas os imprescindíveis à vida em sociedade) e interferências da esfera pública em relação à esfera privada” (FONSECA, F, 2005, p. 61); aceitação da democracia

---

<sup>49</sup> Instituições globais que gestionam diversos empréstimos (dívidas públicas) ao redor do mundo e que têm poder de intervir nas políticas econômicas das nações ao estabelecerem taxas de juros, renegociações e tomada de novos empréstimos.

somente se ela for fomentadora da liberdade individual e do livre mercado; a ênfase nas virtudes do livre-mercado como instrumento prodigioso “por aumentar a riqueza, gerando em consequência uma *natural* distribuição de renda em razão do aumento da produtividade” (FONSECA F, 2005, p. 60, grifo no original)<sup>50</sup>.

Assim, o neoliberalismo defende o desmonte do Estado de Bem-Estar Social fortalecido pelo keynesianismo por considerá-lo ineficaz, injusto e indutor de comportamentos que não valorizam o mérito e o esforço pessoal. Ao mesmo tempo, defende que a sociedade deve oferecer a cada um conforme sua contribuição, valorizando o mérito e, por consequência, a desigualdade (FONSECA F, 2005).

Portanto, pode-se dizer que a virada da hegemonia do keynesianismo para o neoliberalismo marca, especialmente, o fim da atuação do Estado interventor, agora novamente cada vez mais reduzido e a busca pela desregulamentação e desregulação de todas as esferas do capital, do trabalho aos mercados financeiros (FONSECA F, 2005).

A dominância do projeto neoliberal no âmbito econômico é acompanhada por uma atuação maciça dos *think-tanks* em busca do consenso neoliberal ao redor do mundo. Duas frentes dessa busca pelo consenso merecem destaque: a disputa ideológica demarcada pela aparente superação do modernismo e a concepção da pós-modernidade; e a transformação da empresa capitalista (entendida aqui de forma mais abrangente, como as relações de produção e reprodução do capital) de seu momento fordista para a acumulação flexível, questão diretamente envolvida com as mudanças no próprio jornalismo<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> São outras características conceituadas pelo autor: hipervalorização do sistema jurídico, que avaliza e estrutura a sociedade dos indivíduos autônomos nas ações que decidirem tomar conforme seus interesses. Assim como a ênfase nas mínimas, porém importantes, funções do Estado, que deveria ter os seguintes papéis: “a) garantir a ordem e a paz; b) garantir a propriedade privada; c) garantir os contratos livremente elaborados entre os indivíduos; d) garantir o “livre-mercado”, por meio da proibição de práticas anticoncorrenciais e da elaboração de “normas gerais e abstratas”; e) desregular, desregular e flexibilizar os mercados (financeiro, produtivo e de trabalho)”. (FONSECA F, 2005, p. 61, grifo no original).

<sup>51</sup> Como tratado rapidamente no capítulo 3.1.1 desse trabalho

### 3.2.3 Pós-modernidade e economia: do fordismo à acumulação flexível

Nesse ponto é necessário correlacionar os sistemas econômicos às concepções culturais e dos sistemas de produção que regem a sociedade. É nesse sentido que Jameson (1997) vai tratar da pós-modernidade, que considera a vertente cultural dominante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo (JAMESON, 1997, p 16).

Essa modificação sistêmica é para Jameson (1997) aquela definida por Mandel (1976) como o “capitalismo tardio”, termo que já ganhava força no circuito marxista desde a chamada Escola de Frankfurt (ADORNO e HORKHEIMER, 1991; BENJAMIN, 1987). A relação entre a estrutura econômica do capitalismo tardio e a superestrutura do pós-modernismo é sugerida por Mandel (1976) a partir da ideia de que os pré-requisitos tecnológicos para uma nova onda do capitalismo, um terceiro estágio<sup>52</sup>, tardio, estariam postos desde o fim da II Guerra Mundial. Portanto, essa terceira fase teria suas bases econômicas nos anos 50, mas os modos de ordem humana só a acompanhariam mais tarde, como comenta Jameson:

O *habitus* psíquico de uma nova era exige uma quebra radical, fortalecida por uma ruptura de gerações, que se dá mais propriamente nos anos 60 (lembrando que o desenvolvimento econômico não para em função disso e continua em seu próprio nível, de acordo com sua própria lógica) [...] Ao mesmo tempo, penso que os dois níveis em questão, a infra-estrutura e as superestruturas - o sistema econômico e a "estrutura de sentimento" cultural - , de algum modo se cristalizaram com o grande choque da crise de 1973 (a crise do petróleo, o fim do padrão-ouro internacional, o fim, para todos os efeitos, das "guerras de libertação nacional" e o começo do fim do comunismo tradicional) e, agora que assentou a poeira, revela-se a existência de uma nova e estranha paisagem (JAMESON, 1997, p. 23, grifo no original)

Essa mudança é marcada por uma estética instável, que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e as formas culturais mercantilizadas (HARVEY, 1996).

A pós-modernidade tem a tarefa de “coordenar as novas formas de prática e de hábitos sociais e mentais” (JAMESON, 1997, p 18), ao passo que deve preparar para “as novas formas de organização e de produção econômica que vêm com a modificação do capitalismo” (JAMESON, 1997, p 18). A transferência da hegemonia

---

<sup>52</sup> Levando-se em consideração haver dois anteriores: o capitalismo monopolista e o capitalismo imperialista (MANDEL, 1976)

do keynesianismo ao neoliberalismo é também a transferência, no plano superestrutural, do modernismo ao pós-modernismo.

Mudanças essas acompanhadas também pela reestruturação da produção das mercadorias e sua circulação, do fordismo (rígido) à acumulação flexível. Tais alterações são apontadas por Harvey (1996):

O colapso desse sistema [fordista-keynesiano] a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e incerteza. Não está claro se os novos sistemas de produção e marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo garantem ou não o título de um novo regime de acumulação nem se o renascimento do empreendimento e do neoconservadorismo, associado com a virada cultural para o pós-modernismo, garante ou não o título de um novo modo de regulamentação. [...] Mas os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação "flexível" uma reveladora maneira de caracterizar a história recente. (HARVEY, 1996, p. 119)

Para Harvey (1996) "rigidez" é a palavra chave para compreender o declínio do sistema fordista-keynesiano. E é desse momento de crise da rigidez fordista que surge uma nova lógica de flexibilização do sistema econômico pelos processos de trabalho e de seu mercado, dos produtos e padrões de consumo. Mudanças caracterizadas pelo surgimento de novos setores de produção e mercados, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, alta taxa de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Envolvendo ainda uma "compressão do espaço-tempo" (HARVEY, 1996, p. 140) nunca antes vista.

Todas essas alterações vêm à tona na chamada "crise do petróleo", em 1973, que, aliada a questões conjunturais apresentavam um momento de estagnação do modelo fordista-keynesiano. A partir da crise de 1973, o neoliberalismo surge avassalador, trazendo consigo uma nova organização de acumulação e uma nova divisão global do trabalho (JAMESON, 1997).

Se em 1971 o Relatório da Comissão Hunt considerava que os Estados Unidos tinham uma regulamentação poderosa de seu sistema financeiro (regulamentação iniciada justamente após a crise de 1929 e o surgimento da alternativa keynesiana), dali para frente um processo agressivo de desregulamentação começou. Em resposta a crise, para que se estabelecesse a sobrevivência do capitalismo, uma grande pressão pela desregulamentação da

economia tomou corpo e, por volta de 1986, já tomava todos os centros financeiros (HARVEY, 1996).

A desregulamentação e a inovação financeira — processos longos e complicados — tinham se tornado, na época, um requisito para a sobrevivência de todo centro financeiro mundial num sistema global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas. A formação de um mercado de ações global de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca, de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, **significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito.** [...] A estrutura desse sistema financeiro global alcançou tal grau de complexidade que ultrapassa a compreensão da maioria das pessoas. As fronteiras entre funções distintas como bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor etc, tornaram-se cada vez mais porosas, ao mesmo tempo que novos mercados futuros de mercadorias, de ações, de moedas ou de dívidas surgiram em toda parte, introduzindo o tempo futuro no tempo presente de maneiras estarrecedoras. (HARVEY, 1996, p. 152, grifo nosso)

Dentro dessa desregulamentação feroz, os bancos tomam empréstimos uns dos outros, as companhias de seguro e pensão estão agora entrelaçadas e os capitais industrial, mercantil e imobiliário, antes rigidamente separados, estão agora integrados às estruturas e operações financeiras, sem que se saiba mais onde começam os interesses comerciais e industriais desses capitais e onde começa os interesses especulativos puramente financeiros (HARVEY, 1996).

Nesse ponto, é preciso situar que a transição de um paradigma keynesiano para um neoliberal/flexível não é uma simples escolha, mas uma resposta concreta às dificuldades passadas pelo modelo keynesiano na gestão do capitalismo. Ou seja, assim como na crise de 1929 o *laissez-faire* é substituído por um Estado regulador por conta das falhas do primeiro em gestionar o capital, a substituição nos anos 1970 representam o mesmo: o esgotamento das possibilidades fordistas na acumulação, assim como o esgotamento do capital sob regulação, fazem surgir a acumulação flexível, altamente ligada aos avanços tecnológicos, e o neoliberalismo como plataforma econômica.

A crise de 2008 seria assim uma extensão, em escala superior, da crise da década de 70. Iniciada em 1973 primeiro como *crash* do mercado imobiliário global e fortalecida pela chamada crise do petróleo no fim do mesmo ano (HARVEY, 2011), e

coibida em partes pela flexibilização neoliberal, a crise entra agora em uma nova fase<sup>53</sup>.

### **3.3 Crise de 2008: as crises no período neoliberal e o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos**

#### **3.3.1 As crises do período neoliberal**

Para entender a crise de 2008 é importante revisar rapidamente o período entre 1973 e 2008 e o estouro da bolha imobiliária nos EUA. Nesse período de 25 anos, centenas de crises econômicas ocorreram, diferentemente do período anterior, marcado por poucas crises (HARVEY, 2011). Para Harvey (2011) há uma tendência para que as crises desse período envolvam propriedades e o desenvolvimento urbano<sup>54</sup>, caso da crise de 2008. Essa ligação pode ser explicada por meio da chamada “crise pontocom” e a solução encontrada para que ela cessasse nos EUA.

---

<sup>53</sup> Antes de seguir o curso rumo a crise de 2008 é preciso destacar que o keynesianismo e o neoliberalismo preveem ambos administrar do capitalismo, mas enquanto o neoliberalismo defende a liberdade total dos mercados (ainda que Harvey (1996) e Dowbor (2012) apontem para o flagrante equívoco no uso do termo “liberdade” nesse sentido, já que essa liberdade acaba se transformando em uma conjunção de empresas gigantescas que controlam um oligopólio global), o keynesianismo defende um Estado interventor. A mudança de paradigma faz alterar essa regulação estatal, o que pode ser uma das decisões mais relevantes para o estouro da crise de 2008.

<sup>54</sup> Harvey identifica diversas crises imobiliárias, ou causadas por questões imobiliárias, nesse período: “A primeira crise em escala global do capitalismo no mundo pós-Segunda Guerra começou na primavera de 1973, seis meses antes de o embargo árabe sobre o petróleo elevar os preços do barril. Originou-se em um crash do mercado imobiliário global, que derrubou vários bancos e afetou drasticamente não só as finanças dos governos municipais [...], mas também as finanças do Estado de modo mais geral. O *boom* japonês da década de 1980 terminou em um colapso do mercado de ações e preços da terra em queda (ainda em curso). O sistema bancário sueco teve de ser nacionalizado em 1992, em meio a uma crise nórdica que também afetou a Noruega e a Finlândia, causada por excessos nos mercados imobiliários. Um dos elementos que desencadearam o colapso no Leste e Sudeste Asiático de 1997 a 1998 foi o desenvolvimento urbano excessivo, alimentado por um influxo de capital especulativo estrangeiro, na Tailândia, em Hong Kong, na Indonésia, na Coreia do Sul e nas Filipinas”. (HARVEY, 2011, p. 14). Além das crises imobiliárias citadas, dezenas de outras crises de diferentes intensidades e com diferentes epicentros ocorreram nesses 25 anos. Destacam-se, entre elas, as crises das dívidas dos países periféricos nas décadas de 1970 e 1980 (HARVEY, 2011), a crise do México (1994), dos tigres asiáticos (1997), da Rússia (1998), do Brasil (1999 e 2002) e da Argentina (2001) (VIDAL, 2011). Cada uma dessas crises teve diferentes intensidades e taxas de contágio para outros países, mas todas elas podem ser catalogadas nas crises locais que já davam pistas para certo esgotamento da forma de acumulação neoliberal. Para mais detalhes sobre as crises citadas e a relação com a crise de 2008 ver Vidal (2011), Barba (2011) e Hissa (2012).



A “crise pontocom”, ou “bolha da internet” como também foi chamada, se refere ao ciclo de supervalorização das empresas do setor de comunicação e tecnologia para a internet que acarretou em uma grande queda dos preços em março de 2000, e uma desvalorização de US\$5 trilhões em dois anos (VIDAL, 2011). É considerado como “ápice” da bolha a aquisição do grupo de mídia Time Warner por parte do provedor de internet AOL (AmericaOnline), em janeiro de 2000. A crise provocada pelo estouro da bolha levou o Banco Central dos EUA (Fed) a um corte da taxa básica de juros de 6,5% para 3,5%, como forma de conter a crise e movimentar a economia, movimento que foi ainda fortalecido pelos efeitos negativos na economia depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, diminuindo a taxa ao patamar de 1% em julho de 2003 (BARRETO, 2009).

Além dessas medidas de fomento às movimentações econômicas, as autoridades econômicas dos EUA promoveram o endividamento das famílias por meio das hipotecas *subprime*, o epicentro da crise financeira de 2008.

A bolha especulativa da Internet transferiu-se paulatinamente para o mercado hipotecário, cada vez mais desregulado.

O medo gerado pelas perdas com ações levaram milhões de pessoas ao mercado imobiliário, na busca de uma alternativa segura para investir seu dinheiro, e a migração dos investidores provocou um crescimento significativo na venda de imóveis (BRITO, 2012, p. 26)

O misto de fortalecimento dos mercados hipotecários aliado a uma regulação cada vez menor ajudam a explicar a crise de 2008.

### **3.3.2 As hipotecas *subprime* e a desregulação financeira**

O período entre o estouro da bolha da internet e o estouro da bolha imobiliária que dá origem à crise financeira de 2008 é marcado por um mercado ainda mais desregulado, por uma série de criações financeiras “estranhas” (HARVEY, 2011) e por um crescimento impressionante nos valores dos imóveis nos EUA.

### 3.3.2.1 As hipotecas *subprime*

As hipotecas *subprime*, as mais inseguras quanto ao seu retorno financeiro, se diferenciam do segmento das hipotecas *prime*, consideradas seguras já em seu “foco de mercado”, sendo concedidas para:

- a) para tomadores com um baixo *credit score* [histórico de crédito problemático], histórico de delinquência, falência ou de empregos ruins, b) para tomadores especializados em empréstimos de alto custo e que vendam poucos empréstimos a empresas garantidas pelo governo, ou c) certas hipotecas não disponíveis no mercado *prime* (BARBA, 2011, p. 32)

Na retomada da economia pós-crise pontocom e pós 11 de setembro, o governo Bush facilita esse tipo de operação, “a regra era conceder o máximo de crédito possível e obter mais lucros.” (BRAID, 2011, p. 23). Nesse contexto, os imóveis passaram a ficar cada vez mais valorizados, e os detentores de hipotecas *subprime*, ao ver que seus imóveis se valorizavam, passam a tomar ainda mais empréstimos, com o aval dos bancos.

Os bancos, por sua vez, tinham aval do governo para seguir emprestando e para repassar esses títulos para agências garantidas pelo governo, o Fannie Mae, o Freddie Mac e o Ginnie Mae<sup>55</sup> (as duas primeiras nacionalizadas no decorrer da crise) (BARRETO, 2009). Assim, as hipotecas *subprime* eram securitizadas pelas agências de hipoteca por meio das obrigações de dívidas garantidas (*collateralized debt obligations*, CDO), que eram então repassadas para as três agências garantidas pelo governo, que reasseguravam esses pacotes com corretoras de seguro (como a AIG, também duramente atingida pela crise) por meio do MBS (*Mortgage Backed Security*, outra forma de securitização dos títulos hipotecários). Além disso, bancos e outros emissores também adquiriam pacotes de hipotecas. Cada uma dessas etapas “limpava” os títulos hipotecários *subprime*, que passaram a receber notas altas das agências de risco como a *Moody's*, *Standard & Poor's* e *Fitch* (GONTIJO e OLIVEIRA, 2011), o que significa que para essas agências as ações que incluíam hipotecas *subprime* eram muito seguras.

---

<sup>55</sup> “Garantidas pelo governo” se refere ao fato dessas agências serem ex-estatais privatizadas e terem uma relação mais próxima ao governo. Elas tinham condições facilitadas para comprarem os créditos hipotecários e, ainda, tinham a maior parte de suas ações securitizadas. Não por acaso as duas primeiras (Freddie Mac e Fannie Mae), mesmo virtualmente falidas, receberam grandes injeções de recursos por parte do governo, o que significou, na prática, sua reestatização (GONTIJO e OLIVEIRA, 2011)

No decorrer de toda a linha entre o cliente que adquiria a hipoteca e o investidor que comprava ações ligadas a essas hipotecas<sup>56</sup> havia um longo caminho, com inúmeras falhas sistêmicas que podem ser resumidas da seguinte forma (ver também o resumo ilustrado na Figura 01):

- começava no processo de avaliação, pois os avaliadores eram contratados pelo banco ou agente emissor para realizar uma avaliação individual. Quanto mais alta a avaliação, melhor era a comissão. - na fase de securitização, a existência de um mercado secundário ávido por hipotecas gerava demanda cada vez maior por volume de títulos [...]. - o banco comprava no mercado secundário, empacotava na forma de títulos depositados (MBS); o ganho não estava em ficar com os papéis, mas em repassá-los e ganhar com as taxas embutidas na venda. Nessa fase, também não havia preocupação com a qualidade individual dos títulos que estavam dentro dos MBS: o banco buscava apenas uma boa nota de avaliação de risco do pacote de MBS. - A agência de risco era contratada pela própria instituição financeira para fazer a avaliação. Logo, o interesse do banco era que fosse emitido com as melhores notas *rating* [avaliação]. (BRITO, 2012, p. 46)

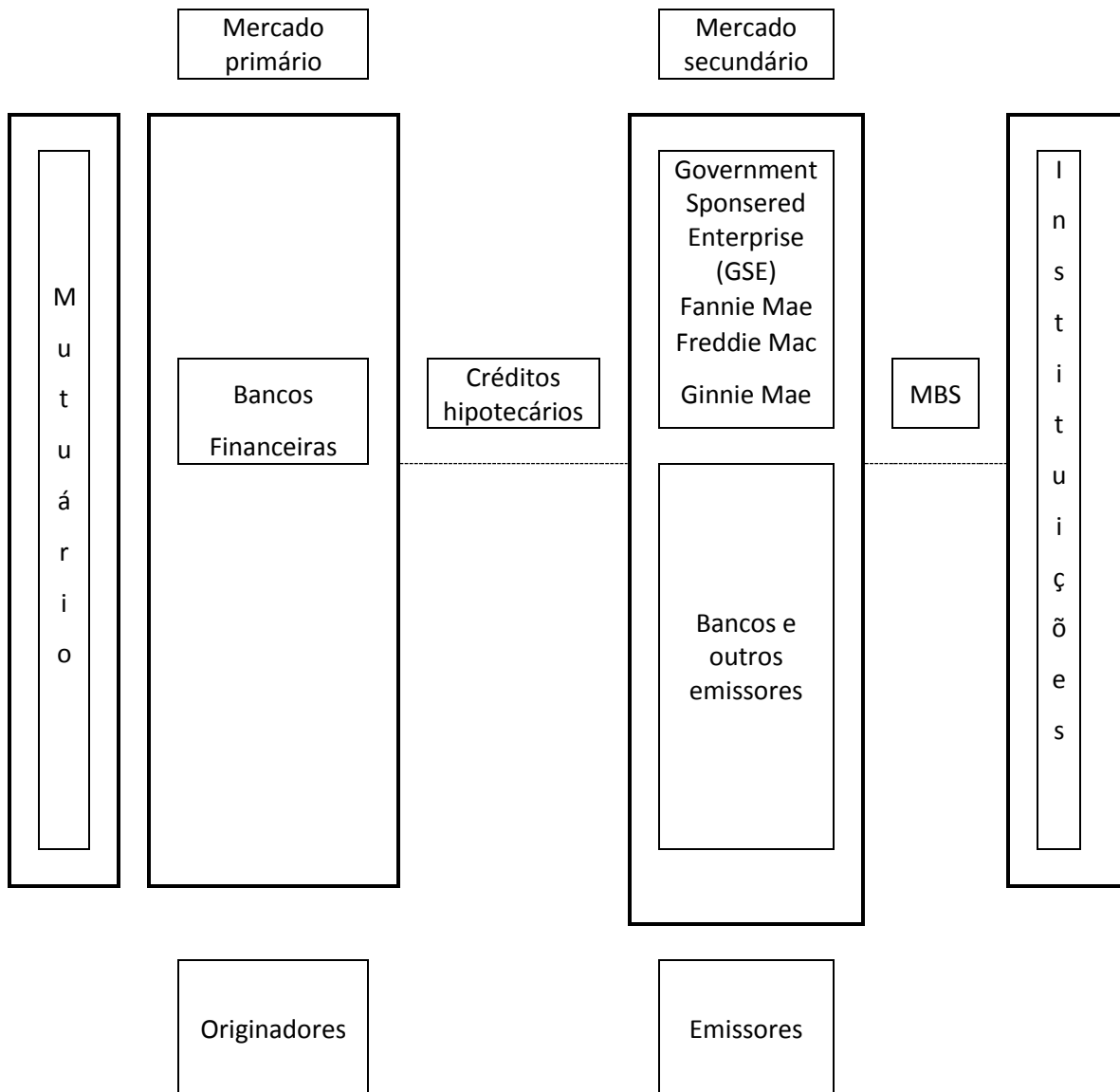
Essa engenharia era, logicamente, muito lucrativa. Ao ponto dos bancos e financeiras originários das hipotecas passarem a ser não simples concessionários de financiamentos, mas *distribuidores*. Ou seja, o ganho não estava mais em receber taxas e juros do cliente (mutuário), mas na distribuição dos pacotes de hipotecas para outras instituições (BRITO, 2012).

Dentro dessa lógica, as hipotecas *subprime*, em 1996 responsáveis por 8% do mercado de hipotecas, passaram a 20% dele em 2006 (BRITO, 2012), um crescimento que levava a uma valorização cada vez maior do mercado imobiliário num ciclo viciante em que a valorização dos imóveis levava a novas hipotecas, que valorizava os imóveis e assim por diante.

---

<sup>56</sup> Por compradores entende-se tanto os bancos de investimento e especuladores quanto “pessoas físicas” e entidades como “fundos de pensão, pequenos bancos regionais europeus e governos municipais da Noruega à Flórida” (HARVEY, 2011, p. 12). Nos EUA é muito comum que indivíduos tenham ações de diversas empresas. O *boom* de investidores pessoais iniciou-se nos anos 90. Inexperientes, na maioria das vezes esses investidores acabam perdendo mais dinheiro do que ganhando por estarem sempre um passo atrás do mercado, o que rendeu a eles o apelido de “*Greater Fool*”, o Grande Idiota (POSEN, 2006).

FIGURA 01 – MODO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO HIPOTECÁRIO



Fonte: Brito, 2012, p. 42

### 3.3.2.2 A desregulação e as inovações financeiras

As causas da crise de 2008 parecem ser tão complexas quanto o mercado financeiro se tornou nas últimas décadas. Nesse sentido, duas questões aparecem como possíveis construtores da crise: a desregulação financeira promovida pela arquitetura neoliberal e as inovações que a acompanharam.

Entre as inovações ocorridas, estão os processos de securitização e de derivativos que tomaram conta do mercado de ações nos EUA. O processo de securitização chegou a níveis absurdos, se tornando a nova fronteira dos mercados de capitais (HARVEY, 2011). Aliado a isso, verdadeiras “pirâmides de derivativos” (GONTIJO e OLIVEIRA, 2011, p. 43) foram criadas em torno do mercado, e uma série de criações *artificiais* ganhou uma enorme fatia dos negócios<sup>57</sup>. Essas criações ocorrem na esteira da feroz desregulação conduzida pelo governo dos EUA nos anos 1990. Nesse período acabam os últimos resquícios de regulação por parte do governo dos EUA sobre a economia. Se até então ainda havia alguma divisão entre bancos comerciais e bancos financeiros, a promulgação do *Gramm-Leach-Bliley Act* (Ato Gramm-Leach-Bliley), em 1999, legitima as inovações financeiras que dão aos bancos comerciais a possibilidade de avançar sobre os mercados de capitais, território antes proibido (FREDDO, 2011)<sup>58</sup>.

É nesse ínterim que as diversas formas de “derivativos de derivativos” ganham vida. A criação artificial de dinheiro em mercados futuros chegava a níveis exorbitantes, com a fórmula clássica de Marx (2012):  $D - M - D'$  se transformando em  $D - D'$ . Ou seja, o Dinheiro (D) não precisava mais se transformar em uma Mercadoria (M) para se transformar em uma quantia maior de Dinheiro (D'). Agora dinheiro se transformava em mais dinheiro: “De 1980 em diante vieram à tona periodicamente relatórios sugerindo que muitas das grandes corporações não financeiras geravam mais dinheiro de suas operações financeiras do que fazendo coisas” (HARVEY, 2011, p. 28).

---

<sup>57</sup> Para Harvey (2011) a série de derivativos criados desde a década de 1990 simplesmente superam em muito uma compreensão racionalizada. O autor resume essa complexidade a partir do mercado de futuros, parte expressiva dos derivativos: “O mercado de futuros abarcou quase tudo desde o comércio de direitos de poluição até especulações sobre o tempo. De quase nada em 1990, esses mercados cresceram e passaram a circular aproximadamente 250 trilhões de dólares em 2005 (a produção total mundial foi então de apenas 45 trilhões de dólares) e talvez algo como 600 trilhões de dólares em 2008. Os investidores puderam investir em derivativos de ativos e, finalmente, até mesmo em derivativos de contratos de seguros de derivativos de ativos”. (HARVEY, 2011, p. 26)

<sup>58</sup> Para Freddo (2011) a crise pode ser considerada consequência da desregulação financeira, em especial a aprovação do *Gramm-Leach-Bliley Act*, que extinguiu as últimas restrições representadas pelo *Banking Act* (também conhecido como *Glass-Steagal Act*) de 1933 e pelo *Banking Holding Company Act* de 1956.

Com todos esses elementos colocados, não existia alternativa: a bolha especulativa entraria em colapso. Como diz Grespan (2012), a crise é a crítica *objetiva* que o próprio sistema faz a si mesmo.

### 3.3.3. O estouro da bolha

Os primeiros sinais de já eram dados em 2006. Os despejos em áreas de baixa renda explodiram repentinamente naquele ano (HARVEY, 2011). No ano seguinte, quando os despejos passaram a acontecer em outras áreas, em especial com a classe média branca (HARVEY, 2011)<sup>59</sup>, os primeiros sinais de uma crise mais profunda começaram a ser comentados pela mídia e pelo governo dos EUA:

Até o fim de 2007, quase dois milhões de pessoas perderam suas casas e outros quatro milhões corriam o risco de ser despejados. Os valores das casas despencaram em quase todos os EUA e muitas famílias acabaram devendo mais por suas casas do que o próprio valor do imóvel. Isso desencadeou uma espiral de execuções hipotecárias que diminuiu ainda mais os valores das casas. (HARVEY, 2011, p. 9)

Em 2007 outros fatos relevantes começam a acontecer nas bolsas, tornando a crise ainda mais palpável. No dia 6 de agosto o *American Home Mortgage Investment Corporation* anuncia sua falência. Três dias depois a sucursal em investimentos do banco francês *BNP Paribas* anuncia o congelamento de US\$2,73 bilhões de suas divisões de fundos, afirmando não ser capaz de avaliar suas CDOs (ferramenta de securitização dos créditos hipotecários) (GONTIJO e OLIVEIRA, 2011). No começo de 2008, apesar dos sinais claros de que algo estava errado, os bônus em Wall Street (principal centro financeiro dos Estados Unidos) superaram os US\$32 bilhões, quantia próxima daquilo que foi perdido pelos clientes de hipotecas na base da pirâmide (HARVEY, 2011). Em março de 2008, é a vez do banco de investimentos *Bear Stearns* entrar em colapso, sendo comprado por um décimo de seu valor antes da crise pelo *JP Morgan* (GONTIJO e OLIVEIRA, 2011).

---

<sup>59</sup> Diz Harvey que há uma segmentação baseada no aspecto étnico e econômico para que a crise só tenha começado a ser considerada real em 2007 “as autoridades e a mídia não deram atenção [quando dos primeiros despejos em massa, em 2006] porque as pessoas afetadas eram de baixa renda, principalmente afro-americanos, imigrantes (hispânicos) ou mães solteiras. Os afro-americanos, em especial, vinham tendo dificuldades com o financiamento de habitações desde o fim dos anos 1990. Entre 1998 e 2006, antes de a crise imobiliária bater com seriedade, estima-se que perderam entre 71 bilhões e 93 bilhões de dólares em ativos ao se envolver com empréstimos conhecidos como *subprime*” (HARVEY, 2011, p. 9).

Setembro de 2008 começou com o anúncio de rombos milionários no *Fannie Mae* e no *Freddie Mac*, assistidos pelo Tesouro dos EUA em US\$100 bilhões cada um. Finalmente, o *Lehman Brothers*, considerado “grande demais para quebrar”<sup>60</sup>, foi à falência na segunda quinzena de setembro, marcando a entrada completa do sistema financeiro na crise (HARVEY, 2011).

15 de setembro, data da queda do *Lehman Brothers*, marcou a deflagração da crise sistêmica e ficou conhecida como “segunda-feira negra”. O sistema, que havia securitizado e criado derivativos sobre derivativos sobre as hipotecas *subprime*, ruía numa crise de liquidez e solvência. Ou seja, o que poderia ser uma crise de crédito com relação às hipotecas se tornou uma crise muito maior graças aos novos mecanismos financeiros (SOUZA, 2012). E o que era uma crise de liquidez na bolha pontocom se tornara uma crise imobiliária sem precedentes.

Nos dias seguintes uma sucessão de fatos varreu os mercados e, por consequência, os noticiários. No dia 16, as bolsas caíram em todo o mundo<sup>61</sup>. Enquanto isso, o *Merryl Lynch* foi adquirido pelo *Bank of America*, a seguradora *AIG* teve que ser auxiliada pelo governo dos EUA, que comprou uma grande parte das ações da empresa, e os bancos *Morgan Stanley* e *Goldman Sachs* ficaram extremamente desvalorizados por conta do receio dos investidores.

No dia 18 de setembro, o banco central americano, Fed, e os cinco maiores bancos centrais do mundo (Japão, Europeu, Reino Unido, Suíça e Canadá) injetaram US\$680 bilhões no mercado financeiro e nas instituições à beira da falência, com o objetivo de garantir recursos nos bancos comerciais e melhorar a liquidez dos empréstimos bancários. No mesmo dia, o governo dos EUA anunciou desenhar um plano de resgate do sistema financeiro orçado em US\$1 trilhão na compra de ativos “tóxicos” (os piores) das instituições, para “limpar” o sistema

---

<sup>60</sup> A expressão “too big to fail” (grande demais para quebrar) se baseava na ideia que algumas entidades financeiras eram tão importantes dentro do sistema financeiro que seriam salvas pelo Banco Central dos EUA. Isso ocorreria para que não houvesse quebra de confiança dos investidores em todo o sistema financeiro.

<sup>61</sup> Tóquio, -5,06%; Dow Jones, -4,42%; Nasdaq, -3,59%; Índia, -5,4%; Taiwan, -4,1%; Londres, -3,92%; Paris, -3,78%; Frankfurt, -2,74%. Em São Paulo, a Bovespa registrou queda ainda maior, chegando a -7,59%. (GONTIJO e OLIVEIRA, 2011, p. 71).

(GONTIJO e OLIVEIRA, 2011)<sup>62</sup>. Enquanto o pacote não se tornava real, outros bancos importantes dos EUA e da Europa seguiam caindo<sup>63</sup>. A situação dos mercados no mês de setembro era de grande instabilidade, e o ano acabava com perspectivas ainda piores. A economia dos EUA tinha problemas profundos, “a confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e lojas e fábricas fecharam.” (HARVEY, 2011, p. 13). Na Europa a situação não era diferente, a economia britânica passava por apertos e a Zona do Euro e a União Europeia foram duramente atingidas, com a Espanha, Irlanda e os países da Europa Oriental no topo da lista e com a Islândia totalmente quebrada. Os países exportadores, como a Alemanha e o Brasil foram tensionados, assim como o Leste e o Sudeste Asiático (Taiwan, China, Coreia do Sul e Japão), por seu modelo industrial baseado nas exportações. Também os países exportadores de matéria-prima, como os exportadores de petróleo Rússia, Venezuela e os países do Golfo (HARVEY, 2011).

O desemprego começou a aumentar a uma taxa alarmante. Cerca de 20 milhões de pessoas perderam subitamente seus empregos na China [...]. Nos Estados Unidos, o número de desempregados aumentou em mais de cinco milhões em poucos meses (de novo, fortemente concentrado em comunidades afro-americanas e hispânicas). Na Espanha, a taxa de desemprego saltou para mais de 17%. (HARVEY, 2011, p. 13)

O FMI estimou, na primavera de 2009, que US\$50 trilhões em ativos haviam sido destruídos, valor próximo do total da produção anual de bens e serviços no mundo. Já o Federal Reserve estimou a perda das famílias americanas na casa dos

---

<sup>62</sup> A ação de “limpeza” por parte dos governos, em especial o governo dos EUA, foi bastante criticada. As críticas tinham como base o fato desses governos terem que socorrer os mercados que foram reiteradamente contra a ação do Estado. O mote das críticas era “pelo fim da privatização dos lucros e da socialização dos prejuízos”, seguindo o entendimento de que se os mercados eram tão contrários à ação estatal não deveriam agora serem financiados por essa mesma ação.

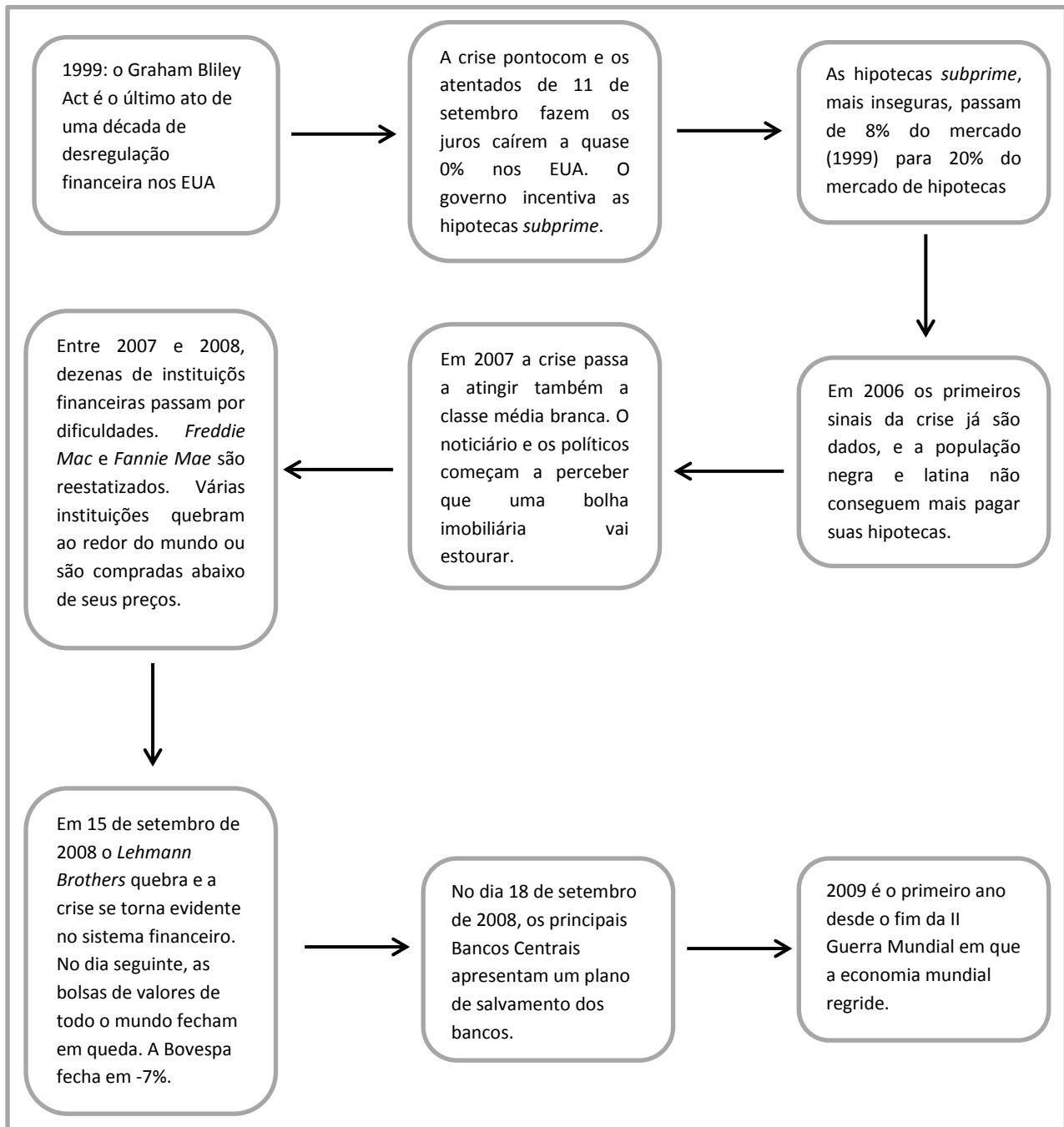
<sup>63</sup> “Na Inglaterra, a maior hipotecária do país, o HBOS (*Halifax Bank of Scotland*), foi vendida, às pressas, ao *Lloyds*, por US\$ 22,1 bilhões; nos EUA, o *Washington Mutual*, a sexta maior instituição financeira americana, foi fechada pelo governo depois de perder US\$ 16,7 bilhões em retiradas feitas por clientes em pânico e vendida para o *JP Morgan* por US\$ 1,9 bilhão, que se tornou o maior banco do país; também ali, o *Wachovia*, um dos maiores bancos americanos, deu início à negociação de sua fusão com o *Citigroup*, nela envolvendo também o *Wells Fargo* e o banco espanhol *Santander*, e acabou vendido para o primeiro por cerca de US\$ 2,2 bilhões; em dificuldades, o banco belgo-holandês *FORTIS* recebeu a injeção de US\$ 16,4 bilhões de recursos dos governos da Holanda, Bélgica e Luxemburgo para melhorar suas condições de liquidez e sua capacidade de solvência, transferindo-lhes 49% de suas ações; no Reino Unido, a *Bradford & Bingley*, empresa financiadora de hipotecas, terminou sendo nacionalizada, com parte de suas operações sendo assumidas pelo *Santander*; na Alemanha, a *Hypo Real State*, também de crédito imobiliário, obteve US\$ 51 bilhões do governo e de um consórcio de bancos para superar dificuldades; e na pequena Islândia, o governo teve de comprar 75% do terceiro maior banco do país, o *Glitnir*, por US\$ 900 milhões” (GONTIJO e OLIVEIRA, 2011, p. 73).



US\$11 trilhões só em 2008. E o Banco Mundial previa que 2009 seria o primeiro ano de crescimento negativo na economia mundial desde o fim da II Guerra Mundial, em 1945 (HARVEY, 2011).

O ciclo de crises localizadas no período entre 1973 e 2008 havia se transformado na “a mãe de todas as crises” (HARVEY, 2011 p. 13) por ser semelhante às diversas crises de propriedade fundiárias e imobiliárias, mas numa escala muito mais ampla.

FIGURA 02 – LINHA DO TEMPO DA CRISE



FONTE: autor.

### 3.4. O Brasil inserido no cenário mundial: do fordismo periférico ao Lulismo e à crise de 2008

Depois da retomada histórica em escala mundial, é preciso voltar as atenções para como tudo isso afetou e afeta o Brasil.

### 3.4.1 Fordismo à brasileira

Segundo Braga (2012), o fordismo como forma de produção chega ao Brasil na década de 1950 e segue até a década de 1990. O fordismo brasileiro se insere no fordismo “periférico”, que se tornou hegemônico em diversos países nessa mesma época. O caráter “periférico” é explicado pelo autor pelo fato da fabricação mais qualificada e dos setores de engenharia permanecerem nos países centrais, e não nos países não-centrais, periféricos. Além disso, o mercado no Brasil não tinha a abrangência dos países centrais (BRAGA, 2012; FONSECA V, 2005). Ou seja, enquanto nos países centrais o consumo da classe trabalhadora era de suma importância para a reprodução do sistema, no Brasil as camadas médias é que tinham ganhos substanciais no poder aquisitivo, deixando às camadas mais pobres o custo dessa ascensão das classes médias: “inflação, elevação da produtividade do trabalho, degradação salarial, rotatividade da força de trabalho...” (BRAGA, 2012, p. 20) foram características dessa fase para os trabalhadores no Brasil. Além disso, o modelo fordista periférico:

apoiou-se em uma articulação da política de substituição de importações com a mudança do conteúdo das exportações rumo aos bens de consumo duráveis somada a uma retomada das importações de bens de capital dos países centrais. (BRAGA, 2012, p. 21)

Para Carvalho (1999 *apud* FONSECA, V 2005) o fordismo brasileiro pode ser chamado de “fordismo caricatural” e retardatário (por ter seguido até a década de 1990), com diferenças substanciais em relação ao fordismo nos países centrais. A partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e as medidas de industrialização tomadas no período, seguindo no chamado “milagre econômico” em meio à ditadura militar, o país chegou a taxas de crescimento de 7% ao ano. No entanto, há três diferenças chave entre o fordismo nos países centrais e o fordismo no Brasil: a organização da produção, o mercado de trabalho e o gerenciamento do trabalho (FONSECA V., 2005). Nos países centrais a organização da produção representava na maioria das vezes uma desqualificação dos trabalhadores, enquanto no Brasil ela representava o contrário: os trabalhadores brasileiros, predominantemente do campo, aumentaram sua qualificação ao migrar para as cidades e para as indústrias. Além disso, o Brasil tinha uma mão-de-obra relativamente adequada e disponível:

À medida que a indústria se expandia, o Estado intervinha no mercado de trabalho com políticas de estabilização, o que teria contribuído para criar um núcleo de trabalhadores estáveis e qualificados e outro de trabalhadores não qualificados, ou semiquilificados, sem estabilidade. (FONSECA V, 2005, p. 58)

A outra grande distinção é quanto ao papel do Estado, principalmente pós-1964. Isso porque na maior parte do mundo o fordismo coexistia com a democracia, enquanto no Brasil o gerenciamento do trabalho em meio à ditadura era dado de forma autoritária. Três questões apontadas por Silva (1991 *apud* FONSECA V, 2005) ajudam na compreensão do porque o fordismo no país não representou avanços salariais para a classe trabalhadora: o rígido controle salarial realizado pelo regime militar, que fazia seus reajustes abaixo da inflação; a repressão e proibição de greves por meio da legislação e do controle policial, o que impedia os trabalhadores de reivindicarem melhores salários; e o fim da estabilidade no emprego e sua substituição pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Outra peculiaridade brasileira, decorrente desse modelo concentrador e excludente implantado, é a presença significativa de um “setor informal” na economia, composto por um numeroso contingente de trabalhadores atuando sem qualquer forma de regulação, fora do mercado formal. Toda essa situação permite-nos inferir que, apesar da adoção dos princípios do regime de acumulação fordista na organização da produção, para a sua ampliação, para a fixação de um estilo de gestão e para o aumento da produtividade no trabalho, o modelo de fato implantado não corresponde ao das economias centrais. Carvalho (1999) argumenta que o modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelo País, centrado no setor de bens de consumo duráveis, promoveu um crescimento vertical e concentrador de renda. Por conseguinte, excludente. Além disso, enquanto nos países centrais o desenvolvimento capitalista foi direcionado para o incremento do consumo em massa e para a edificação de um Estado do Bem-Estar Social, no Brasil, [...] Não se estabeleceu um quadro que propiciasse melhor qualidade de vida aos trabalhadores, nem na oferta efetiva de serviços coletivos, nem no estabelecimento de políticas sociais. (FONSECA V, 2005, p. 61)

### **3.4.2 O neoliberalismo no Brasil**

A implantação retardatária do fordismo/keynesianismo no país levou também a uma implantação atrasada da acumulação flexível/neoliberalismo no Brasil.

Segundo Francisco Fonseca (2005), a agenda neoliberal, ou “ultraliberal”, como o autor se refere, ganha espaço na mídia no chamado período da Nova República (1985 – 1994). Já Virgínia Fonseca (2005) acrescenta que a transição na forma de acumulação de capital será dada a partir do governo Collor de Melo (1990-1992).

O neoliberalismo à brasileira é, assim como o fordismo à brasileira, um processo marcado por distinções com relação ao modelo global. Algumas das características que marcam a entrada do Brasil ao regime neoliberal são as várias reformas ocorridas nos anos 1990: a reforma do Estado, da administração pública, do sistema monetário (Plano Real) e financeiro, da Constituição (reformas com relação à Carta de 1988) e da previdência social (do setor privado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do setor público no governo Lula) (FONSECA V, 2005). Destacam-se as reformas apontadas neoliberais do governo FHC:

A inserção da economia na etapa global do capitalismo dependia de uma reforma monetária que contemplasse questões como: a eliminação do *déficit* público (despesas maiores que a receita), considerado o grande responsável pela inflação; a limitação da intervenção do Estado, que deveria se tornar “mais enxuto”; a privatização de empresas públicas; a abertura comercial para produtos estrangeiros; a abertura para o capital financeiro; a desregulamentação da economia, eliminando as restrições legais ao capital estrangeiro; a reestruturação do sistema previdenciário; a redução dos custos e das matérias-primas e insumos; a criação de instrumentos de fiscalização dos gastos públicos e a implantação de agências reguladoras para fiscalizar os setores privatizados (FONSECA V, 2005, p. 68-69).

A outra face da moeda é a agenda conduzida por setores da mídia brasileira nesse período. Não perdendo de vista que a estrutura econômica e a superestrutura se retroalimentam (JAMESON, 1997), pode-se apontar que veículos de imprensa como O Globo, O Estado de São Paulo (OESP), Folha de São Paulo (FSP) e Jornal do Brasil (JB) participaram ativamente de um processo de convencimento da necessidade do neoliberalismo como forma corrente de vida no país, em especial por meio da noção de modernidade (FONSECA F, 2005).

O discurso ideológico utilizado foi que agora chegara a hora da periferia modernizar-se, igualando-se ao Primeiro Mundo. Para isso, necessitava daquele conjunto de formulações, das quais a peça-chave seria expor à concorrência internacional o aparelho produtivo nacional, para que ele ganhasse maior eficiência, produtividade e competitividade. Explicavam também que isso era uma tarefa inevitável, necessária e inadiável, diante da globalização dos mercados internacionais. Ou seja, o imperialismo voltava a atuar de forma mais dura, travestido de nova “modernidade”. (CANO, 1999)

Aliado a essas noções de modernidade e das necessidades da privatização, controle inflacionário e manutenção do superávit, o Estado brasileiro comandado por FHC já apontava a necessidade de políticas sociais de redistribuição de renda (SINGER, 2012). A experiência do Bolsa Escola, ampliado pelo governo Lula como Bolsa Família, é uma dessas políticas voltadas para a chamada “renda mínima”, ou seja, a implantação de um piso de renda para os setores mais pauperizados

(SINGER, 2012). O que leva à categorização de um terceiro modelo político-econômico brasileiro, o Lulismo.

### 3.4.3 O Lulismo

O Lulismo é marcado por contradições profundas em sua gênese (SINGER, 2012). Aqui se revisam as noções econômicas e políticas desse modelo, já que o fenômeno não pode ser explicado apenas pela economia.

Para Singer (2012) o Lulismo existe sob o signo da contradição, já que um movimento misto de mudança e conservação, reprodução e superação. O Lulismo carrega no próprio nome seu período mais característico, os oito anos de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do país (2003-2010). Enquanto projeto ele se comporta como os demais modelos apresentados: uma série de revisões, coincidências e adaptações conforme o momento<sup>64</sup>.

O termo “lulismo” pode ser considerado “em disputa”<sup>65</sup> no meio acadêmico, tendo representações diversas conforme as posições dos autores e pesquisadores. Para Sader (2011), o governo Lula se aproxima dos novos governos latino-americanos<sup>66</sup> ao priorizar as políticas sociais e os tratados econômicos entre os países latino-americanos em detrimento do neoliberalismo de FHC, que priorizaria as políticas de ajustes fiscais e os tratados de comércio com os Estados Unidos.

É essa noção de diferenciação entre as políticas tocadas no período FHC e aquelas do período Lula que farão Sader (2011) considerar o governo Lula “pós-neoliberal”, termo igualmente abrangente, mas que é caracterizado pelo autor em

---

<sup>64</sup> Harvey (1996; 2007) explica que tanto o keynesianismo quanto o neoliberalismo são em parte projetos formulados com antecedência e em parte frutos do momento, das coincidências e da conjuntura.

<sup>65</sup> Sader (2011) usa o termo “em disputa” para definir o governo Lula, por ser ele o signo de contradições, como apontado por Singer (2012). Usa-se propositalmente a mesma expressão para definir o “modelo lulista” dado a complexidade de pontos de vistas no meio acadêmico com relação ao termo e suas acepções.

<sup>66</sup> Em Sader (2011) é o bloco dos seguintes países: Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina, Uruguai e Brasil.

dois segmentos: o pós-neoliberalismo anti-neoliberal e o pós-neoliberalismo anti-capitalista, com o Brasil figurando entre os anti-neoliberais (SADER, 2011)<sup>67</sup>.

A título de comparação, a Argentina, inclusive pelo autor também entre os governos anti-neoliberais, tem uma política que Varesi (2012) chama neo-desenvolvimentista. Em termos de medidas, isso significa que um governo neo-desenvolvimentista propõe a não ruptura total com o neoliberalismo, tem ênfase em questões sociais, confia no capitalismo produtivo e nacional, assim como nos investimentos estrangeiros e não tem compromisso de fundo com políticas redistributivas (Grupo de Trabajo de CLACSO, 2010)<sup>68</sup>. É, por efeito, uma reorganização do sistema capitalista dentro de suas premissas.

Às mudanças apontadas podem ser adicionados outros pontos:

Sem falar nos programas específicos, o aumento do salário mínimo, a expansão do crédito popular, o aumento da formalização do trabalho (o desemprego caiu de 10,5% em dezembro de 2002 para 8,3% em dezembro de 2005) e a transferência de renda pelo PBF [Programa Bolsa Família], aliados à contenção de preços, sobretudo da cesta básica (e em alguns casos deflação, como decorrência da desoneração fiscal), constituem uma plataforma, no sentido de traçar uma direção política para os anseios de certa fração de classe. Não apenas porque objetivamente foram capazes de aumentar a capacidade de consumo de pessoas de baixa renda, como atesta o acesso de 29 milhões à "classe C" entre 2003 e 2009, mas porque sugerem um caminho a seguir: manutenção da estabilidade com expansão do mercado interno. Nesse sentido, colocam Lula à *frente de um projeto*, que é também compatível com aspectos de sua biografia, dando projeção ideológica aos ganhos materiais. (SINGER, 2012, p. 70)

Para Singer (2012), portanto, a condução lulista se caracteriza mais fortemente pela condução de uma política de combate à miséria por meio da ativação do mercado interno e por programas como o Bolsa Família, sem a confrontação da ordem capitalista: “Lula aproveitou a onda de expansão mundial e

---

<sup>67</sup> Para Sader (2011), o primeiro segmento, dos países antineoliberais, é composto por Brasil, Argentina e Uruguai e é caracterizado por ter entre suas políticas tentativas de superação do neoliberalismo, ainda que dentro de uma perspectiva capitalista. Já o segundo grupo (Bolívia, Equador e Venezuela) é formado por países que vão além nessas políticas, enfrentando o capitalismo como um todo.

<sup>68</sup> Diz o Grupo de Trabalho da CLACSO sobre o neo-desenvolvimentismo: “proyectos políticos de los gobiernos que sin pretender producir en lo sustancial una ruptura explícita con las políticas neoliberales, imponen cambios de acento y nuevos énfasis tanto en materia social como en políticas de producción. Se trata de los proyectos posneoliberales que se inscriben dentro de una línea neodesarrollista, confían en las posibilidades del capitalismo produtivo y nacional, con altos incentivos a la inversión extranjera, y sin compromisos a fondo con políticas redistributivas” (Grupo de Trabajo de CLACSO, 2010, p. 19).

optou por caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior [...] e ao reformismo forte que fora o programa do PT até [...] 2002” (SINGER, 2012, p. 21).

Não por acaso, o autor aponta que as políticas econômicas tocadas são, em sua grande parte, de ordem neoliberal: sem confrontar o capital e mantendo a ordem só isso seria permitido (SINGER, 2012). Assim, a condução do Banco Central foi entregue a Henrique Meirelles, deputado eleito pelo PSDB em 2002, e o governo optou pelo “caminho ortodoxo, aprofundando as receitas neoliberais, com a combinação de corte no gasto público e aumento dos juros” (SINGER, 2012).

Aí entram em jogo as possibilidades do governo e suas ações práticas. Para Antunes (2011), Braga (2012) e Paulani (2008) as transformações ocorridas no período não podem ser consideradas suficientemente abrangentes para se pensar em uma transformação das relações econômicas neoliberais para um novo modelo econômico, ao que são considerados ajustes moderados no que tange ao regime de acumulação (BRAGA, 2012) e na política econômica do governo (PAULANI, 2008; ANTUNES, 2011).

No ínterim entre um governo pós-neoliberal, como quer Sader (2011), e um governo baseado nas mesmas políticas econômicas do período FHC, como apontam Singer (2012), Paulani (2008) e Antunes (2011), é que se compreende o Lulismo, fenômeno político complexo e heterogêneo, o que levou Francisco de Oliveira a declará-lo “hegemonias às avessas” (OLIVEIRA, 2007)<sup>69</sup>. A importância dada a esse segmento neste trabalho tem na reflexão sobre o Lulismo o estabelecimento de um quadro teórico que embase as representações discursivas nas revistas estudadas. A abrangência e heterogeneidade do fenômeno “Lulismo” leva, como se aponta no último capítulo deste trabalho, à tentativa de disputar as políticas estatais em meio à crise financeira.

---

<sup>69</sup> Diz Francisco de Oliveira: “Talvez estejamos assistindo à construção de uma ‘hegemonia às avessas’ típica da era da globalização. A África do Sul, provavelmente, anunciou essa hegemonia às avessas: enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada. As classes dominadas na África do Sul, que se confundem com a população negra, derrotaram o apartheid[...]. E o governo sul-africano oriundo da queda do apartheid, no entanto, se rendeu ao neoliberalismo” (OLIVEIRA, 2007)



### 3.4.4 A Crise financeira no Brasil

Os dados sobre como a crise atingiu o país são contraditórios. Lodi (2010) considera que a crise não acertou em cheio o Brasil porque o país teria um mercado interno dinâmico, pela evolução do mercado de trabalho, de crédito e dos programas de sustentação de renda do governo (LODI, 2010).

Por outro lado, outros autores consideram que a crise chegou ao Brasil de diversas formas. Entre elas: a saída de capital em dólar do país (BRAID, 2011) - e a sequente desvalorização do real (SILVA, 2012) -, e a diminuição da atividade econômica brasileira<sup>70</sup>. Apesar de um mercado interno forte (LODI, 2010), a saída de capitais provocou uma diminuição da atividade financeira, por conta dos bancos terem guardado consigo os recursos a fim de protegerem-se caso a crise ficasse pior (BRAID, 2011). Com isso, o crédito diminuiu. No mercado bancário, entre as medidas tomadas destacam-se o incentivo do Banco Central para que o Banco do Brasil comprasse bancos menores, como o Banco Votorantim, e para que o Banco Itaú comprasse o Unibanco, que sofria problemas de liquidez<sup>71</sup> (BRAID, 2011).

Se for levado em consideração o quadro da América Latina são seis os pontos destacáveis dos efeitos da crise: o corte da linha de crédito, que faz diminuir as exportações; a queda do preço dos produtos exportados; a queda das remessas realizadas por trabalhadores migrantes (principalmente no México e nos países da Am. Central); a queda na arrecadação de impostos; a redução do ritmo de projetos em curso e a suspensão de investimentos devido à falta de crédito e à incerteza no cenário macroeconômico; a contração do consumo por conta da falta de crédito e das incertezas dos rendimentos das famílias a curto e médio prazo (NOGUEIRA, 2012). Com isso, os governos da América Latina adotaram políticas fiscais e monetárias expansivas, a fim de reduzir o impacto da crise sobre a economia, e

---

<sup>70</sup> Afirma Silva: “O PIB desacelerou fortemente entre o terceiro e quarto trimestre de 2008, de uma taxa de 7,1% para, apenas, 0,8%, com destaque para a queda de - 6,2% nas exportações [...] Destaca-se, também, a forte queda na produção industrial nos últimos meses de 2008, o que refletiu a alta sensibilidade da indústria com a queda das exportações e com a diminuição da demanda interna [...]. A queda da produção de bens de capitais, em especial, foi expressiva, atingindo -26,2% em dezembro na comparação com novembro, além das quedas de 17% e 16,3% nos bens intermediários e bens de consumo” (SILVA, 2012, p. 54).

<sup>71</sup> A “liquidez” é o termo usado para definir a transformação de um ativo (ouro, bens industriais, etc.) em dinheiro sem perda de valor. Problema de liquidez se refere à dificuldade de transformar ativos em dinheiro sem que se perca parte considerável desse valor na troca.

aumentaram as políticas sociais, buscando proteger as camadas mais pobres do desemprego e da diminuição da atividade econômica (NOGUEIRA, 2012).

No Brasil não foi diferente, com o governo tomando medidas que visavam o aumento do consumo interno, como a diminuição de impostos para eletrodomésticos e carros (AFONSO, 2010). Essas medidas tiveram relativo sucesso no país. Segundo Brito (2012), passado o susto inicial com a crise, o país passou a ter mais estabilidade, ainda que não tenha crescido nesse período. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que chegou ao patamar a 7% em certos períodos de 2007 e 2008, permaneceu próxima de zero nos trimestres seguintes e fechou 2009 em -0,2% (PIB DO BRASIL..., 2010).

O quadro contraditório descrito acima tem explicação. Enquanto alguns autores levam em consideração as dificuldades passadas pela economia do país no curto prazo, outros consideram que a retomada da economia em médio prazo mostra que a crise não atingiu frontalmente o país. De qualquer maneira, não se pode considerar que a crise não chegou ao Brasil, ainda que, por conta do sistema bancário não ligado às hipotecas *subprime* dos EUA (LODI, 2010), entre outras características, a crise tenha causado menos impacto.

## 4. OS SENTIDOS DA CRISE NOS EDITORIAIS DE VEJA E CARTACAPITAL

Como introdução à análise é preciso retomar algumas questões teórico-metodológicas ligadas à Análise do Discurso. Os conceitos de Condições de Produção e de Interdiscurso são vistos, no que se faz uma retomada histórica das CPs em **Veja** e **CartaCapital**, respectivamente. O conceito de Paráfrase também será retomado e sua aplicação metodológica, na forma da identificação das Famílias Parafrásticas (FPs), se dará na sequência, onde se realiza a identificação das Sequências Discursivas (SDs) encontradas em FPs, das FPs para as Formações Discursivas (FDs) e destas às Formações Ideológicas (FIs).

### 4.1 Condições de Produção e Interdiscurso

O discurso não pode ser apartado de suas Condições de Produção. Assim, para que se dê a compreensão dos discursos é que se traz elementos sobre a CP do discurso.

A noção aqui utilizada das CPs é a empírica geral, que “conhece sua primeira definição [...] nos trabalhos de Pêcheux” (COURTINE, 2009, p. 49), que define CP como:

lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” [...], do funcionário [...], do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis (PÊCHEUX, 2010b, p. 83)

Para o autor, as CP são formações imaginárias, “que designam o lugar que A e B se atribuem a cada um, a *si* e ao *outro*” (PÊCHEUX, 2010b, p. 83, grifo no original), acrescentando que essas formações imaginárias são dadas de antemão por

processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo [...] atravessada pelo ‘já ouvido’ e o ‘já dito’ (PÊCHEUX, 2010b, p. 85).

Chauradeau e Maingueneau (2004) explicam que a noção de CP é uma reinterpretção marxista dos analistas da corrente francesa para o conceito de “condições econômicas de produção”, ao que adicionam que as relações imaginárias, tratadas por Pêcheux (2010b),

não constituem comportamentos individuais, não remetem nem à *parole* saussuriana nem à psicologia, mas dependem da estrutura das formações sociais e decorrem das relações de classe, tais como descritas pelo materialismo histórico. As condições de produção desempenham um papel essencial na construção dos *corpora*, que comportam necessariamente vários textos reunidos em função das hipóteses do analista sobre suas condições de produção consideradas estáveis. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 114).

Courtine (2009), também tratará das noções de CP numa ligação muito próxima à construção do *corpus* de análise. Dirá o autor:

Definiremos um *corpus* discursivo como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso. A constituição de um *corpus* discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa. (COURTINE, 2009, p. 54)

É a partir das CP que se pode articular o *corpus*, filtrando (COURTINE, 2009) os diversos elementos do discurso para chegar a constituição de um *corpus* dentro de certas exigências: a exaustividade, a representatividade e a homogeneidade (COURTINE, 2009) nas Sequências Discursivas (SD) analisadas.

Esses princípios tratados por Courtine (2009) podem ser resumidos da seguinte forma: com relação a exaustividade, refere-se ao fato de que o *corpus* deve ter tratamento rigoroso, ficando o mínimo possível de elementos do fato discursivo estudado de fora; já a representatividade refere-se a, basicamente, não tomar a parte pelo todo, ou seja, não instituir, a partir de poucos elementos, conclusões gerais; sobre a homogeneidade o autor considerará questão mais complexa, já que em estudos em que se coteja discursos de sujeitos distintos - como o que aqui se realiza - tem dificuldade em seguir tal princípio. No entanto, o autor considera que a noção marxista da contradição e o uso das Formações Discursivas como forma de definição do *corpus* auxiliam a desfazer essa dificuldade (COURTINE, 2009).

Orlandi (2005) conecta as Condições de Produção ao Interdiscurso e à memória discursiva, indicando que as CPs podem ser o contexto imediato, ou, em sentido amplo, “incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2005, p. 30). Para a autora as CP estão próximas daquilo que já foi dito antes de forma independente, em que se baseiam as memórias discursivas.

O Interdiscurso é “aquilo que fala antes [...] Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna

sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível” (ORLANDI, 2005, p. 31). Para a autora essa noção é fundamental para compreender a relação entre o discurso, o sujeito, a história e a ideologia.

Ao que, para Courtine (2009), é na relação entre o *interdiscurso*, esse já-dito, que fornece formas de dizer, memórias discursivas, e o *intradiscurso*, essa sequência discursiva que precisa ter sua coerência interna e que é enunciada pelo sujeito a partir de um dado lugar dentro de certa FD, que “se deve situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado como sujeito do seu discurso” (COURTINE, 2009, p. 74).

Todo dizer, dirá Orlandi (2005), se encontra nessa relação entre a memória (constituição) e a atualidade (formulação) e daí exprime seus sentidos. “Paralelamente, é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade” (ORLANDI, 2005, p. 33). Portanto, não há uma oposição entre o interior e o exterior do discurso como universos independentes, mas o intradiscurso é *atravessado* pelo interdiscurso (MAINGUENEAU, 1978)

A partir dessas reflexões, constrói-se abaixo uma retomada das CPs de onde partem os Discursos dos editoriais de **CartaCapital** e **Veja**.

#### 4.1.1. As Condições de Produção do Discurso em **Veja** e em **CartaCapital**

##### 4.1.1.1 Condições de Produção em **Veja**

A revista **Veja** é muito provavelmente a revista mais conhecida do país. Já há vários anos a revista de maior circulação do Brasil<sup>72</sup>, **Veja** desponta internacionalmente como uma das publicações com maior número de leitores no

---

<sup>72</sup> Segundo o Índice Verificador de Circulação. Disponível em <<http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>> Acesso em: 10 junho 2013.

mundo<sup>73</sup>. Sua primeira edição sai em 1968, mas a pré-história da revista inicia-se uma década antes:

A maior e mais polêmica revista brasileira chegou as bancas pela primeira vez num momento "em que o mundo estava explodindo a sua volta": 1968. Mas os planos para sua realização, de acordo com a versão de sua editora, datavam de dez anos antes: teriam vindo na "bagagem" de Roberto Civita, que chegara dos EUA em 1958. Contudo, Victor Civita teria achado cedo demais para uma editora que publicava somente histórias em quadrinhos e fotonovelas voar tão alto (MIRA, 2001, p. 75).

A história da revista é completamente ligada à história da Editora Abril, responsável por sua publicação. Fundada em 1950 por Victor Civita, a editora Abril começou publicando "O Pato Donald" e outras histórias em quadrinhos (MIRA, 2001), até que passou a publicar suas próprias revistas, caso de Realidade e Quatro Rodas, antecessoras de **Veja**. O mercado editorial brasileiro na época da criação era ainda pouco desenvolvido, com duas revistas de maior relevância: "O Cruzeiro", do empresário Assis Chateaubriand, e "Manchete", de Adolpho Bloch (MIRA, 2001). As duas baseavam suas publicações na foto colorida, um diferencial com relação às fotos preto e branco da imprensa diária. Em compensação, o que as diferenciava do jornal as aproximava da televisão, que ganhava espaço no país na época.

É dentro desse momento histórico que Roberto Civita e Victor Civita embarcam na ideia de uma publicação semelhante à *Time*, onde Roberto trabalhara nos EUA (MIRA, 2001). Logo depois da primeira edição, que, contando com grande publicidade, foi bem recebida pelo público, a revista passou a ter graves problemas financeiros. **Veja**, com características diferentes das revistas da época no país, não engrenou por aquilo que a diferenciava: mais textos em detrimento das imagens. Os primeiros cinco anos da revista foram todos no vermelho, "suas vendagens em banca despencaram dos 650 mil exemplares do primeiro número até em torno de 20 mil exemplares, situação dramática para uma revista da Editora Abril" (MIRA, 2001, p. 80)

Para Mira (2001), o principal obstáculo para **Veja** na época era a falta de hábito de leitura de revistas de informação. Logo, a revista teria que se reciclar. A principal mudança foi o aprimoramento de seu projeto gráfico e seu trabalho mais recorrente com fotos e imagens, antes ignorados pela revista. Uma das primeiras

---

<sup>73</sup> Segundo dados do Grupo Abril. Disponível em <<http://www.grupoabril.com.br/institucional/editora-abril.shtml>> Acesso em: 10 junho 2013.

tentativas de mudança é, conforme Villalta (2002), atribuída a Mino Carta, na época diretor de redação de *Veja* (e atual diretor de redação de **CartaCapital**):

Como estratégia de recuperação da força da revista, em maio de 1969, por uma sugestão tripartite creditada a Mino Carta, a publicação começa a superar o rombo financeiro que se havia formado. A primeira delas dizia respeito à criação de um encarte de fascículos semanais sobre a história da conquista da Lua, que terminariam na semana em que a Apollo 11 chegasse ao satélite; a outra seria uma entrevista semanal de abertura da revista e, ainda, um “caderno de investimentos”, que a encerraria em cada edição. Essas medidas ajudaram a publicação a se recuperar: “A Conquista da Lua” em fascículos recobrou o interesse dos leitores, as entrevistas consagraram as páginas amarelas e o caderno de economia, já publicado anteriormente em outras revistas técnicas, foi tão bem-sucedido que se transformou em uma publicação independente em 1970, a revista Exame. (VILLALTA, 2002, p. 10)

Mesmo assim, a revista só passa a dar retorno financeiro em 1973, um ano depois do início de uma operação por assinaturas da revista que chega à 1975 com mais de 100 mil assinantes (VILLALTA, 2002). Resumidamente, Villalta recapitula a história de *Veja*:

A partir de 1976, *Veja* estabiliza-se definitivamente e passa a operar um número médio de 170 mil exemplares/semana. Dois anos mais tarde passa por uma reforma gráfica, introduzindo maciça e definitivamente o uso da cor em todas as suas imagens; sua circulação mantém uma média de 250 mil exemplares/semana, dos quais 200 mil fazem parte do *mailing* de assinantes. [...] No começo da década de 80, a revista *Veja* alcança 400 mil exemplares/semana, com 340 mil assinantes. (VILLALTA, 2002, p. 13)

Tendo realizado uma revisão histórica da revista **Veja**, cabe agora situá-la no campo das ideias, de forma que suas CPs possam ser vistas de maneira mais completa. Mira (2001) coloca, em subcapítulo específico sobre **Veja**, como os Civitas viam a revista. Na primeira edição de **Veja**, Victor Civita anuncia **Veja** e considera:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte e da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de VEJA. (CIVITA, 1968)

Para Mira essa noção de Civita vai ao encontro do Discurso de integração nacional da época: “a ideia de um Brasil que precisava integrar suas partes mais atrasadas às mais avançadas, por uma questão de segurança, na visão dos militares, pela necessidade de modernização, como queriam os empresários” (MIRA, 2001, p. 78).

Para Villalta (2002), **Veja** vai representar certa intelectualidade, certo senso de moderno que a classe média buscava ter na época, mesclando um jornalismo de qualidade com uma visão da modernidade “colonial”, ou seja, uma noção que liga o moderno ao que é praticado fora do país:

a publicação foi se aperfeiçoando, ganhando força e garantindo espaço permanente nas bancas de jornais e na preferência da classe média brasileira, que a elegeu como o arauto da intelectualidade no país. Era a possibilidade de adquirir semanalmente uma parcela de modernidade, impressa em máquinas estrangeiras, conforme modelos estrangeiros e com uma nova perspectiva de observação dos fatos: a interpretação, ainda uma novidade para o jornalismo brasileiro. (VILLALTA, 2002, p. 12)

São múltiplas as fontes (MIRA, 2001, VILLALTA, 2002, CONTI, 1999) que colocam **Veja**, em seu princípio, como independente da ditadura militar, inclusive sendo ameaçada pela censura prévia instituída em 1967 pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Alguns anos depois, no entanto, **Veja** vai se aproximar do regime, motivo de preocupação de seus antigos jornalistas, como Raimundo Pereira, um dos principais jornalistas no início da revista. Pereira (1972) comenta, em edição especial comemorativa de quatro anos da revista, o momento em que **Veja** passa a ter acesso privilegiado a generais e políticos do regime, em especial durante a conturbada transição de Costa e Silva<sup>74</sup>.

Veja agora parece estar começando a enfrentar o problema contrário: acesso às e confiança das fontes muito maior, de um modo geral, que o resto da imprensa, o que, em certos casos, pode torná-la, ou fazê-la parecer, mais íntima das autoridades que a prudência recomenda. (PEREIRA, 1972, p. 15)

Alguns anos depois um episódio marcará a trajetória de **Veja**, de Mino Carta e, por efeito, de **CartaCapital**. Mino é demitido em 1975 pela Editora Abril (MIRA, 2001)<sup>75</sup>. A ação é identificada como forma de conter a pressão do regime militar – que, desde a criação da revista, via com maus olhos a atuação do então Diretor de Redação de **Veja**. Com Mino saem também outros jornalistas, em ato de solidariedade (MIRA, 2001).

---

<sup>74</sup> Costa e Silva, o segundo general a presidir o Brasil durante a ditadura militar, sofreu um derrame cerebral em 1969 e faleceu no mesmo ano. Visto a situação inesperada, uma junta militar foi criada, a “Junta Governativa Provisória”. Foi esta Junta que barrou a sucessão prevista pela Constituição do vice-presidente, Pedro Aleixo, e permitiu a eleição, por meio de votação interna na Câmara dos Deputados, de Emílio Garrastazu Médici.

<sup>75</sup> Há grande discussão sobre a saída de Mino de **Veja**: segundo Mira (2001) e Conti (1999) ele teria sido demitido pelos Civita. Mino, no entanto, tem outra versão, em que ele teria se demitido para “não levar um único escasso tostão do dono da Editora Abril” (CARTA, 2011).



Raimundo Pereira volta a criticar **Veja** - da qual saiu junto com Mino Carta - em depoimento para Silva (1983):

Em primeiro lugar, *Veja*, a grande revista, desempenha um papel político ruim. Seu saldo essencial tem sido o de apoiar a política do governo. Salvo um período de resistência aos aspectos mais nocivos do regime, quando era editada por Mino Carta, ela tem sido uma revista a serviço de grupos palacianos, com um estilo de jornalismo que se tem deteriorado em função disso [...] Aposto minha experiência de jornalismo e desafio qualquer pessoa a me provar que estou errado quando afirmo que *Veja* ao longo desses anos vem deformando a realidade e escamoteando as questões centrais que o País tem enfrentado. Só depois das portas arrombadas é que *Veja* trata dessas questões. (SILVA, 1983, p. 29)

Na mesma publicação de 1983, Augusto Nunes, editor de **Veja** na época e atual colunista da versão *online* da revista, conceitua a publicação, que ele mesmo considera conservadora:

*Veja* fixou uma linha editorial que é qualificada pela maioria das pessoas de conservadora, Eu não entraria numa discussão desse tipo, mas acho que mais importante que isso é deixar claro que esta linha editorial vai ao encontro do ponto de vista da maioria esmagadora dos leitores (SILVA, 1983, p. 30).

Ao que chegamos ao cerne da questão: como **Veja** se vê e como é vista em seu aspecto político? Mira (2001) considera que a trajetória política da revista é talhada por Roberto Civita, já que o pai de Roberto e presidente da Editora Abril na época, Victor Civita, prefere se encarregar das publicações artísticas e culturais da revista e tem receio em opinar no campo político brasileiro por sua origem estrangeira<sup>76</sup>. Roberto, por outro lado, não tem esse receio e declara, em entrevista à revista *Imprensa* em 1990, o que almeja com **Veja**:

A Abril vem se batendo há 30 ou 40 anos pelo caminho da **economia de mercado, da abertura de fronteiras, da globalização da livre iniciativa**. O papel da *Imprensa* não é ir trabalhar nos bastidores nem chegar ao ministro X e pressioná-lo; mas, sim, colocar as coisas para o leitor, tentando **mudar a cabeça das pessoas nas suas páginas e não nos gabinetes**. (IMPRESA, 1990 *apud* MIRA, 2001, p. 78, grifo nosso)

Por partes, Roberto Civita declara que **Veja** defende: a economia de mercado, a abertura de fronteiras, a globalização e a livre iniciativa. Além disso, considera o papel da imprensa “mudar a cabeça das pessoas”. E essa seria uma atividade em que **Veja** seria primordial como “porta-voz da linha econômica e política da Editora Abril, a única revista diretamente ligada ao seu presidente, Roberto Civita.

---

<sup>76</sup> Victor Civita (1907-1990) nasceu em Nova Iorque, mas tinha ascendência e cidadania italiana. Se naturalizou brasileiro em 1960, antes da publicação de *Veja* (MIRA, 2001).

Por isso, seu papel ideológico nesses campos é crucial” (MIRA, 2001, p. 79, grifo nosso). Visão reiterada pelo próprio Civita, em entrevista para a revista “Negócios da Comunicação”, em 2009:

eu estou pensando no que posso acrescentar, no que posso ajudar os jovens leões que não têm tempo de fazer; talvez não tenham a experiência, a visão de conjunto para fazer. **Também me considero responsável pela linha editorial** (CIVITA, 2009, p. 15, grifo nosso).

Em outro momento da entrevista completa: “Ontem à noite, estava discutindo a capa de **Veja** dessa semana. Tínhamos duas alternativas. O que é melhor nesse momento? Não tem pesquisa para isso, é o *feeling*” (CIVITA, 2009, p. 18).

Portanto, **Veja** não só tem uma posição política definida, como também um “centralizador” dessa opinião, o presidente do Grupo Abril, Roberto Civita. E esse posicionamento perpassa toda a história da revista. Augusto Nunes, ex-editor de **Veja**, considera, em depoimento à Mira (2001):

**A Editora Abril tem que defender os valores da livre iniciativa**, sistema no qual ela deu certo. Se o Sr. Victor Civita apoiasse o PT ou quisesse a implantação da co-gestão, ele seria um louco e, se fosse um louco, a Abril não existiria, porque todo o seu passado reflete uma trajetória coerente. De qualquer forma, o fato é que **Veja se tornou uma revista de amplitude nacional exatamente por sua atuação política** (MIRA, 2001, p. 79, grifo nosso)

Não é de hoje também as críticas que a revista recebe por seus posicionamentos. Silva (1983) pondera:

Veja costuma pecar jornalisticamente muito mais pela omissão de grandes temas e por vieses políticos mal disfarçados na interpretação das notícias do que por inexatidões nos assuntos que cobre. (SILVA, 1983, p. 30)

Com isso, temos um panorama geral da revista **Veja** em seu âmbito político, também exposto por Mira (2001) quando trata da neutralidade de **Veja** e a estadunidense *Time*: “o fato de selecionarem e organizarem a notícia e a forma impessoal e objetiva de expor dão a entender que o que se lê é uma avaliação neutra dos fatos” (MIRA, 2001, p. 89)

É, portanto, mais que uma discussão sobre honestidade, mas sobre uma leitura enviesada, como expõe Silva (1983) dentro de uma estrutura textual identificada com a neutralidade.

#### 4.1.1.2. Condições de Produção em CartaCapital

A **CartaCapital**, publicação da Editora Confiança, foi às bancas pela primeira vez em agosto de 1994. Inicialmente mensal, tornou-se quinzenal em 1996 e semanal em agosto de 2001 (DANTAS E SILVA, 2009). A revista tem sua trajetória fortemente ligada ao seu criador, Mino Carta e falar de um implica falar do outro.

Mino Carta, italiano de nascença e naturalizado brasileiro, desponta como referência na criação e edição de revistas e jornais. Em sua trajetória foi o responsável técnico pela criação e direção de diversas publicações, como: Quatro Rodas, Caderno de Esportes, Jornal da Tarde, **Veja**, IstoÉ, Senhor, Jornal da República e, finalmente, **CartaCapital**.

Depois das primeiras quatro publicações citadas, de grandes grupos de mídia (Caderno de Esportes e Jornal da Tarde do Grupo Estado, Quatro Rodas e **Veja** do Grupo Abril), Mino passa a trabalhar ou para si (algumas vezes com sócios) ou para pequenos grupos empresariais. A saída conturbada de Mino de **Veja** levou a uma publicação da Editora Três, dos empresários Domingo Alzugaray, Fabrizio Fasano e Luis Carta, esse último irmão de Mino. Ali passou a editar IstoÉ, na qual dizia procurar um enfoque mais “europeu” de revista semanal de informação, com reportagens mais profundas e longas (SILVA, 1983). Depois da experiência fracassada de criar um jornal, o “Jornal da República”, que dura menos de um ano, Mino deixa IstoÉ em 1980 e funda Senhor, que em 1988 é adquirida pela Editora Três e fundida com IstoÉ na IstoÉ Senhor (CONTI, 1999). Mino permanece como diretor de redação da publicação até 1993, quando sai para fundar **CartaCapital**, em 1994.

Em 1983 Raimundo Pereira, em declaração para Silva (1983), previa uma revista que tivesse posições políticas diferentes daquelas defendidas pelas revistas existentes (Veja, IstoÉ e Senhor):

Acredito que possa surgir um novo projeto nesta área. Se mudar o sistema de forças políticas no País, o quadro das revistas semanais de informação também muda. Ou muda o quadro com o aparecimento de novos títulos, ou muda a orientação política das atuais revistas. A longo prazo, o País vai-se democratizar muito mais do que se imagina e nós veremos como as revistas semanais de informação vão crescer e melhorar para atender às necessidades populares de informação (SILVA, 1983)

Sem saber, Raimundo previa a criação de **CartaCapital**, revista nascida já em outro momento da história brasileira, no mesmo ano do Plano Real e da primeira eleição de Fernando Henrique Cardoso. **CartaCapital** não segue o padrão ideológico de **Veja** ou da grande maioria da imprensa diária<sup>77</sup>, não que por isso possa ser colocada, automaticamente, em uma classificação *a priori* de “chapa branca”<sup>78</sup>, “crítica” “de esquerda” ou de “centro-esquerda”, como muitas vezes é classificada para diferenciá-la das outras grandes semanais (MIGUEL, LIMA DA ROCHA e ROCHA, 2008; JACOBINI e PINHEIRO, 2009; REZENDE e GUERRA, 2011; SANTOS S., 2010).

**CartaCapital**, como exposto em diversos trabalhos (MIGUEL, LIMA DA ROCHA e ROCHA, 2008; JACOBINI e PINHEIRO, 2009; REZENDE e GUERRA, 2011; BARREIROS e AMOROSO, 2008; PICHELLI, PEDRO e CARVALHO, 2006; CHAPARRO, 2013), tem em seus textos uma linha mais ligada ao articulismo e ao tom autoral<sup>79</sup>. Essa linha faz **CartaCapital** fugir da falsa impressão da neutralidade do texto como faz **Veja** (MIRA, 2001). **CartaCapital** também é uma revista que não esconde o jogo em matéria de política, especialmente quando trata-se das eleições presidenciais no Brasil, ocasião em que Mino apoia publicamente candidaturas como fez em 2002 e 2006 apoiando Lula e em 2010 apoiando Dilma.

Ainda quanto ao espectro político, Mino vai se identificar, ainda que nas entrelinhas, como um “esquerdista” tendo em vista a caracterização de Norberto Bobbio (1995). Mas Mino não se considera parte da esquerda que ele define como anacrônica e fracassada do marxismo leninismo (CARTA, 2011), mas sim com uma

---

<sup>77</sup> Ver capítulo três, que comenta sobre as atuações de Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e O Estado de São Paulo no fim dos anos oitenta e início dos noventa no que tange à hegemonia do pensamento neoliberal.

<sup>78</sup> Chapa Branca, termo pejorativo que define revistas e jornais identificados com o governo, deriva das placas (chapas) brancas dos carros oficiais do governo.

<sup>79</sup> Apesar de se mostrar um debate relevante, a questão da função-autor articulada por Laurindo (2008) e Orlandi (2008) não será debatida nesse trabalho. Cabe dizer que se entende os editoriais de *Veja* e de *CartaCapital* semelhantemente de função autor-marca na categorização de Laurindo (2008). Apesar de em *CartaCapital* os editoriais serem assinados por Mino Carta, a função autor-marca prevalecer por ser Mino Carta outro exemplo dos jornalistas que alcançam “uma condição ao longo de sua carreira, atraindo fama e criando efeito em seu nome, calcado numa dimensão singular construída na sua trajetória profissional” (LAURINDO, 2008, p. 76). O autor-jornalista, como coloca a autora, pode em alguns casos específicos ser “tragado pelo universo de autor-marca” (LAURINDO, 2008, p. 76). Os editoriais de Mino Carta, assim se entende aqui, se encaixam nesse caso.

esquerda que “ainda se indigna [...] com a desigualdade, com a miséria da maioria, com a prepotência do mais forte, e se empenha contra a injustiça” (CARTA, 2011).

Quanto à economia, assunto principal desse trabalho, Mino Carta pode ser caracterizado como um keynesiano. Assim, aprova medidas do governo na economia, desde as medidas de transferência de renda como o Bolsa Família (CARTA, 2013a), as medidas de fomento ao crédito e a concordância com relação aos rumos da economia brasileira no geral (CARTA, 2013b).

#### 4.2. As Paráfrases

Brandão (2007) afirma que as Formações Discursivas envolvem dois tipos de funcionamento: a paráfrase e o pré-construído. A Paráfrase, entre outros significados possíveis, significa repetição, maneira diferente de dizer algo que já foi dito. Portanto, em nosso trabalho analisa-se o Discurso em busca de alteridades e de repetições, de ditos e não-ditos, tendo por base o estudo das Paráfrases. Charaudeau e Maingueneau (2004) vão conceituar a Paráfrase como:

uma relação de equivalência entre dois enunciados, um deles podendo ser ou não a reformulação do outro. A equivalência se exprime em termos de co-referência, e mesmo de anáfora. Ela pode ser *semântica* e articular-se na presença conjunta, nas duas expressões, de um nó semântico comum e de semantismos diferenciais (‘o presidente da República/ “o chefe de Estado”; “ele acreditou que...”/ “ele imaginou que...”). Por essa razão, a Paráfrase não poderia provir da sinonímia, na medida em que ela convida à deformabilidade do sentido em discurso [...]. A Paráfrase pode igualmente apoiar-se em uma *contiguidade formal* entre os enunciados: relação entre ativa e passiva; estrutura elíptica vs desenvolvida; jogo sobre as modalizações (“é necessário que eu...”/ “eu devo...”; “é interessante”/“é ótimo”) etc. De uma maneira geral, a Paráfrase exige uma continuidade semântica entre os dados que ela aproxima. Por mais óbvia que seja a ligação, sua presença é necessária para a manutenção da relação. A noção da Paráfrase está indiretamente na origem da noção de paradigmas designacionais. Assim como a reformulação, a Paráfrase é o vetor pelo qual se marca a heterogeneidade no discurso, seja ela mostrada ou constituída. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 366, grifos no original)

Já Fuchs (1985) considera que a Paráfrase pode ser encarada de três maneiras distintas: como equivalência formal entre frases, como sinonímia de frases e como reformulação (FUCHS, 1985). Dentre as três, destaca-se aqui a Paráfrase como reformulação, por ser entre elas a menos formalista e mais complexa para a Análise do Discurso. A autora afirma que a paráfrase no plano do discurso é uma atividade efetiva de reformulação em que o locutor restaura o conteúdo de um texto-

fonte em um texto-secundo, atentando para três questões centrais na Paráfrase como reformulação:

Em primeiro lugar, a reformulação parafrástica repousa sobre uma interpretação prévia do texto-fonte. Ora, o trabalho de interpretação é variável, segundo os sujeitos e as situações: cada um "percebe" e, conseqüentemente, restaura o texto de modo diferente. Em segundo lugar, a reformulação parafrástica consiste em *identificar* a significação do texto-fonte assim reconstruída àquela do novo texto. Identificação sempre momentânea, (válida num contexto e numa situação particulares) e frágil (já que resulta de um "apagamento" de diferenças) e por isso a possibilidade de polêmicas [...]: da identidade semântica impossível à alteridade manifesta, se estende um *continuum* sobre o qual os sujeitos estabelecem limites de tolerância variáveis. A Paráfrase oscila, assim, entre a reprodução pura e simples do conteúdo e a sua deformação. Enfim, a reformulação parafrástica se traduz por formas características de emprego *metalinguístico* da linguagem (exemplo: X, quero dizer Y; X e Y significam a mesma coisa; X, em outras palavras Y; ...). (FUCHS, 1985, p. 134)

Por sua vez, Orlandi (2005) vai conceituar o processo parafrástico como o que se mantém de um dizer para o outro, levando-se em consideração que há sempre algo que se mantém no dizível a partir da memória. A paráfrase funciona como estabilização ao passo que a polissemia é deslocamento e ruptura.

Nesse duplo jogo é que o método aqui empregado procura por Famílias Parafrásticas (FPs), da mesma maneira que foi empregado por Reginato (2011). A estabilização, portanto, funciona como método no sentido de que com ela se identifica sentidos semelhantes em diferentes Sequências Discursivas (SDs)<sup>80</sup>, o que permite identificar de forma clara os sentidos dispersos das diferentes Formações Discursivas.

### 4.3 Análise dos editoriais de Veja e CartaCapital

Os editoriais de **CartaCapital** e de **Veja** tem suas especificidades. Em **Veja** o antetítulo, ou "cartola" (título acima do título principal, que categoriza os textos), do editorial tem o nome de "Carta ao Leitor". Os editoriais ocupam uma a duas páginas, incluindo anúncios, mas o texto em si não passa de uma página simples, em duas colunas e fica localizado normalmente entre as páginas 12 e 13 de cada edição,

---

<sup>80</sup> As Sequências Discursivas (SDs) são caracterizadas como "sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase" (COURTINE, 2009, p. 55), ainda que o autor considere essa classificação um tanto vaga, pontuando que ela varia de um estudo para outro conforme as necessidades específicas destes.

entre o Índice da edição e a Entrevista das “páginas amarelas” (exemplo para consulta no Anexo B). Em **CartaCapital** os editoriais, todos assinados por Mino Carta, variam em diversos aspectos: tamanho (podendo ter uma, duas e até três páginas de texto), periodicidade (quando Mino Carta se ausenta, as edições não tem editorial) e quantidade (algumas edições têm mais de um editorial, que são então numerados). O antetítulo na maioria das edições é “editorial”<sup>81</sup>, localizado na primeira página da seção “A Semana”, entre as páginas 18 e 22 de cada edição (ANEXO A).

O período de abrangência dessa pesquisa vai de setembro de 2008 a dezembro de 2009<sup>82</sup> e revê 67 edições de **CartaCapital** e 69 de **Veja**<sup>83</sup>, num total de 136 edições. O critério de seleção estabelecido foi a aproximação com o tema - incluindo ou não a citação literal do termo “crise” - em todos os editoriais analisados. Ou seja, mesmo SDs presentes em editoriais que não tem como foco principal a crise financeira são consideradas. Essa escolha é baseada em duas questões: por um lado, uma questão prática, já que as revistas não tiveram muitos editoriais que tiveram como assunto principal a crise, e se restringir a esses editoriais reduziria o escopo de edições analisadas e, assim, não levaria à exaustão o *corpus* (COURTINE, 2009); por outro lado, é enriquecedor para a análise levar em consideração as SDs espalhadas em meio à editoriais que tratam de outros temas, já que mesmo como pano de fundo a citação à crise tem relevância<sup>84</sup>.

---

<sup>81</sup> Até a edição 546 (20 de maio de 2009) os editoriais de CartaCapital não levavam esse nome, sendo o texto até essa data assinalado apenas com o nome do autor, Mino Carta. Mesmo assim, levamos em consideração as aparições até esse período por entendermos que, mesmo não nomeados, aqueles já eram os editoriais de CartaCapital. O que é corroborado pela localização do texto, que, mesmo com a mudança de diagramação e com o acréscimo do antetítulo “editorial”, permaneceu inalterado, na primeira página da seção “A Semana”.

<sup>82</sup> A princípio a abrangência seria de 2008 até 2012. No entanto, a completa falta de citações à crise na revista Veja entre 2010 e 2012 teve que ser levada em consideração. O critério cronológico, nesse caso, prevaleceu, já que uma análise sobre CartaCapital entre 2010 e 2012 sem a possibilidade de comparação com os sentidos em Veja desequilibrava a pesquisa. Não por isso será deixado de lado o fato de Veja ter anulado, em seus editoriais, a questão da crise, questão debatida mais a frente.

<sup>83</sup> A diferença do número de edições vistas se deve a maior dificuldade em encontrar os editoriais de CartaCapital. A ausência de um repositório digital semelhante ao de Veja faz com que as pesquisas tenha que ser feitas todas em suportes físicos, nem sempre encontrados. No caso dessa pesquisa, as edições 544 e 561 não foram encontradas nas diversas bibliotecas consultadas.

<sup>84</sup> Diz Berger (1998) que a linguagem *constitui* aquilo que representa. Orlandi (2008) diz que a linguagem não deve ser vista como mero instrumento, mas como processo produtivo semelhante

Assim, são analisadas um total de 95 SDs, sendo 30 de **CartaCapital** e 66 de **Veja**. Essas SDs estão presentes em 31 editoriais diferentes, 10 em **CartaCapital** e 21 em **Veja**. As SDs de **CartaCapital** são identificadas como SDC e as SDs de **Veja** identificadas como SDV.

#### 4.3.1 Famílias Parafrásticas em CartaCapital e em Veja

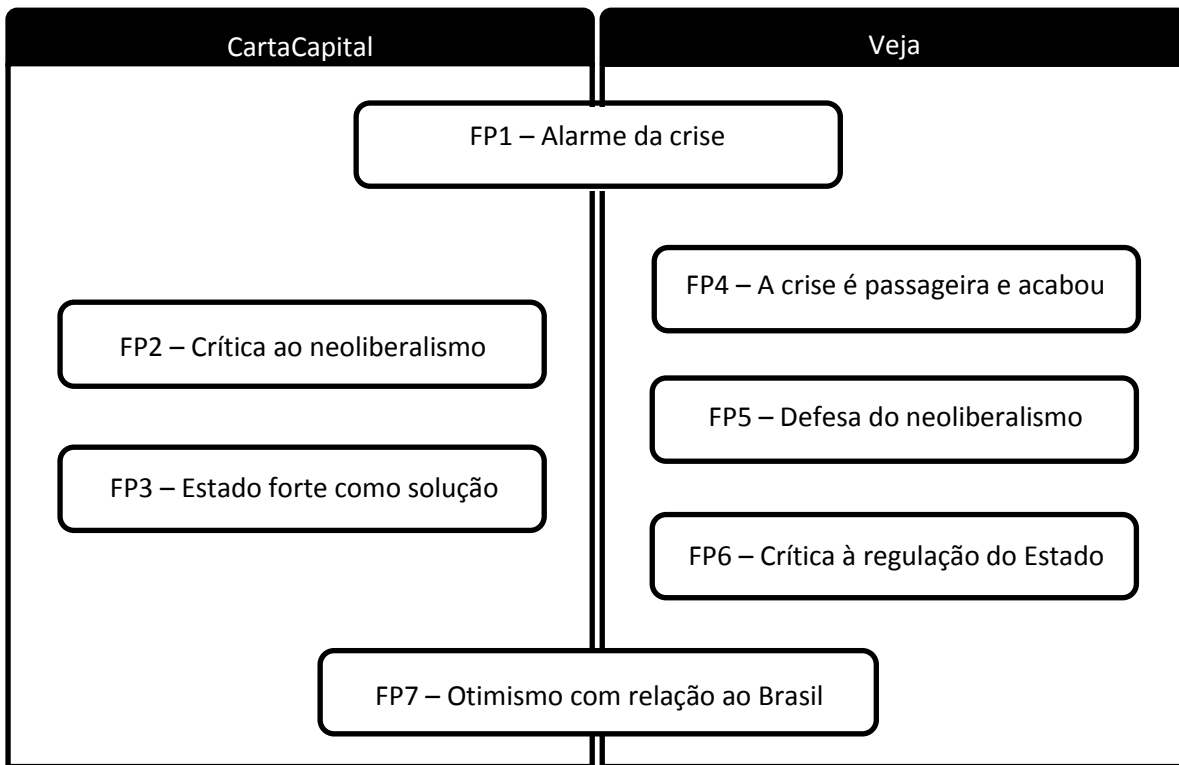
A partir do método da busca por paráfrases e sua classificação por Famílias Parafrásticas foram encontradas sete Famílias Parafrásticas nas duas revistas. A análise dessas FPs deixará claro as aproximações e os distanciamentos entre as revistas, baseado na construção de sentidos que fazem a partir de suas percepções ideológicas.

Como já exposto, as revistas historicamente são encaixadas em dois pensamentos político-econômicos distintos: enquanto **Veja** é neoliberal, **CartaCapital** é keynesiana. Ambas não representam, portanto, uma ruptura do sistema capitalista, mas visões diferentes de gerenciá-lo. A entrada do governo Lula, no entanto, embaralha um pouco as coisas. O discutido “lulismo”, um misto de políticas sociais e econômicas ainda à procura de identidade, é questão premente aqui.

A partir dessas considerações, o quadro de FPs encontradas pode ser resumido no mapa abaixo (Figura 03). Em subcapítulos a seguir apresenta-se cada uma delas, mas o resumo do que indicam segue abaixo.



FIGURA 03 – FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS POR REVISTA



FONTE: autor.

As SDs revelaram uma construção mais ou menos cronológica de FPs. Em um primeiro momento uma forte tendência ao Alarme (FP1), presente em ambas as revistas. Como era de se esperar, as construções discursivas seguiam a tendência dos mercados – se um *crash* está no horizonte ele tem espaço no discurso jornalístico. Depois do fato narrado é que construções com fins analíticos surgem e se identifica uma clara diferenciação entre as revistas. De um lado, **CartaCapital**, depois de ter feito soar o alarme da crise, criticou abertamente o neoliberalismo como culpado pela crise (FP2) e ensaiou algum tipo de necessidade de mudança no sistema considerando uma alternativa, fortemente keynesiana, do fortalecimento do Estado como solução (FP3). Do outro lado, em **Veja**, o tom analítico também ganhou fôlego, mas com uma tendência diferente. Pouco depois do estouro da bolha imobiliária, representada em especial pela quebra do banco *Lehman Brothers*, em setembro de 2008, **Veja** já falava do final da crise, considerando que ela seria passageira (FP4). Aliado a isso, a tendência neoliberal apresenta-se também ao reafirmar os princípios liberais como fundamentais (FP5) e condenar qualquer tipo de regulação estatal (FP6). Nesse ínterim, ambas tratam da economia brasileira com

otimismo (FP7), o que leva à impressão de que, vindo de visões tão diferentes, o otimismo de ambas é parte da disputa que travam para coordenar os rumos do país.

Como Reginato (2011), utiliza-se aqui marcadores em negrito para destacar as palavras-chave que categorizam as FPs. Como diz a autora, isso não quer dizer que essas palavras sozinhas transformam seu contexto. Bakhtin (2012) pontua a mesma questão ao considerar que os signos, como materiais e ideológicos, se transformam a partir dos diferentes contextos em que se inserem. No entanto, o destaque das palavras tem valor metodológico, deixando explícito o que fez uma SD estar em certa FP e não em outra. Os números das SDs respeitam a ordem cronológica em que foram encontradas e todas podem ser encontradas nos Apêndices A e B desse trabalho. Destacam-se, nos próximos subcapítulos, aquelas que apresentam as características mais representativas da FP descrita.

#### 4.3.1.1 FP1: Soa o alarme! A crise é real.

A FP1, encontrada nas duas revistas, é a FP mais cronologicamente marcada. Sentidos de alarme aparecem logo nas primeiras edições pesquisadas e deixam de aparecer depois de certo tempo. O “alarme” aqui referido aparece de diferentes formas nas SDs. São usados termos como “gravíssima”, “séria” e “bancarrota mundial” para descrever a crise e o momento em que ela se torna mais real, no fim de 2008. O que leva as revistas a avaliarem como será o ano seguinte.

Está-se diante de um **sorvedouro de riquezas** de causas complexas, abrangência profunda, diagnóstico confuso e tratamento desconhecido. É uma **falha sistêmica** cuja **virulência** se avoluma a cada dia. (SDV31)

a crise econômica que ruge lá fora com ecos aqui dentro é **séria, vai exigir sacrifícios** de todos em 2009 e manda a prudência que as pessoas, as empresas e os governos se preparem para minimizar seus efeitos. (SDV16)

E 2009 promete ser **bem pior** do que pretendiam os economistas do governo. (SDC16)

Diversas questões econômicas e sociais se misturam com a temática da crise, o que reforça o sentimento de gravidade que as revistas querem passar. Voltadas para a situação brasileira, as duas revistas enxergam como a crise afetará a vida no país. Enquanto **CartaCapital** destaca que a crise, apesar de não alterar o quadro da corrida presidencial de 2010, é grave, **Veja** destaca o pessimismo dos brasileiros, e traz a crise como pano de fundo para diversas questões que abrange

em seus editoriais. Assim, a crítica ao sistema político brasileiro, ao governo, e à figura de Lula, são entremeadas pela conjuntura de grave crise.

em pleno festival eleitoreiro, pois a despeito da **crise gravíssima** e de tantas incertezas já estamos entregues a expectativa do pleito de 2010. (SDC17)

A mesma pesquisa, como mostra a reportagem publicada na página 59 desta edição de **VEJA**, revela que os brasileiros já começam a sentir **efeitos negativos** no dia-a-dia, com influência sobre suas expectativas, francamente **menos otimistas**, quanto ao desempenho da economia neste ano. (SDV35)

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a aprovação ao presidente não é resultado da anestesia dos cidadãos em relação ao **momento difícil que o país atravessa em consequência da crise planetária**. (SDV34)

Em momentos de **crise externa gravíssima** como a que vivemos, essas emendas [à Constituição de 1988] e as reformas que elas podem proporcionar deixam de ser apenas necessárias para se tornar **urgentes**. (SDV8)

O quadro é **alarmante** se tomado como um teste da prontidão do governo brasileiro para enfrentar com rapidez e acerto os **desafios** propostos pela atual crise financeira mundial. (SDV30)

Com a situação internacional se dá o mesmo. **Veja** envia repórteres para diversas partes do mundo e, no processo já tratado da autoreferencialidade (WESCHENFELDER, 2011), destaca o fato em seus editoriais tendo a crise como fundo. **CartaCapital** destaca o diálogo entre EUA e China e aborda como pano de fundo a crise.

Lauro Jardim e o fotógrafo Anderson Schneider foram à China com a missão de ver como a potência asiática estava reagindo aos **rigores da crise econômica mundial**. [...] Durante duas semanas ele viajou pelo país e viu empresas antes pujantes com as portas fechadas e pátios vazios. (SDV52)

O repórter Duda Teixeira e o fotógrafo Gilberto Tadday chegaram ao México também com o objetivo de entender como o país mais próximo **do buraco negro da recessão** dos Estados Unidos estava conseguindo manter sua economia funcionando. (SDV55)

Sim, circunstâncias inéditas felizmente. E a primeira delas é a crise econômica mundial, em cuja moldura se enquadra a compra de 800 bilhões de dívida americana pelo governo chinês. Último lance, a aquisição de 30 bilhões em maio passado. Confirma-se a dependência de Washington, mas também a interdependência: **Pequim aposta no dólar, contra a bancarrota mundial. De qual, de resto, ninguém escaparia, de Leste Oeste**. (SDC24)

Percebe-se que o alarme que soa nos editoriais das revistas se fundamenta em princípios do jornalismo. A questão da credibilidade, o centro do capital simbólico do jornalismo (BERGER, 1998), é posta em jogo, já que as revistas não poderiam, não estão discursivamente autorizadas, a ignorar a crise financeira, sob pena de, ignorando-a, perder sua credibilidade junto aos leitores. Da mesma maneira, é o *relato do acontecimento* que se encontra em meio ao *comentário do acontecimento*

típica dos editoriais (CHAPARRO, 2008). Como diz Navarro, baseado em Chaparro (2008), “o comentário da atualidade requer, cada vez mais, a sustentação de informações qualificadas” (NAVARRO, 2008, p. 230). É para se qualificarem e manterem sua credibilidade que **CartaCapital** e **Veja** acrescentam às suas opiniões o relato do acontecimento crise enquanto alarme de sua gravidade.

#### 4.3.1.2 FP2: A culpa é do neoliberalismo.

A FP2 e a FP3 foram encontradas apenas em **CartaCapital**. A FP2 é identificada em vários momentos do período analisado, mas especialmente nos primeiros momentos depois da deflagração da crise, nos quais **CartaCapital** constrói sentidos de oposição ao neoliberalismo, considerando ele o culpado pela crise.

Depois de ter feito soar o alarme, cada revista seguiu um caminho mais afetado por suas posições políticas consagradas. **CartaCapital**, portanto, tem como preocupação a demonstração de que o neoliberalismo e suas flexibilizações são propagadoras da crise. Além disso, reafirma os valores políticos que defende e ataca pautas comuns da direita. Se a queda do Muro de Berlim é visto por autores como Fukuyama (1989) como o fim da história o que será feito da queda de Wall (muro) Street?

No ano passado, outubro também, **o muro do neoliberalismo ruína**, quase vinte anos depois da queda de outro, o muro do socialismo real. Ambos **fizeram por merecer**. (SDC26)

Quando o Muro de Berlim caiu debaixo das picaretas libertadoras, há 19 anos, proclamou-se o fracasso do chamado socialismo real. Agora cai o wall nova-iorquino e se busca, em desespero, a reestruturação de um Estado forte depois da ola global das privatizações. **Quem fracassa no caso? No mínimo, o capitalismo neoliberal**. (SDC7)

Na queda de Berlim, soçobra a URSS. E na queda de Nova York? **O império de Tio Sam, descalço, exhibe os pés de argila**. Dezenove anos atrás não faltou quem, enquanto esfregava as mãos de puro contentamento, decretasse o fim das ideologias, como se não houvesse mais espaço para as ideias. (SDC8)

O uso de metáforas é característica da construção de um vilão por parte de **CartaCapital**. O “deus mercado”, se referindo à centralidade dada à economia nos anos neoliberais, e o “cassino global”, para desqualificar a gestão do mercado globalizado, são usados no texto de **CartaCapital**, com tom mais autoral (BOFF, 2013) e sempre assinado por Mino Carta.

[a crise] desnuda a falácia da **religião do deus mercado**. (SDC1)

Gostaria que os tempos fossem bem menos propícios para os especuladores do que para os economistas. Convém escolher com cuidado os **vilões**. Creio que a lista tenha que começar pelos **grandes sacerdotes da religião do deus mercado**. (SDC5)

Rui o **cassino global criado pelo neoliberalismo**, a bem da compreensão de que o dinheiro tem o valor do puro ar se não for alicerçado pela produção, em proveito do desenvolvimento e da distribuição da riqueza. (SDC3)

Como visto acima na SDC3, não só **CartaCapital** constrói sentidos de crítica ao neoliberalismo, mas reafirma suas convicções políticas keynesianas. Ao tratar do valor do dinheiro, relembra o princípio fordista de incentivo ao capital produtivo em detrimento ao capital especulativo (FONSECA F, 2005). Em outro ponto, segue novamente a cartilha keynesiana ao tratar do neoliberalismo ao tratar da queda de Wall Street. O editorial afirma que a queda devia acabar com a crença no mercado, e completa: “Mais ainda, do dinheiro sem lastro. Em ouro, ou em produção e serviços” (SDC21). Uma clara referência ao modelo keynesiano, flexibilizado pelo neoliberalismo, do padrão-ouro indexado ao dólar<sup>85</sup> (HARVEY, 2011; SILVA P.R., 2010).

Da mesma forma que será visto em grande parte das FPs desse trabalho, a crise serve de pano de fundo para outras discussões. A crítica ao neoliberalismo esta presente em pautas diversas, como a Conferência de Copenhague (COP-15)<sup>86</sup>, a transição de governos na Europa, ou uma declaração de Lula sobre o futuro dos países emergentes.

Eis aí, a desfilar diante dos nossos olhos, a encenação de Copenhague, onde se verifica que, a bem dos países ricos, **é melhor salvar bancos do que florestas**. Também no caso, cabe ficar boquiabertos? **Em nome da globalização, o neoliberalismo globalizou as discrepâncias planetárias**, acentuou as diferenças, fortaleceu o poder dos chamados "grandes". (SDC30)

Pergunta desafiadora: por que a Europa votou à direita nas recentíssimas eleições para o Parlamento da UE quando parece lógico o caminho oposto

---

<sup>85</sup> Os acordos de Bretton-Woods, ocorridos logo após a Segunda Guerra Mundial, estabeleceram, entre outras questões, o padrão-ouro indexado ao dólar como base do sistema capitalista. Entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, com o neoliberalismo ganhando força, o padrão passou a ser o dólar, conhecido como “padrão dólar flexível”. Ou seja, não só hegemônico pelos EUA como também não mais baseado em uma plataforma física como o ouro, mas na virtualidade de uma moeda. Para mais sobre essa questão, consultar P. R. SILVA (2010) e ALMEIDA (2011)

<sup>86</sup> “Conferência que reuniu, em 2009, as 193 nações integrantes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, com o objetivo de definir uma agenda global de ações para controlar os impactos do aquecimento global” (COSTA, CUNHA e VELLOSO, 2012, p. 2). O encontro, no entanto, não chegou a um acordo concreto sobre medidas que os governos tomariam para enfrentar pautas como o aquecimento global e a poluição industrial.

**depois do fracasso do chamado neoliberalismo**, a precipitar a maior crise econômica desde 1929? (SD20A)

Lula enxerga na crise mundial uma oportunidade importantíssima para os países emergentes, capacitados a forçar **o definitivo funeral do neoliberalismo** que em pouco mais de três décadas conseguiu exasperar a desigualdade, aprofundar o abismo entre ricos demais e pobres além da conta, precipitar a degradação de inteiros países. (SDC14)

Além disso, **CartaCapital** destaca, em diversos momentos, que, apesar de ter feito parecer não ser uma ideologia, o neoliberalismo tem fundamentos ideológicos como qualquer outro projeto político-econômico.

A queda do Muro de Berlim, há vinte anos, estimulou a crença de que **as velhas ideologias estão mortas**. A queda, do muro de Wall Street teria de demolir outra crença (**outra ideologia**, sejamos claros) na irremediável supremacia do mercado. (SDC20)

Falemos do pretense **fim da ideologia. Quem sustenta mostra seus limites**. Gostaria de dizer, porém, que antes ainda da ideia vem a ética. É por aí que se abre a chance de sair da selva e escapar às suas leis. É possível o ser ético em um mundo que acentua as desigualdades? Ou aceitar a miséria, a doença, a fome, a degradação humana como coisas da vida? (SDC10)

Cada qual faça **suas escolhas ideológicas**. Para ficar no campo da economia política, que seja marxista, keynesiano, schumpeteriano etc. etc., desde que o propósito não se limite à garantia da liberdade e busque a igualdade sem o temor do anátema dos donos do poder, que o pretenderá subversivo, terrorista, comunista e por aí fora. (SDC11)

E agora, que dizer? **Que o neoliberalismo foi jogada do acaso, despida do apoio de qualquer ideia?** Se for assim, concluiremos que resultou de uma soberba insensatez. O que, de alguma forma, faz algum sentido. O monstro criado virou-se contra os criadores. Talvez não passassem de aprendizes de mágico: conhecem o abracadabra desencadeador, mas não sabem pôr fim à magia desastrada. (SDC9)

A questão da ideologia, em especial, será tema do choque de sentidos mais explícito entre **Veja** e **CartaCapital**. Enquanto **CartaCapital** busca desconstruir o discurso do fim da ideologia em diversos momentos, **Veja**, ao tratar das diferenças de opinião entre o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, reforça a ideia do fim das ideologias, a que chama “rótulos”.

Para ficarmos nos **rótulos**, Mantega é **estatista** e Meirelles, **neoliberal**. A crise atual terá prestado **um grande serviço** se contribuir para que tais rótulos sejam tornados **obsoletos**, como estão sendo, por meio de **medidas sensatas e pragmáticas**. (SDV13)

Na mesma SD, o termo “neoliberal” é empregado para se referir a Henrique Meirelles. Cabe pontuar que em nenhuma outra SD **Veja** usará esse termo, como será visto na FP5. Além disso, **Veja** dá a ideia que esses rótulos, ideológicos ao que nos parece, se tornarão obsoletos por meio de medidas “sensatas e pragmáticas”.

Nada mais próximo do discurso do jornalismo brasileiro quando da tomada de hegemonia neoliberal no país (FONSECA F, 2005; CANO, 1999). Nos discursos da imprensa o neoliberalismo se une à globalização e à modernidade como única alternativa e como o futuro no presente. Assim, se camufla como pragmatismo e sensatez, entre outros adjetivos, em oposição ao atraso, aos retrógrados e aos dinossauros do estatismo, como pondera Kucinski (2007).

#### 4.3.1.3. FP3: Um Estado forte como Solução.

O keynesianismo de **CartaCapital** já apareceu em algumas SDs mostradas na FP2. Mas, além dessas SDs que contém o discurso keynesiano em meio à crítica ao neoliberalismo (caso da SDC7, “se busca, em desespero, a reestruturação de um Estado forte”), **CartaCapital** tem mais duas SDs, classificadas a parte nessa FP3 por terem seu foco primordial na defesa de um estatismo keynesiano.

Na primeira delas, **CartaCapital** trata da importância de um acordo entre os EUA e a China. O acordo, abrangente, não é tão típico dos novos tempos neoliberais e do processo de criação de blocos econômicos das últimas décadas. Ainda mais se considerado que não é um mero acordo bilateral entre um país dependente de outro, mas entre as duas maiores economias do planeta, interdependentes. A primazia estatal para a resolução da crise é, por um lado, fortemente criticada por ser um processo de salvamento de instituições financeiras quebradas, mas nesse caso **CartaCapital** vê o outro lado da questão. Os Estados Unidos e a China não estão apenas tomando medidas para salvar bancos, mas instituindo um acordo entre os governos para a manutenção das diversas instâncias da sociedade.

O reconhecimento de que **o destino da humanidade** depende de um acordo básico entre as duas potências mais representativas dos dois mundos sobre os interesses comuns, desde a política ambiental até **as regras a serem tomadas para controlar o mercado**, o emprego das fontes de energia, a proteção contra os riscos de proliferação das armas nucleares, a defesa contra a ameaça terrorista. (SDC25)

Na outra SD, **CartaCapital** trata da eleição do presidente Barack Obama nos EUA, ainda no primeiro mandato. Relembrando o período posterior à crise de 1929, o ponto de virada – junto com o acordo de Bretton Woods pós II Guerra Mundial –

para uma política econômica keynesiana, **CartaCapital** “espera” que Obama se comporte como o Partido Democrata daquele tempo<sup>87</sup>.

quanto a Obama, creio, e espero, que se trate de alguém afinado com as raízes autênticas do Partido Democrata, afirmadas exatamente depois da crise de 1929. (SDC15)

A solução, portanto, é clara para **CartaCapital**: mais Estado, menos mercado. Para isso, se espelha nas medidas tomadas pós-crise de 1929 nos EUA, como a cisão entre os bancos de investimento (capital especulativo) e os bancos comerciais (capital produtivo), a instituição de taxas fiscais mais elevadas conforme se eleva a renda, a criação de programas sociais abrangentes às camadas mais pobres da população e o fortalecimento do Estado na esfera econômica.

#### 4.3.1.4. FP4: A crise acabou

Em **Veja**, a crise acaba antes de ter começado. Em oposição aos discursos pessimistas vistos na FP1, em **Veja** a crise é construída também com sentidos otimistas, que consideram a crise passageira, contornável e controlável. Como visto, a revista usou como adjetivos para fortalecer os sentidos de alarme da crise termos como “gravíssima” e “preocupante”. Mas nessa FP demonstra-se que essa construção não é tão sólida.

Destaque-se que **Veja** se preocupa muito mais com a economia brasileira. Por isso, mesmo nos primeiros editoriais após a deflagração da crise os sentidos construídos em **Veja** são conciliadores. Se por um lado há o alarme, por outro há um sentimento de que a crise não é tão séria e que pode ser contornada.

As amostras de otimismo no discurso de **Veja** começam disfarçadas, mas logo se tornam mais aparentes e recorrentes. Investe-se, num primeiro momento, em argumentos mais sólidos para demonstrar que a crise não é assim tão grave.

Quatro matérias da presente edição - duas reportagens, a entrevista das Páginas Amarelas com Gordon Brown, primeiro-ministro da Inglaterra, e a

---

<sup>87</sup> Em um interessante artigo, Perry Anderson (2013) trata das mudanças acontecidas, desde o tempo da Guerra Civil dos EUA, entre os Partidos Democrata e Republicano. Lembra, por exemplo, que boa parte das medidas neoliberais, que depois contribuiriam para a crise de 2008, foram tomadas por governos democratas. Para ficar em um exemplo já tratado aqui pode-se citar o fim da Lei Glass-Steagall, no governo do democrata Clinton.



coluna do economista Maílson da Nóbrega - abordam essa perplexidade [a crise] e, cada um a sua maneira, dão a ela **respostas realistas e satisfatórias**. (SDV42)

Está se dando como certo que tudo dará errado no próximo ano. No entanto, são **muitas as razões**, se não para otimismo, pelo menos para um saudável **realismo**. (SDV17)

Primeiro, se os analistas foram tímidos em prever as dimensões do desastre financeiro que de Wall Street se espalhou pelo mundo, muitos deles podem agora estar tentando **compensar a falha inicial com previsões ainda mais sombrias** do que aquelas que **os dados** desenham. (SDV18)

Segundo, nunca houve na história econômica uma reação anticrise **tão vigorosa, rápida, global e coordenada** como a que está em curso no mundo ocidental neste momento. (SDV19)

Terceiro, **a toda desaceleração da economia se segue um período de recuperação** - desta vez não será diferente. (SDV20)

Termos como “realista” procuram afirmar que, mesmo que os argumentos enumerados não passem de possibilidades, a abordagem de **Veja** é objetiva. A objetividade, como característica do campo jornalístico (BERGER, 1998) é levada em consideração mesmo nos editoriais. O que, diga-se, reforça a visão de Chaparro (2008) de que os elementos opinativos necessitam dos acontecimentos e de seus relatos para sua construção, construindo marcadores de verdade típicos do jornalismo informativo em seu discurso. O uso de termos como “dados”, “razão” e “realidade” procuram reforçar essa ideia, mesmo que a maior parte deles não passe de suposições<sup>88</sup>.

Com o passar do tempo, **Veja** constrói sentidos que passam mais confiança de que a crise está diminuindo e se autocongratula por ter acertado sua previsão de que isso aconteceria:

Há um **consenso entre os economistas** de que está diminuindo a velocidade com que a economia real piora. Tanto que **já se enxerga o fundo do poço da crise global**. Nas Páginas Amarelas desta edição, a economista venezuelana Carlota Pérez, da Universidade de Cambridge, convida a uma visão de mais longo prazo e assegura que **uma "era de ouro" espera o mundo**, depois de vencida a atual **borrasca**. Segundo ela, graças aos avanços tecnológicos e de informação digital, poderemos viver **um novo, mais amplo e mais durável período de bonança** - do qual o Brasil tem condições de usufruir os maiores benefícios. Não deixa de ser uma surpresa. Neste caso auspiciosa. (SDV56)

---

<sup>88</sup> Um exercício de análise desses argumentos deixa claro que a revista trabalha no campo das suposições: na SDV18 “os analistas” estão sendo mais pessimistas do que “os dados dizem”; na SDV19, além do fato das tecnologias servirem tanto para acelerar uma crise quanto para tentar consertá-la, nenhum dado é apresentado; na SDV20, **Veja** se baseia no princípio dos ciclos econômicos, mas esses ciclos tem uma periodicidade flexível conforme uma centena de variáveis (CARVALHO, 1988), o que torna o otimismo também uma suposição nesse caso.

Os sinais vindos de fora também são **animadores**. O FMI, o Banco Central e o Tesouro americanos fazem eco a alguns dos mais tarimbados economistas ao garantir que **a recessão nos Estados Unidos acaba até o fim do ano [2009]**. Com eles concorda até Nouriel Roubini, economista de Nova York que, por ter espalhado o pânico no auge da crise, se celebrizou com o apelido de "Dr. Apocalipse" [...] (SDV64)

A revista **Veja**, ao enunciar o discurso descrito nessa FP, comprova o que Kucinski (2007) diz sobre o jornalismo econômico brasileiro e seus traços ideológicos:

A imprensa econômica abre seus melhores espaços a notícias consideradas positivas sobre o desempenho da economia e reluta em aceitar as adversidades econômicas. No jornalismo econômico os ciclos expansivos sempre ganham uma sobrevida e as crises são em geral subestimadas. Destacar as crises seria admitir as disfunções do sistema. (KUCINSKI, 2007, p. 188)

A crença no fim da crise é tão forte que atinge frontalmente qualquer construção discursiva sobre a existência dela. Tanto é assim que **Veja** deixa de tratar da crise no final de 2009. Fazendo, inclusive, com que essa pesquisa, que se daria entre 2008 e 2012, diminuísse seu escopo de editoriais incluídos no *corpus*. Essa questão do fim das citações à crise será retomada adiante.

#### 4.3.1.5. FP5: Liberdade aos mercados

Se a crise abre a possibilidade de uma crítica veemente por parte de **CartaCapital**, para **Veja** os valores neoliberais continuam inegociáveis. Refazendo a máxima neoliberal que considera que não é simplesmente o sistema o culpado, mas uma cadeia de questões humanas<sup>89</sup>, **Veja** defende abertamente, especialmente em dois editoriais, os princípios (neo)liberais.

---

<sup>89</sup> Rafaelli (2010), baseado em Lo e MacKinlay (1998), afirma que "existe um conjunto de fatores que em função do capitalismo moderno, pode criar armadilhas comportamentais, que resultam nas bolhas de ativos, e conseqüentemente, geram as crises financeiras; o conjunto é composto pelos sistemas econômicos, as emoções humanas, e as manias e pânico adquiridos pelos investidores [sic]" (RAFAELLI, 2010, p. 30). O autor também diz que a eficiência dos mercados está fundamentalmente ligada à informação e é a ausência de informações verídicas e completas (os ruídos) que torna o mercado ineficiente. É evidente que, como toda atividade humana, a economia também depende de fatores humanos e que a informação é ponto chave dos mercados. O erro de análise, na nossa opinião, é imaginar uma economia "sem" humanos, por um lado, e, por outro lado, pensar a ausência de transparência como uma "falha" do sistema, e não como parte fundante e essencial do próprio mercado.

Como dito, **Veja** só utiliza o termo “neoliberal” para caracterizar Henrique Meirelles. Para caracterizar os sentidos com os quais tem acordo editorial a revista prefere o termo “liberalismo” e, o preferido, “liberdade”. Cabe apontar que os autores neoliberais seguem a mesma linha. Para eles o termo “neoliberal” tem tom pejorativo e é ligado ao pensamento “de esquerda” (CARVALHO, 2008). *Think-tanks* com características do pensamento neoliberal se auto intitulam “liberais”, caso dos brasileiros Instituto Mises, ligado à linha de Von Mises e da Escola Austríaca<sup>90</sup>, e Instituto Millenium, de diferentes tendências internas neoliberais (Hülsmann, 2011; Montaner, 2013). Friedman (2013) e seus seguidores chilenos<sup>91</sup> (FRIEDMAN et al, 2012) também não usam o termo “neoliberal” para se definirem. Isso apesar de, como diz Warde (2011), estarem longe do liberalismo de Adam Smith, já que defendem uma desregulamentação financeira e possuem uma fé no mercado muito superior a que o autor clássico do liberalismo cultivava.

As ideias do neoliberalismo, e mesmo do capitalismo, são abordadas, inicialmente, com um discurso mais abrandado. Ao invés de afirmativas, **Veja** utiliza a pergunta.

desde o estouro da bolha americana, em setembro do ano passado, e a feroz crise financeira mundial que se seguiu, uma questão anda cada vez mais presente na cabeça das pessoas: **afinal, a iniciativa privada e seu modo de produção, o capitalismo, baseado na perseguição individualista da riqueza, são o mal do mundo?** (SDV41)

O tom é ameno e segue uma linha de pensamento que busca pesar os diferentes argumentos prós e contras. Por um lado, uma explanação sobre a ética dos mercados e sobre a polêmica dos bônus dados aos executivos das grandes instituições financeiras. Por outro, a indicação de que, se há polêmica nesses pontos, não se pode esquecer que existem contratos assinados entre partes autônomas, a quem cabe decidir, numa economia de mercado, sua validade, e que o debate atual visa restituir uma função essencial do capitalismo.

---

<sup>90</sup> Interessante pontuar que, no caso do Instituto Mises, a polêmica é ainda superior. Em um texto intitulado “Mises contra os neoliberais – as origens desse termo e seus defensores”, Hülsmann (2011) critica tendências neoliberais que entraram em um confronto teórico com Ludwig Von Mises, da Escola Austríaca. Para o autor do artigo existem tendências neoliberais, representantes de uma “terceira via” entre o socialismo (e o pensamento keynesiano) e os liberais “genuínos” representados por Mises.

<sup>91</sup> A economia e as instituições de ensino de economia chilenas foram influenciadas diretamente por Friedman e a Escola de Chicago. Tanto é que se diz que lá, diferente da maior parte do mundo, foi Friedman, e não Hayek, quem mais influenciou o pensamento neoliberal (ANDERSON, 1995).

Uma reportagem da editoria de Economia trata da indignação geral com o pagamento de bônus milionários por parte de empresas falimentares dos Estados Unidos salvas com dinheiro público. **O texto discute se a "santidade dos contratos", um dos pilares da economia de mercado, deve prevalecer sobre a ética do senso comum**, que, agravada nesse caso, exige a punição dos executivos com a suspensão de seus prêmios em dinheiro, **mesmo que isso lhes tenha sido garantido contratualmente** antes da eclosão da crise. (SDV44)

Brown diz com sabedoria que "os mercados devem ser livres, mas não livres dos valores éticos". Maílson lembra que toda a discussão atual visa a restituir **a função essencial do capitalismo**, "que é direcionar os recursos da sociedade aos fins mais produtivos". (SDV43)

Quatro semanas depois os sentidos já são diferentes. Se acima a dúvida e a explanação de prós e contras é que eram enunciadas, há uma mudança de figura para tratar do "Fórum da Liberdade", organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), outro *think-tank* neoliberal (ou liberal, como se considera). A primeira SD, que introduz o texto, lembra que o momento atual, de crise, não é bom para a divulgação dos ideais liberais, ao que já os apresenta.

Com os governos despejando trilhões de dólares na economia dos países em crise na tentativa de evitar uma recessão global, o momento atual é péssimo para pregar **as virtudes do liberalismo**, como **a mínima intervenção do estado na economia, a diminuição dos gastos de custeio e o enxugamento das máquinas burocráticas estatais**. (SDV46)

O discurso, até este momento, segue pesando prós e contras, não ignorando o fato de que o neoliberalismo foi questionado por ter que ser salvo pelos governos que tanto queria ver diminuir e enxugar. Daí em diante a confiança no neoliberalismo aumenta:

Se a hora não é boa, **isso não significa que as ideias liberais sejam ruins**. Afinal, é forçoso reconhecer que a aplicação delas em escala planetária na década de 90 foi a fonte da imensa prosperidade que tirou da miséria centenas de milhões de seres humanos no Brasil, na China e na Índia. (SDV47)

Novamente, o discurso da revista busca elementos de realidade para ganhar veracidade factual, ainda que não apresente dados concretos com relação a falada "prosperidade" dos anos 1990. No discurso também aparece que os princípios liberais que a revista defende foram aplicados nos anos 1990. Ou seja, a demonstração de que esses princípios são exatamente os neoliberais. A seguir, a revista trata do Fórum da Liberdade e de seus méritos.

**Desafiar a circunstância imprópria para enaltecer o liberalismo não foi o único mérito** da 22a edição do Fórum da Liberdade, realizada em Porto Alegre na semana passada pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE). (SDV48)

O fórum serviu sobretudo para reafirmar a noção de que **valores liberais** como a democracia, a liberdade econômica e de imprensa formam justamente a **única** plataforma possível para a restauração da prosperidade mundial". (SDV49)

Para a revista o Fórum teve diversos méritos<sup>92</sup>. Não só “desafiar a circunstância” que a própria revista considera imprópria, mas por reafirmar os valores neoliberais. O discurso da SDV49 segue o visto na FP4 (de que a crise é menor e acaba mais rápido do que se imagina) e vai de encontro ao de **CartaCapital** na FP2 (a crítica ao neoliberalismo) ao afirmar que são os valores liberais que podem restaurar a prosperidade mundial, mesmo que sua aplicação na economia é que tenha levado o mundo a situação crítica em que se encontra. Os valores democráticos se juntam à liberdade econômica como valores liberais, ainda que a liberdade de imprensa e a democracia tenham sido extintas em países de plataforma neoliberal como o Chile e a Argentina dos tempos de ditadura (HARVEY, 2007).

Por fim, a revista cita em seu editorial uma entrevista a ela concedida por Francis Fukuyama.

A ideia de que a liberdade, nesse caso na economia, é **fundamental** mas não suficiente é abordada também pelo famoso cientista político americano Francis Fukuyama nas Páginas Amarelas de **VEJA**. Ele diz que o estado mínimo é uma experiência fracassada, **mas que o liberalismo não pode ser culpado pela crise**, e sim **a passividade** que levou à "máxima desregulamentação dos mecanismos financeiros e à crença de que os mercados iriam se ajustar automaticamente a qualquer situação". (SDV50)

Retorna-se à ideia já mostrada no início desse subcapítulo na qual não se pode, por conta da crise, delegar o ônus ao liberalismo. No caso da SDV50, é a “passividade” - não se sabe por parte de quem - que levou à total desregulamentação nos mercados. Warde (2011) explica que essa passividade e a pressa em virar a página tem uma explicação: “se ninguém é responsável, então ninguém é culpado” (WARDE, 2011, p. 71).

---

<sup>92</sup> A revista oculta, entre os méritos do Fórum, a homenagem ao presidente do Conselho de Administração e Diretor Editorial do Grupo Abril, Roberto Civita. O dono do Grupo do qual faz parte Veja recebeu durante o evento o “Prêmio Liberdade de Imprensa” (ROBERTO CIVITA RECEBE O PRÊMIO..., 2009). O IEE, e o Fórum da Liberdade por ele promovido, tem como entidades parceiras o Instituto Millenium. Esse, por sua vez, tem entre seus mantenedores “Grupo Líder” (o mais importante entre as entidades mantenedoras) o Grupo Abril. Disponível em < <http://www.imil.org.br/parceiros/>>. Acesso em: 28 de outubro 2013.

#### 4.3.1.6. FP6: Abaixo o Estado

Se na FP5 a defesa do liberalismo era o que importava, na FP6 o importante é o outro lado da questão, a crítica ao Estado<sup>93</sup>.

Nas altas esferas do poder, **confunde-se propositalmente** a correta condução da política econômica que aliviou os impactos da crise mundial sobre o Brasil **com a ampliação do papel do estado na economia e no controle da vida dos brasileiros.** (SDV66)

A outra reportagem foi feita com base em uma pesquisa do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) com **membros das elites econômica, política e intelectual** de países sul-americanos. Os números da pesquisa indicam que, ao contrário do que ocorre na maioria dos vizinhos, **empresários e autoridades no Brasil tendem a convergir para a ideia de que a economia funciona melhor quando os governos regulam os mercados, mas é um desastre quando pretendem substituí-los.** (SDV45)

A regulação e a ampliação do Estado são vistos como problemas em si. Para isso vale até adicionar ao discurso contrário ao controle do Estado sobre a economia o “controle da vida”, como visto na SDV66. O intuito é fazer o leitor correlacionar controle da economia com o controle do seu cotidiano, numa alusão indireta à perda de democracia e de liberdade e a volta do autoritarismo. Na SDV45 há o uso de marcadores de verdade, nesse caso uma pesquisa da USP com as “elites econômica, política e intelectual” do país<sup>94</sup> para em seguida **Veja** usar o discurso dessas “elites” para transparecer os sentidos que constrói historicamente. Na materialidade do texto, são os empresários e as autoridades que consideram que os governos devem regular a economia, mas não substituí-la, mas o discurso é muito próximo daquele que **Veja** defende. A deformação do que é essa regulação vem logo depois, classificando como “desastre” a atuação do governo se ele desejar substituir o mercado. Ou seja, novamente um discurso que procura deformar a ideia de um Estado forte, criando sentidos de que um Estado forte é a substituição da liberdade pelo controle.

---

<sup>93</sup> Usa-se, aqui, o termo “Estado” com inicial maiúscula, como estabelecem, entre outros, o Manual da Redação da Folha de S. Paulo (GRUPO FOLHA, 2010) e o Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo (MARTINS FILHO, 1997). Veja, no entanto, grafa o termo só com letras minúsculas, escolha respeitada na transcrição dos textos da revista para esse trabalho.

<sup>94</sup> Nem se entrará na discussão do que seria a elite econômica, política e intelectual de um país. Indica-se apenas o que expõe Bourdieu em *A Distinção* (2007), para quem o tema é muito mais complexo do que parece em *Veja* ao juntar essas elites numa mesma frase. Estaria *Veja* considerando que são elites diferentes? Ou a elite econômica é também a elite política e a elite política é também a elite cultural?

#### 4.3.1.7. FP7: O Brasil vai bem. Disputas discursivas no Brasil sem crise

A FP7 tem SDs das duas revistas pesquisadas, 26 de **Veja** e 4 de **CartaCapital**. Os sentidos nela encontrados giram todos em torno da situação brasileira. No caso de **Veja** eles são todos positivos e mais otimistas. No caso de **CartaCapital** existe um maior distanciamento e uma posição mais ambígua.

O lulismo, apresentado no subcapítulo que tratou dos modelos político-econômicos no Brasil, entra em jogo aqui. Como dito na apresentação desse modelo, uma de suas características mais fortes identificadas é a ambiguidade com que se apresenta, se reconhece e é reconhecido. É essa forte característica que abre espaço para uma grande disputa de seus valores como modelo. Isso ajuda a explicar porque se chega, depois de ter passado por construções históricas e discursivas tão diferentes entre as revistas, em uma FP que as une em um mesmo discurso. Isso se dá, a nosso ver, pela intensa disputa de sentidos discursivos aberta pela conjuntura dada: um governo sem uma linha política bem definida<sup>95</sup>, uma crise mundial como não se via há anos e a percepção dessas revistas de que a economia brasileira permanece estável mesmo nesse cenário. A apresentação das SDs se dará por subtópicos, entrecruzando os discursos das revistas.

Num primeiro momento, **Veja** trata das notícias de crise e constrói os sentidos que serão retomados inúmeras vezes no período analisado. A crise, depois de mais de um ano de instabilidade, eclode e se realiza enquanto fato político, econômico e midiático no dia 15 de setembro de 2008. Os trechos abaixo foram retirados da edição do dia 17 de setembro de 2008, dois dias depois.

As manchetes de jornal da semana passada informavam que a crise financeira se aprofundou no mundo e que o PIB brasileiro cresceu 6,1% no segundo trimestre deste ano. **Coisa rara ver essas duas notícias juntas, uma negativa vinda de fora e outra muito positiva gerada aqui dentro.** Como explicar esse descasamento? Não é sorte, nem Deus é brasileiro. (SDV1)

As manchetes de sinal trocado da semana passada são resultado de trabalho e de **decisões corretas** tomadas por **pessoas, empresas e governos no Brasil nos últimos catorze anos.** (SDV2)

---

<sup>95</sup> A definição mais clara para o Lulismo parece ser a de André Singer: combate à pobreza e à desigualdade sem quebra da ordem. A infinidade de alternativas políticas dentro dessa definição é a demonstração da indefinição do que seja o Lulismo.

**Com o controle da inflação, as políticas sociais do governo e a oferta de crédito, tiramos** da pobreza mais de 20 milhões de pessoas, fortalecendo o mercado interno, esse clássico amortecedor de crises externas. (SDV5) = BRASIL FORTE

Percebe-se, pela pequena margem de tempo dada, que os sentidos colocados em jogo nessas SDs partem de uma visão bastante positiva da posição do Brasil. O noticiário favorável pode ser fator de influência, como visto na SDV1, mas a enumeração de características favoráveis construída por **Veja** não pode ser depreendida como baseada em elementos factuais. Na SDV2 e na SDV5 duas versões surgem: na SDV2 **Veja** adiciona às decisões certas os oito anos de Fernando Henrique Cardoso como presidente, uma demonstração de que se referencia naquele período. Na mesma SDV2 trata não só do governo, mas de pessoas e empresários, adicionando a iniciativa privada à equação do sucesso brasileiro. Na SDV5, por sua vez, a lembrança é mais clara, mesmo que não propositalmente, ao governo Lula, já que foram os até ali seis anos de Lula que tiveram como base de sua plataforma as políticas sociais, a oferta de crédito e a diminuição da pobreza (SINGER, 2012). **Veja** usa, nessa SD, a 1ª pessoa do plural, pouco comum em seus textos quando não se trata de autoreferência. Nesse caso, a revista busca se incluir entre os motores que fizeram o país estar em uma situação mais confortável, mesmo que nas medidas enumeradas pela própria revista só estejam decisões de governo, e não de empresários ou da própria **Veja**. Ou seja, a revista parece confortável com sua própria força e exercício de pressão sobre o governo, parte do que se definiu nesse trabalho como a função enunciativa do editorial.

Os motivos para a economia estar bem são enumerados por **Veja** em diversos editoriais analisados. Como se vê a seguir, os motivos são vários.

Uma reportagem desta edição de **VEJA** mostra que **o dinamismo da economia brasileira, as medidas adequadas tomadas pelo governo até agora e o espírito empreendedor do empresário brasileiro** estão se combinando de maneira inédita para tentar espantar a crise. (SDV22)

**O alto volume de reservas em dólares, um sistema bancário saneado e competente, a ausência de bolhas de crédito, tudo isso se combinou com a inabalável opção democrática e a estabilidade na política econômica** para afastar o Brasil do vórtice provocado pelo caos planetário. (SDV62)

Como mostra uma reportagem desta edição, essas mesmas forças positivas estão atuando agora na fase de recuperação acelerada da economia brasileira. **Os dados são convincentes.** O Brasil criou 300.000 empregos no primeiro semestre, os bancos cobram o menor juro para empréstimos pessoais desde 2007. A Bovespa recuperou a maior parte de seu valor pré-



crise e a indústria automobilística pode terminar o ano com crescimento de 6,4%, depois de fechar o melhor junho de sua história. (SDV63)

Entre os motivos para tanto otimismo também estão elencados a contribuição de FHC, de Lula, do governo, do empresariado e da própria revista.

Nos **últimos quinze anos** o Brasil vem avançando rapidamente. Agora, enquanto o mundo ainda convalesce da crise, o país colhe os resultados de seus esforços e desfruta ao lado da China a condição de polo preferencial de atração de investimentos [...]. (SDV65)

Seu sucessor [de FHC], **o petista Luiz Inácio Lula da Silva**, deu continuidade exemplar ao **processo de estabilização** que, hoje, possibilita ao Brasil singrar, com relativa tranquilidade, os mares tempestuosos da crise planetária (SDV57)

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua, no começo deste sétimo e penúltimo ano de governo, com **o prestígio insubmergível a marolinhas ou procelas** dos escândalos passados e da crise financeira atual. (SDV33)

o fato de a popularidade de Lula permanecer alta mesmo quando o vento sopra em contrário deve-se a uma combinação de elementos. Além de ter-se demonstrado **refratário a aventuras na condução da política econômica** e sensível às iniquidades sociais, ele soube conservar, no poder, aquele tipo de espontaneidade tão ao gosto do povo brasileiro - que, em seu carinho pelo presidente, também parece ter estendido um cordão sanitário ao seu redor, isolando-o dos malfeitos de aliados e correligionários. (SDV36)

O otimismo segue em alta em **Veja**, que não poupa palavras para definir como o país vai bem. Parte desse otimismo pode ser entendido a partir do que a revista chama ideologia, o que explica em partes a aceitação do governo Lula por **Veja**. Para a revista o movimento do governo não é ideológico, questão ultrapassada e antiquada, mas pragmático.

Nessas horas [de crise], **as ideologias precisam ser deixadas de lado** em favor da visão clara dos problemas, de seu mais exato diagnóstico e da escolha pragmática das medidas a ser tomadas. Para surpresa de muitos, **é exatamente o que está ocorrendo agora no Brasil**. (SDV12)

**Veja** puxa para o seu lado o governo Lula. Se antes o Partido dos Trabalhadores era duramente criticado (SILVA, 2005), agora seu governo é elogiado por sua visão pragmática<sup>96</sup>.

Essa construção vai ser em parte criticada por **CartaCapital**. Na SDC29 **CartaCapital** enumera rapidamente realizações do governo e o que falta para ser feito. Com uma postura mais crítica, considera que a vida dos mais pobres

---

<sup>96</sup> Essa “pragmática” quando pensada a parte como terminologia política, pode ser identificada como a realização do que Althusser (2010) chama de reprodução das relações de produção dadas, ou seja, em *Veja* a reprodução do pensamento neoliberal.

melhorou, mas não tanto quanto podia e a desigualdade seria o maior problema a ser resolvido.

Se assim for, se a potencialidade econômica se afirmar, que faltaria? Admitamos que as condições de vida dos mais pobres tenham melhorado, como afirma o presidente Lula, assim mesmo pouco na visão de **CartaCapital**. De todo modo, a questão central ainda pousa na péssima, injusta distribuição de renda. Para ser, de verdade, o País do Presente, **o Brasil precisa enfrentar seu maior problema, de cuja solução depende o êxito de um capitalismo pós-enterro do neoliberalismo.** (SDC29)

O neoliberalismo é o centro da crítica, mas a construção é de que essa vertente econômica ainda tem força no cenário político brasileiro, levando-se em consideração o próprio PT. Mais que uma crítica bem delineada, há o espaço para a ambiguidade. Seria o governo Lula um aliado para um capitalismo pós-neoliberal? Ou teria sido ele conivente com o neoliberalismo? **CartaCapital** deixa em aberto essa questão. Sobre a mesma SD, vale pontuar ser ela a que deixa mais claro que **CartaCapital** mantém suas esperanças no capitalismo, um capitalismo menos neoliberal e mais “justo”, que se identifica com o fim das desigualdades sociais.

Em **Veja** o otimismo tem seu auge quando da publicação de um editorial que acompanha a reportagem de capa da revista “O Brasil e a Crise: 10 razões para otimismo... e uma para preocupação”, na edição 2102 (04/03/2009) da revista. O editorial explica a posição da revista:

e, finalmente, a [reportagem] vencedora [para ser capa da revista], que lista, com a ajuda dos melhores economistas do país, **as razões estruturais e conjunturais que nos permitem afirmar**, mesmo correndo algum risco que **existem, sim, motivos para otimismo quanto ao desempenho da economia brasileira** em 2009. (SDV39)

**Otimismo contido**, ressalta a reportagem, **mas ainda assim reflexo realista de uma situação radicalmente melhor** do que a enfrentada pela maioria dos países em sua luta para navegar sob as intempéries da crise. (SDV40)

O editorial da edição 2122 (22/07/2009) retoma o tema e se auto congratula pelo acerto na previsão anterior.

A visão discordante da revista provocou, previsivelmente, reações que variaram do ceticismo contido à total incredulidade. Passados quatro meses, **VEJA tem a satisfação de registrar que a análise positiva da revista se mostrou plenamente justificada.** Iguualmente recompensador é verificar que também estavam corretas as evidências apontadas no texto daquela reportagem para justificar os motivos de **nossa confiança na capacidade de resistência da economia brasileira.** (SDV61)

Em **Veja** só há uma SD que mostre preocupação contida com os rumos do país, no começo de 2009. O editorial aborda uma crise interna do governo, que,

segundo a revista, ficou “à deriva” sem alguns de seus representantes, em viagem ao exterior.

Esse fenômeno [a ausência de coordenação interna do governo] tem potencial para **desestabilizar até mesmo as economias mais sadias, como, sem dúvida, é o caso da brasileira**. Toda atenção é pouca. Não é aceitável agora baixar a guarda. Seja qual for a razão alegada para isso. Um momento de desgoverno nesta hora grave pode ser fatal. (SDV32)

A crítica, como visto, é mais ao fato de o governo não seguir a linha assumida e ter “baixado a guarda”, do que ao que vem fazendo sistematicamente. Outra parte daquilo que foi definido como “função enunciativa” do editorial aparece aqui: a revista faz uma advertência ao governo e dialoga com seus representantes ao reafirmar que a economia brasileira está entre as “mais sadias”.

Já em **CartaCapital** o presidente Lula ganha destaque. A revista o trata como “negociador tenaz” diante do que chama “crise americana”.

no Brasil de hoje, sem descurar das consequências da crise americana, muitas são as questões que merecem a aplicação deste **Lula negociador tenaz**. (SDC2)

E volta a falar do presidente para dizer que o tempo “lhe deu razão” quanto a classificação feita por ele de que a crise seria uma “marolinha” e quanto ao que ele pensa para o futuro do país.

Já ensaiava o que viria pouco tempo depois, o vaticínio da “marolinha”. **O tempo deu-lhe razão, em boa parte, e hoje o leva a acentuar como a situação atual deste país** protegido pela natureza, mas conduzido por cidadãos capazes de manter “a cabeça erguida” (palavras dele) explica **o favor global** e encaminha-o para tornar-se a quinta potência econômica até 2016. (SDC27)

Diante disso, não há como a assistência não estrugir em palmas. **CartaCapital** espera que a consciência desta perspectiva tão próxima da realização empolgue a nação, a repelir a ação contrária de quem, por exemplo, gostaria de entregar o pré-sal à Shell ou à Esso. **Até parece que o Brasil do futuro está na iminência de virar o Brasil do presente**, para o bem geral, inclusive dos maus brasileiros, incapazes de enxergar as suas próprias conveniências. (SDC28)

A postura é bastante favorável ao presidente, como visto, mas há espaço ainda para uma nova retomada da crítica ao neoliberalismo ao falar do pré-sal. Apesar da dúvida representada pelo “parece”, **CartaCapital** fala de um “Brasil do presente”, mais uma demonstração de sua visão otimista do país.

Essa FP, a mais complexa desse trabalho, traz sentidos que se esbarram, circulam e tratam da crise de maneiras bem distintas. Mas, percebe-se que uma visão otimista do Brasil está presente no decorrer dos enunciados. Um otimismo que

é parecido apesar das diferenças históricas das Condições de Produção dos discursos das revistas. Esse fenômeno de concordância é o que mais chama atenção entre as FPs vistas. Se vai se partir do pressuposto de que **Veja** e **CartaCapital** estão em lados opostos em suas visões econômicas, sendo uma keynesiana e outra neoliberal, como podem ambas construir sentidos consonantes em relação às medidas de um mesmo governo?

As hipóteses de conclusão com relação a isso serão vistas em duas frentes a seguir.

#### 4.3.2. Formações Discursivas em CartaCapital e Veja

A partir do que foi visto com relações às FPs se tem um quadro que coloca **CartaCapital** e **Veja** em posições de sujeito ambíguas. Essa ambiguidade é resultado de uma construção diametralmente oposta quanto aos culpados pela crise, as formas de resolvê-la no âmbito internacional e o quanto a crise deve mudar o panorama econômico mundial, e uma aproximação de uma posição do Brasil com relação à crise, o quanto ela atinge o país e o que o governo pode e está fazendo para contorná-la.

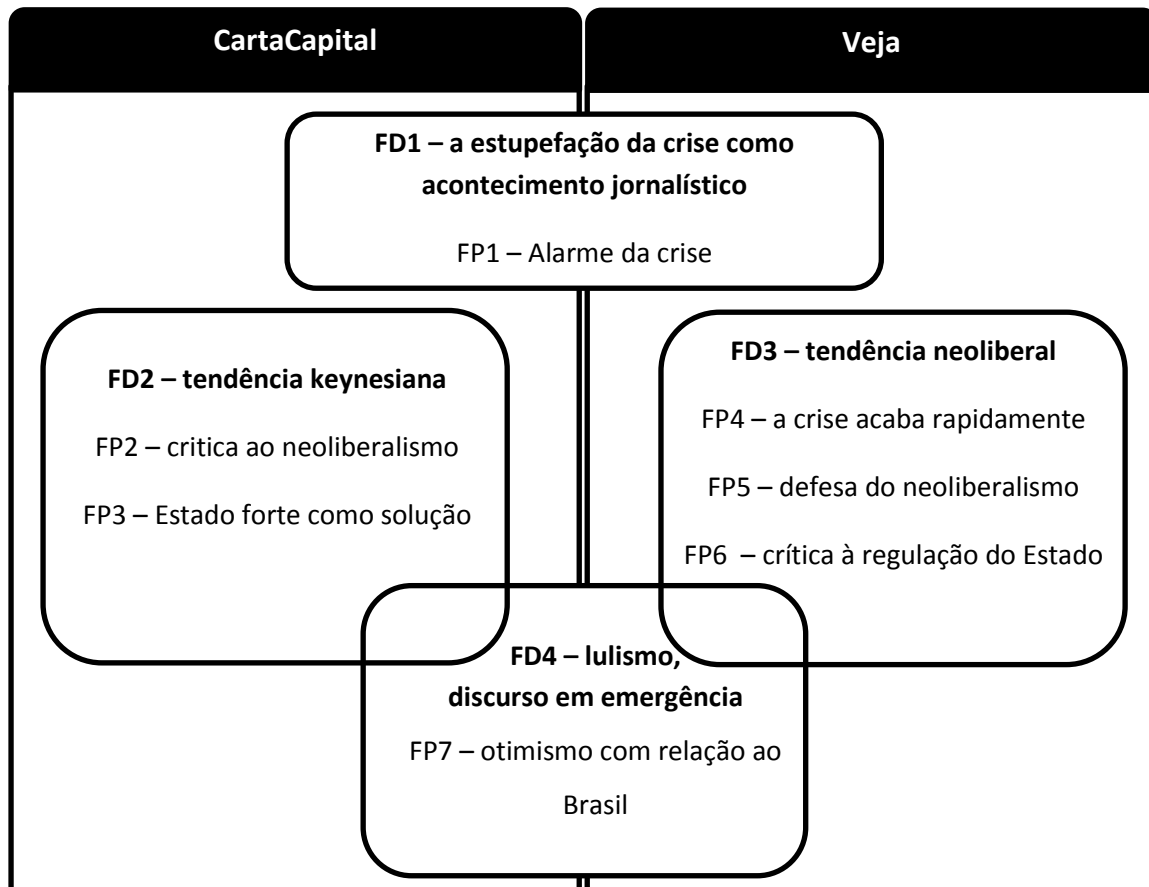
Essa posição de ambiguidade leva a uma dificuldade na definição de Formações Discursivas que dela deem conta. A escolha, aqui, será por uma compreensão que aproxime as FPs revistas de conceitos político-econômicos já apresentados e enunciados nas revistas. Em consonância com o que foi dito anteriormente definiu-se que **Veja** realizou, em sua prática discursiva, aquilo que se definiu como vertente neoliberal. Da mesma maneira, **CartaCapital** permaneceu ligada a suas Condições de Produção historicamente construídas e realizou, em sua prática discursiva, os conceitos keynesiano.

Mesmo assim, permanece a ambiguidade: uma construção neoliberal em **Veja** e uma construção keynesiana em **CartaCapital** levaram a uma disputa discursiva que apresenta de forma otimista o governo Lula em meio à crise. Daí que se dá a demonstração da fragilidade de um Lulismo como projeto acabado, ou como lista de princípios delineados. Pelo contrário, o carisma de Lula, as medidas de redistribuição de renda, uma política pragmaticamente neoliberal no governo e a não

quebra da ordem (SINGER, 2012) criam a própria atmosfera da ambiguidade. Daí o convívio de uma base aliada que vai dos liberais do Partido da República (PR) e do Partido Progressista (PP) e a centro-esquerda do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Daí o convívio dos keynesianismos e dos neoliberalismos de **CartaCapital** e **Veja**.

Portanto, as Formações Discursivas encontradas tendem a uma visão política: a FD das FPs encontradas em **CartaCapital** é a keynesiana, a FD das FPs encontradas em **Veja** é neoliberal. Já a FP7, do otimismo com relação ao Brasil, representa a FD lulista, enquanto a FP1, do alarme, é a que mais se aproxima de uma FD com características do discurso do jornalismo informativo, ao representar um discurso que tem como centro o acontecimento e, daí, os valores notícia, como resumido na Figura 04.

FIGURA 04 – FORMAÇÕES DISCURSIVAS POR REVISTA



Fonte: autor.

#### 4.3.2.1. FD 1: A estupefação da crise como acontecimento jornalístico

Para Chaparro (2008), o acontecimento é que está no centro do jornalismo e esse aspecto é da mesma forma central para se pensar a divisão de gêneros do jornalismo. Como já tratado, a divisão por gêneros do jornalismo dá uma aparência muito mais inflexível do que seria o jornalismo a partir da AD. Isso porque a divisão em gêneros passa a ideia de que os gêneros informativos são realizados sem a intermediação da linguagem, do sujeito e da ideologia e, com isso, sem a intermediação racional e humana em sua gênese. A AD defende que o ato da linguagem é por si feitos de escolhas que se realizam no plano da linguagem como processo (ORLANDI, 2008). Isso não retira de cena o acontecimento como propulsor do jornalismo e como parte de sua função enquanto instituição social. Franciscato (2005) afirma que ao jornalismo é dado a legitimidade social de reconstruir discursivamente o mundo a partir da fidelidade entre o relato jornalístico e as

ocorrências cotidianas. Essa função está no seio da atividade jornalística e o acontecimento, entendido como essa ocorrência cotidiana, é o seu cerne, seja no jornalismo informativo, seja no opinativo (relato ou comentário do acontecimento, na divisão de Chaparro (2008)). Sem o acontecimento relatado ou comentado não há jornalismo, assim como não há jornalismo sem um *ethos* que mantenha suas características enquanto campo (BERTASSO, 2013). E a AD aplicada ao jornalismo não pode ignorar essas regras e essa função específica atribuída a ele.

Daí que a FP1 se ligue a uma FD da valorização da informação e da crise como acontecimento. É nessa FP que se marcam as regras de formação (FOUCAULT, 2008) de um discurso voltado à representação de um acontecimento, nesse caso a crise, entre seu relato e seu comentário, com o editorial assumindo as características do relato e deixando para um segundo momento o posicionamento e o comentário. Por isso a divisão entre esses gêneros pareça amorfa, por não ser capaz de caracterizar dialeticamente, entre a teoria e a prática, certas regras de formação que façam de certo texto um genuíno relato ou comentário do acontecimento.

A FD1, do jornalismo enquanto focado no acontecimento e na estupefação com a crise, se liga no plano material a certa FI da qual falaremos adiante. Mas, suas regras de formação no plano abstrato (relatar, a partir de dada leitura ideológica, um acontecimento dado), não trazem em si uma Ideologia dada, já que próximo das regras que regem certo campo social, nesse caso o campo do jornalismo (BERGER, 1998). Ou seja, não se quer estabelecer aqui que dadas regras de formação do jornalismo focado no acontecimento servem unicamente a uma fonte ideológica, mas que tais formações estão abertas, por serem formadoras de um campo, para serem reformuladas e subvertidas por diferentes FIs a partir das condições de produção específicas (FUCHS e PÊCHEUX, 2010).

#### 4.3.2.2. FD 2: tendência keynesiana

As famílias parafrásticas FP2 (crítica ao neoliberalismo) e FP3 (Estado forte como solução) compõem a segunda Formação Discursiva, de tendência keynesiana, encontrada em **CartaCapital**. O discurso característico trabalha em dois sentidos diferentes, mas partem de regras de formação semelhantes que se entrecruzam:

criticar o neoliberalismo como forma de comprovar a força do *Welfare State* keynesiano, mostrar uma solução keynesiana ao criticar o neoliberalismo.

Francisco Fonseca (2005) explica que o pensamento neoliberal, idealizado nas Escolas Austríaca, de Chicago e de Virgínia, concebia uma transformação do capitalismo em direção a uma menor participação do Estado e ampliação da esfera privada. Em duas frentes: a crítica ao pensamento político-econômico hegemônico na época, o keynesianismo, e a demonstração de que as soluções estavam na liberalização da economia, na radicalização do *laissez-faire* liberal pré-crise de 1929. Assim acontece com boa parte das buscas por superação de preceitos estabelecidos, a refutação é parte da argumentação (PLANTIN, 2008) e pode, em alguns casos, mesmo superá-la, como é o caso dos primeiros textos neoliberais (FONSECA F, 2005) e do discurso de **CartaCapital**, com uma incidência da crítica ao neoliberalismo várias vezes superior à argumentação “positiva” dos méritos do keynesianismo.

Aqui, é importante pontuar, sobre o jogo discursivo que atribui tarefa importante na refutação de um ponto de vista, o que dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca:

Toda refutação - seja ela a de uma tese aceita, de um argumento do adversário, de um argumento não expresso, de uma objeção a um argumento - implica a atribuição, ao que é refutado, de certa força que convenha à aplicação útil de nosso esforço: consideraremos o que combatemos elevado o bastante para tornar a refutação importante, digna de ser levada em consideração, e isso não só com um objetivo de prestígio, mas também a fim de atrair melhor a atenção do auditório, de assegurar aos argumentos empregados uma certa força para o futuro; e o consideraremos baixo o bastante para tornar a refutação suficiente. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 553).

Ou seja, a escolha por dar força a refutação de um projeto político no jogo discursivo é a demonstração de força do argumento que se deseja combater. Por isso os neoliberais reservavam parte considerável de suas produções à injustiça que viam nos mecanismos político-econômicos postos em prática pelo keynesianismo. Por isso **CartaCapital**, em um momento até a crise favorável à aplicação das políticas neoliberais, persiste na crítica ao modelo, reservando para isso boa parte de suas construções discursivas com relação à crise.

Em consonância com a construção histórica da revista, de suas condições de produção específicas, o discurso keynesiano prevaleceu em **CartaCapital**. Como



dito, a reiteração dos enunciados que denunciavam as mazelas do neoliberalismo é parte importante de um processo de construção de um projeto político alternativo. No caso da revista, a busca por uma retomada da dominância pelo keynesianismo, seja pela própria expressão do keynesianismo pós-Segunda Guerra, seja por uma nova face deste.

Nos enunciados da revista também não faltaram a crítica ao que se chamou “socialismo real”, o que afasta **CartaCapital** de uma construção que defenda um rompimento sistemático com o capitalismo, como demonstrado na SDC26<sup>97</sup>. Pelo contrário, **CartaCapital** considera que o capitalismo ainda é a “única alternativa”, como visto na SDC29<sup>98</sup>.

#### 4.3.2.3. FD3: tendência neoliberal

Em **Veja**, a Formação Discursiva que engloba as Famílias Parafrásticas FP4, FP5 e FP6 dialoga com o neoliberalismo como projeto político refazendo um discurso em três partes: a diminuição do tamanho da crise e a visão de que ela pode ser facilmente superada; a reiteração dos valores neoliberais - que a revista categoriza liberais - como os mais avançados para a sociedade; e a crítica, independente do momento, ao Estado interventor.

Como visto em Kucinski (2007), conceder espaço demais à crise seria demonstrar que o sistema capitalista tem disfunções. Por isso, o período de alarme representado pela FP1 é caracterizado como ligado a um discurso jornalístico, que tem na credibilidade sua força e seu Capital Simbólico (BERGER, 1998). Mas, mantida a credibilidade, os discursos voltam a representar um discurso mais próximo daquele historicamente construído pela revista, de caráter neoliberal.

A FP4 representa isso ao buscar a demonstração de que a crise, depois de diagnosticada, pode ser facilmente superada. Percebe-se um movimento de volta à normalidade, representada pelos dogmas neoliberais postos em prática ao redor do

---

<sup>97</sup> “No ano passado, outubro também, o muro do neoliberalismo ruíra, quase vinte anos depois da queda de outro, o muro do socialismo real. Ambos fizeram por merecer” (SDC26).

<sup>98</sup> “[...] Para ser, de verdade, o País do Presente, o Brasil precisa enfrentar seu maior problema, de cuja solução depende o êxito de um capitalismo pós-enterro do neoliberalismo” (SDC29).

mundo. O que só é reforçado pelo fim do espaço dado à crise nos editoriais de **Veja** a partir do fim de 2009: o não-dito sobre a crise representa que ela já não tem valor por não ser acontecimento para **Veja**. Nesse caso, **Veja** opera no não-dito, no silenciamento. Sobre esse processo cabe o que Orlandi (1996b) propõe:

Aquilo que é o não-dito se instala de modos diferentes nos diferentes funcionamentos discursivos. Esses modos puderam ser observados justamente devido à função silenciadora da fala, ou seja, pela **forma como cada discurso, ao dizer, não diz exatamente o contrário mas de qualquer forma dirige o interlocutor para um outro lado**. Diríamos que o sentido está sempre no viés. Ou seja, para se compreender um discurso é importante se perguntar: o que ele não está querendo dizer ao dizer isto? Ou: o que ele não está falando, quando está falando disso? (ORLANDI, 1996b, p. 275, grifo nosso)

Esse trabalho, que abordaria os sentidos construídos entre 2008 e 2012, teve seu *corpus* diminuído pela ausência de citações à crise nem mesmo de forma indireta a partir do fim de 2009. No período posterior destaca-se entre aquilo que foi dito por **Veja** a corrida eleitoral de 2010. Não que se afirme o contrário ao silenciar a crise, mas a posição favorável de **Veja** com relação à economia, já vista na FP7, leva à questão: silenciar sobre a crise seria uma maneira de não elogiar o governo a fim de manter uma oposição mais alinhada com a oposição no campo da política? Silenciados os sentidos permanece a dúvida.

A FP5, por sua vez, reitera os valores neoliberais ao também mostrá-los naturais e inquestionáveis (a mistura entre liberdade econômica e democracia como valores inalienáveis em conjunto reforça essa condição). A reiteração desses valores, no entanto, demonstram que a revista tem lá suas preocupações com a continuidade do modelo neoliberal. A FP5 representa um ponto de equilíbrio entre a reiteração da normalidade da FP4 pela defesa dos valores neoliberais e a refutação ao Estado interventor da FP6.

A FP6, assim como a FP2, da crítica ao neoliberalismo em **CartaCapital**, se resume a refutar possibilidades de mudança. Em consonância com o discurso neoliberal, por isso a ele subordinado, a crítica à possibilidade de que o Estado possa ter maior participação na esfera econômica é acompanhado por um discurso que afixa ao aumento do Estado à diminuição das liberdades individuais.

A Formação Discursiva aqui descrita tem, portanto, regras de formação que a aproxima do discurso neoliberal e atribui fundamentalmente esse discurso como o natural, como “única alternativa”.

Se, no caso de **CartaCapital**, o capitalismo, excluindo o neoliberalismo, é naturalizado, em **Veja** é o neoliberalismo que passa por esse processo. Os discursos nas duas FDs (FD2 e FD3) têm características da classificação tipológica descrita por Orlandi (1996; 2008) como “discurso autoritário”, por tenderem à paráfrase e à irreversibilidade.

#### 4.3.2.4 FD 4: otimismo e “lulismo”

Diferente das FD2 e FD3, o discurso otimista com relação ao Brasil tem uma forma menos autoritária, aproximando-se do discurso polêmico, aquele em que há possibilidade de reversibilidade em certas condições e de polissemia controlada (ORLANDI, 1996; 2008). Isso porque essa FD apresenta características mistas, já provenientes de sentidos pré-construídos nas Condições de Produção dadas historicamente nas revistas. A polissemia, nesse caso, é parte fundante de um projeto - o lulismo - que tem características mal delineadas (SINGER, 2012; SADER, 2011; ANTUNES, 2011; BRAGA, 2012).

O discurso de otimismo com relação ao Brasil se dá na disputa de sentidos e na emergência de um novo discurso. A crise, que nas duas revistas não chega ao país, é a demonstração de que o vaticínio da revista estava correto e que o governo Lula acertou em seguir o modelo político-econômico que a revista historicamente defende. Mas se as revistas construíram discursos tão distintos nas FDs anteriores qual foi o vaticínio e o modelo seguido?

Por isso o discurso otimista das revistas foge do autoritarismo e tende à flexibilidade e polissemia: porque o modelo econômico defendido pelo governo Lula é um projeto misto, no sentido de não ser a representação de nenhum dos modelos, neoliberal ou keynesiano.

Pinto (1989) afirma que se deve levar em consideração a noção de condições de emergência de um discurso.

Um novo discurso sempre se instaura a partir dos significados criados na pluridiscursividade. Os novos sujeitos, os novos enunciados constroem-se a partir de velhos sujeitos, de velhos enunciados que criam as condições de emergência do novo. (PINTO, 1989, p. 38)

Assim, a emergência de um discurso lulista se dá na pluridiscursividade dos discursos keynesiano e neoliberal. Da mesma maneira que a prática não-discursiva do governo Lula se constrói a partir de um misto de política macroeconômica mais identificada com os preceitos neoliberais e políticas sociais mais identificadas com os preceitos keynesianos.

Pela capacidade dos sujeitos de serem sujeitos de múltiplos discursos se enfraquece a posição de poder de cada discurso e reforça a luta interpelatória entre eles (PINTO, 1989). Por isso, quando pensados como sujeitos de discursos, **CartaCapital** e **Veja** se assujeitam de maneiras diversas, ora keynesiana ou neoliberal, ora lulista enquanto discurso. Mas, acrescenta Pinto (1989), a permanência de um discurso é dada a partir de sua capacidade de transformar suas condições de emergência em condições de existência. Se o lulismo enquanto formulação político-econômica tem condições tão díspares de existência e é entendido de maneiras tão diversas quanto às citadas neste trabalho, terá o discurso lulista condições de permanecer agregando velhos discursos tão distintos?

Não se quer aqui dizer que a disputa envolva setores diametralmente opostos politicamente. O Lulismo está mais para a “terceira via” como caracterizada por Ricardo Antunes com relação ao projeto de Tony Blair e de seu partido, o *Labour Party* (ANTUNES, 2009): a substituição de princípios socialistas e reformistas por princípios da economia de mercado, “mesclando liberalismo com traços de ‘moderna’ social-democracia” (ANTUNES, 2009, p. 97).

Não por acaso, o discurso lulista encontra guarida e é visto com bons olhos por neoliberais, caso de **Veja**, e sociais-democratas keynesianos<sup>99</sup>, caso de

---

<sup>99</sup> No decorrer desse trabalho não se intitulou CartaCapital como Social-democrata. Isso se deve ao fato de CartaCapital enxergar o Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB) como inimigo ao ter sido “subjugado” pelo neoliberalismo nos anos 1990. Apenas no período pesquisado em CartaCapital (2008-2012), o PSDB é visto como neoliberal em diversas oportunidades, especialmente durante a corrida presidencial de 2010, que contrapôs a petista Dilma Rousseff, apoiada por CartaCapital, e José Serra, do PSDB. Keynesianismo e Social-Democracia não são sinônimos, mas as experiências de partidos sociais-democratas na Europa do Pós-Guerra tendiam normalmente às políticas econômicas keynesianas.

**CartaCapital.** A FP7, otimista com relação ao Brasil, realça as regras de formação da FD Lulista, enquanto demonstra também sua tendência à polissemia.

### 4.3.3. Formações Ideológicas nos Discursos de Veja e CartaCapital

No nosso entendimento, a parte mais complexa de um trabalho em Análise do Discurso está em delinear Formações Ideológicas. O caminho seguido, de baixo para cima, da superfície linguística ao objeto discursivo e, posteriormente, ao processo discursivo (ORLANDI, 2005) chega às Formações Ideológicas em um plano já bastante abstrato. Nesse cenário, as Formações Ideológicas nas quais FDs e FPs se baseiam tornam-se a possibilidade do passo em falso. Como resumir FDs diferentes em uma mesma Formação Ideológica?

A partir dessa questão é que voltamos à Althusser (2010) e Pêcheux (2010a), para auxiliarem nesse percurso. A partir desses autores é que se pode dizer que as Formações Ideológicas, como manifestações da Ideologia dominante, não existem fora de suas práticas, de seus processos, de suas dialéticas: “As ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia” (PÊCHEUX, 2010a, p. 132).

Se a ideologia é entendida na prática da prática de classes, é na compreensão da prática discursiva ideológica que se poderá compreender as Formações Ideológicas dadas.

O conceito de “posições de classe” auxilia na compreensão desse processo. As posições de classe não são dadas para fora da prática ideológica, mas dentro dela, e na forma como o desmembramento de diferentes regiões ideológicas faz com que essas regiões se subordinem e se façam desiguais (PÊCHEUX, 2010a). O mesmo que dizer que a manifestação da luta ideológica se dá a partir da forma como diferentes regiões ideológicas (a Família, Deus, o Saber) se subordinam umas às outras e, assim, auxiliam no processo de reprodução das relações de produção (ALTHUSSER, 2010). Pêcheux (2010a) afirma então que a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas que, ao mesmo tempo, possuem um *caráter regional* e comportam *posições de classe*.

É dessa maneira que baseado no conceito de Ideologia enquanto reprodução das relações de produção sempre se caminhará na direção da concepção de luta de classes marxista e de Ideologia no *assujeitamento* do

indivíduo. Mas, ao tratar de Formações Ideológicas, pode-se entrar pelo espaço da linguagem no campo da ideologia e considerá-la “mecanismo estruturante do processo de significação” (ORLANDI, 2005, p. 97) em que a história se relaciona com a língua.

Dessa maneira, as Formações Ideológicas características encontradas, manifestações da Ideologia, podem ser resumidas pela divisão das disputas de posições de classe entre **Veja** e **CartaCapital**.

A forma como regiões ideológicas se subordinam nas duas revistas se diferenciam e podem ser definidas da maneira que segue<sup>100</sup>. **Veja**, mesmo buscando posição refratária à ideologia, por ela condenada, e se autoafirmar enquanto não-ideológica, pragmática e tecnocrática, subordina à liberdade dos mercados os diversos espaços da sociedade, o Estado e suas políticas (FI1). Já **CartaCapital** tem noção de sua existência ideológica, e subordina os mercados e a liberdade econômica à busca pela igualdade e ao reformismo gradual (FI2).

Ambas procuram revestir de suas formações ideológicas o discurso lulista em emergência, que permanece entre essas duas FIs sem poder ser definido. O discurso lulista como prática ideológica não apresenta coerência na disputa de posições de classe e na subordinação de regiões ideológicas (subordina o mercado à busca pela igualdade? Ou a busca pela igualdade ao mercado?). Está, assim entendemos, numa região confortavelmente centrista<sup>101</sup>, na qual a subordinação ideológica é repetidamente redefinida.

A FD1, por sua vez, com características de defesa do campo do jornalismo, se divide nas Formações Ideológicas encontradas. Ou, melhor dizendo, as Formações Ideológicas identificam nas características da FD1 a possibilidade de interpelação do campo do jornalismo e na utilização de seu *ethos* (BERGER, 1998), o que leva ambas a terem um mesmo sistema de dispersão que dê conta dos

---

<sup>100</sup> Não se utiliza nomes próprios para defini-las, mas uma série de características. Essa escolha se deve à ideia althusseriana de que indo mais à fundo nessas FIs elas se definiriam na mesma reprodução do processo produtivo dado. Além disso, a escala de subordinação das FIs fala por si só e se mantém no plano abstrato, sem a necessidade de categorizações fechadas.

<sup>101</sup> A ideia de centrista aqui usada é adaptada daquela de Trotsky (2013) segundo a qual entre os reformistas e os revolucionários existiam os “centristas”, “que mudam constantemente de roupa e se encontram sempre em estado de transformação e oscilação: às vezes oscilam do reformismo ao comunismo, outras do comunismo ao reformismo” (TROSTKY, 2013). Longe de ser esse centrista descrito por Trotsky, o Lulismo é a transformação e a oscilação entre políticas de centro-esquerda (ex: políticas de renda mínima) e políticas de centro-direita (ex: política econômica baseada no tripé “*superávit* primário, controle da inflação e manutenção da taxa de juros”).

processos discursivos necessários para a manutenção de sua subordinação das regiões ideológicas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada repassou diversas questões que envolvem o jornalismo e o discurso. Como maneira de compreender nosso *corpus* e dar conta da análise empreendida reviu-se diversas questões teóricas nos capítulos dois e três.

A aproximação entre jornalismo e discurso, o aporte teórico-metodológico da AD, o jornalismo em revista e as revistas semanais de informação, a divisão entre jornalismo informativo e jornalismo opinativo e o editorial foram revistos como passo primordial para se abordar os sentidos construídos pelos editoriais de **CartaCapital** e **Veja** sobre a crise financeira.

Foi a partir dessas temáticas revistas que se tornaram possíveis algumas conclusões quanto ao caráter do discurso no jornalismo e o discurso especificamente nos editoriais. Ali já se prospectava que a cisão entre jornalismo informativo e jornalismo opinativo, ou do relato do acontecimento e do comentário do acontecimento, não era mais que uma defesa do *ethos* jornalístico como pensado atualmente. Também procurou-se estabelecer o que foi chamado “função enunciativa do editorial em revista”, caracterizado como aquilo pelo qual o editorial ainda permanece nas revistas semanais de informação e sua finalidade enquanto diálogo com os governos e instituições públicas.

No capítulo três a discussão enveredou por outro caminho. Compreender a forma de organização do jornalismo como instituição hoje, o jornalismo econômico e como ele é afetado por essa organização e pela economia, e descrever o que se considera importante para a compreensão da crise e de seus precedentes econômicos – especialmente os paradigmas keynesiano, neoliberal e lulista, de suma importância para identificação dos discursos analisados.

Ali se estabeleceu algumas das questões depois revisadas nos editoriais. A construção que se realiza no jornalismo econômico, depois de revista, apareceu na análise afetando discursos dos editoriais. Daí se pode considerar como hipótese que o jornalismo econômico seja mais que uma seção de um jornal, revista, etc., mas compreende e afeta a cobertura dos fatos da economia nos diversos segmentos que compõem o jornalismo, sejam editoriais, seções de política, cotidiano, etc. Já as



questões sobre o keynesianismo, neoliberalismo e lulismo deram suporte analítico, visto que sem essas categorias a compreensão dos editoriais se tornaria limitada.

O capítulo quatro iniciou com acréscimos teórico-metodológicos dos conceitos das Condições de Produção e das Paráfrases, o que levou a uma revisão das Condições de Produção historicamente construídas por **CartaCapital** e **Veja**. Foram essas condições que levaram ao entendimento de que as revistas se fundamentam em princípios keynesianos (**CartaCapital**) e neoliberais (**Veja**), o que, pensando nas contribuições da AD na relação entre discurso e história, foram fundamentais para a compreensão dos editoriais. Por fim, a análise empírica realizada se valeu do método das Famílias Parafrásticas, baseado na ideia da repetição e da paráfrase, para chegar a algumas conclusões sobre as Formações Discursivas e Formações Ideológicas presentes nas revistas.

Assim, os sentidos identificados em sete FPs compuseram quatro FDs, do alarme e da centralidade do acontecimento crise como imbuído de valor jornalístico (FD1), da tendência keynesiana em **CartaCapital** (FD2), da tendência neoliberal em **Veja** (FD3), e do lulismo como discurso em emergência (FD4). Dessa divisão as FIs, pensadas a partir da maneira como subordinam regiões e posições ideológicas, levaram a um processo que divide as revistas nesse processo de subordinação - **CartaCapital** subordina os mercados à busca pela igualdade; **Veja** subordina questões sociais à liberdade dos mercados - e colocam o lulismo como discurso em meio à interpelações de ambas Formações Ideológicas consideradas. A FD1, por sua vez, foi considerada como um sistema de dispersão semelhante existente em ambas FIs.

No que concerne aos nossos objetivos de pesquisa – geral, compreender quais os sentidos construídos pelos editoriais de cada revista em relação à crise financeira por meio da AD; específicos, analisar o editorial como forma do fazer jornalístico a partir da divisão de gêneros do jornalismo e da abordagem teórico-metodológica da AD; compreender o que representam **Veja** e **CartaCapital** dentro do escopo de revistas; rever questões econômicas como os pensamentos econômicos dominantes nas últimas décadas, as condições que levaram à crise, como ela se desenrolou e como isso afeta o jornalismo – consideram-se cumpridos, por terem sido tratados e revistos no interior do trabalho de forma clara e objetiva. A

pertinência dos objetivos específicos desencadeou o cumprimento do objetivo geral, já que não só os sentidos construídos pelos editoriais de **CartaCapital** e **Veja** foram identificados, como chegou-se à instância ideológica que os reveste.

A hipótese de trabalho inicial – de que os sentidos colocados em jogo pelas duas revistas disputam entre si a posição do Brasil e do governo brasileiro durante a crise e que, mesmo partindo de Formações Ideológicas opostos, veem com otimismo a posição do país em meio à crise – foi comprovada, com os sentidos revistos nas SDs analisadas e nas FPs encontradas, caracterizou a oposição entre **CartaCapital** e **Veja** e colocou-as a disputar a posição do Brasil em meio à crise.

O discurso em emergência lulista caracteriza contribuição ao campo ao se pensar a disputa ideológica e discursiva que ocorre hoje no Brasil. Nossa pesquisa indica que o lulismo ideológico e discursivo, assim como sua realização político-econômica, não é, como certas vezes se quer crer<sup>102</sup>, a ausência de polarização política ou sua “desideologização”. Também não é um projeto que emerge de uma fração de classes antes não representada<sup>103</sup>. O lulismo, pelo menos no que tange às disputas discursivas aqui apresentadas, é a demonstração máxima do “ornitorrinco” de que fala Francisco de Oliveira (2013), ou seja, uma construção que se dá pela desigualdade, pela dependência externa e por diversas características que fazem do Brasil um país com uma identidade ao mesmo tempo complexa e estranha.

É nesse contexto complexo e estranho que emerge o lulismo, forma político-econômica sem identidade bem definida e que, por isso, permanece em disputa, a ser subjugado à esta ou aquela Formação Ideológica. Essa disputa, é claro, tem limites. Assim como parece ter limites o próprio lulismo “semiautônomo”, como demonstram as grandes manifestações de junho de 2013 no Brasil<sup>104</sup>, demonstração de esgotamento dessa via não identificada claramente com um projeto político-econômico.

---

<sup>102</sup> Singer (2012) aponta algumas pesquisas que consideram o lulismo, e a eleição de Lula em 2006, a demonstração do fim de princípios ideológicos no voto da população. Ver p. 70-74

<sup>103</sup> Como considera Singer (2012) com relação ao subproletariado.

<sup>104</sup> Sobre as manifestações de junho, ver Harvey, Maricato, Žižek, Mike Davis, et al. (2013)

Da diversidade das questões concluídas acima, novos caminhos surgem para novas possibilidades de pesquisa. Aprofundar o trato do que seja o jornalismo econômico e como ele afeta os discursos do jornalismo, rever as ideias desse jornalismo em outros veículos e outros segmentos do jornalismo, compreender as manifestações de junho e como foram representadas discursivamente, aprofundar as questões que envolvam a construção do editorial e sua função enunciativa, em especial em como afeta o jornalismo informativo com vistas à pensar o jornalismo a partir de um novo *ethos* em que essa divisão por gênero seja repensada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A Indústria Cultural: o Esclarecimento como Mistificação das Massas. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 113-156.

AFONSO, J. R. **Política fiscal no Brasil no contexto da crise**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ALI, F. A arte de editar revistas. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2009.

ALMEIDA, M. N. S. **A natureza das crises no neoliberalismo sob hegemonia norte-americana**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. São Paulo: Graal, 2010.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDERSON, P. A Pátria Americana. **Piauí**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 85, p. 72-79, out. 2013.

ANTUNES, R. O Brasil da Era Lula. In: **Margem Esquerda**, n. 16, p. 23-28. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAKHTIN, M. Os Gêneros do Discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da Criação Verbal**. 6 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M (Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

BARBA, F G. **Impactos da crise de 2007-2008 nos mercados de capitais latino-americanos**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

BARONAS, R. L. Formação Discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA, P. (Orgs.). **Foucault e os Domínios da Linguagem**: Discurso, Poder, Subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 45-62.

BARREIROS, B. E.; AMOROSO, D. Jornalismo estrábico: Veja e CartaCapital na cobertura do escândalo do mensalão. In: **Perspectivas de la Comunicación**, v. 1, n. 1, p.120-131, Temuco (Chile), 2008.

BARRETO, E. **A contabilidade a valor justo e a crise financeira mundial.**

Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BASILE, S. **Elementos de Jornalismo Econômico.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BAPTISTA, I. C. Q; ABREU, K. C. K. A História das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. In: **BOCC**, 2010. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf> >. Acesso em 12 maio 2013.

BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo.** Porto Alegre: Sulina – ARI, 1980.

BENETTI, M. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em Jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2007. p. 107-122.

BENETTI, M. Revista e jornalismo: conceitos e peculiaridades. In: TAVARES, F. M. B.; SCHWABB, R (Orgs). **A revista e seu jornalismo.** Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44-57.

BENJAMIN, W. A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 165-196.

BERGER, C. **Campos em confronto:** a terra e o texto. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

BERTASSO, D. **Jornalismo de revista e ethos discursivo:** as imagens de si nas capas e nos editoriais de Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital. Projeto de Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda:** razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995.

BOFF, F. Muito além do editorial: a revista e suas opiniões. In: TAVARES, F. M. B.; SCHWABB, R (Orgs). **A revista e seu jornalismo.** Porto Alegre: Penso, 2013. p. 189-202.

BOURDIEU, P. **A Distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, Porto Alegre Zouk. 2007.

BRAGA, R. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia populista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAID, L. H. C. **A crise financeira de 2008 e seus impactos nos setores da economia brasileira:** uma abordagem por regressões quantílicas e teoria de

portfólio. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. Ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da macroeconomia clássica à keynesiana. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. **EC-MACRO-L-1968 (E-73)**. São Paulo: [s.e], 1976.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1967**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BRITO, A. F. Um estudo sobre empresas de capital aberto brasileiras e norte-americanas do setor de construção civil nos período ex-ant e ex-post a crise subprime. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

CALDAS, S. **Jornalismo Econômico**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CALLINICOS, A. Decifrando a crise global. In: **Margem Esquerda**, n. 16, p. 23-28. São Paulo: Boitempo, 2011.

CANO, W. America Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 287-326.

CARACHESTI, B.O.; ABREU, E.M. Representações da Crise Econômica pelas revistas Veja e Carta Capital. **Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**, v. 1, n. 1, p. 51 - 76, Belém, 2008.

CARTA, M. A febre do Ouro. **CartaCapital**, 11 mar. 2011. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/economia/a-febre-do-ouro/>>. Acesso em 19 out. 2013.

CARTA, M. A peculiaridade brasileira. **CartaCapital**, 08 fev. 2013. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-peculiaridade-brasileira>>. Acesso em 19 out. 2013.

CARTA, M. Dilma e o destino. **CartaCapital**, 04 jan. 2013. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-e-o-destino>>. Acesso em 19 out. 2013.

CARTA, M. É uma reflexão. **CartaCapital**, 06 mar. 2013. Disponível em <[www.cartacapital.com.br/sociedade/e-uma-reflexao/](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/e-uma-reflexao/)>. Acesso em 19 out. 2013.

CARVALHO, C. É culpa do “neoliberalismo”? **Instituto Millenium**, 20 nov. 2008. Disponível em <<http://www.imil.org.br/artigos/e-culpa-do-%E2%80%9Cneoliberalismo%E2%80%9D/>>. Acesso em 18 set. 2013.

CARVALHO, F. J. C. Keynes, a instabilidade do capitalismo e a teoria dos ciclos econômicos. In: **Pesq. Plan. Econ.** n. 18, p. 741-764. Rio de Janeiro, 1988.

CHALABY, J. O Jornalismo como invenção anglo-americana Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). In: **Media & Jornalismo**. n.3, p. 29-50. [s.l.], 2003.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar** – travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos. São Paulo: Summus, 2008.

CHAPARRO, M. C. Porrete da adjetivação deforma jornalismo. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, n. 736, março, 2013. Disponível em: < [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed736\\_porrete\\_da\\_adjetivacao\\_deforma\\_jornalismo](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed736_porrete_da_adjetivacao_deforma_jornalismo)>. Acesso em: 21 maio 2013.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CIVITA, R. Carta do Editor. **Veja**, São Paulo, ano 1, n. 1, p.20-21, maio, 1968.

CIVITA, R. Eterno Perguntador. [2009]. São Paulo: **Negócios da Comunicação**.

COGGIOLA, O. “A grande maioria da esquerda foi comprada, aderiu ou fez negócio”. [2012]. Santa Maria: **Revista o Viés**. Entrevista concedida a Bibiano Girard, João Victor Moura, Nathália Costa e Tiago Miotto.

CONFISCO no Chipre pode chegar a 60%. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, abril, 2013. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,confisco-no-chipre-pode-chegar-a-60-,1015481,0.htm>>. Acesso em: 06 abril 2013.

CONTI, M. S. **Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

COSTA, L. M.; CUNHA, K. M.; VELLOSO, B. L. A COP-15 e o Discurso dos Jornais Brasileiros: quem afinal pode falar sobre a Amazônia? In: VI Encontro Nacional da Anppas, 2012, Belém. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Anppas, 2012, Disponível em: < <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT8-560-232-20120619122058.pdf>> Acesso em: 12 out 2013.

COURTINE, J. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

DANTAS E SILVA, N. A. **O Jornalismo político sob o aspecto ético: escândalo do Senado, de 2009, nas revistas Carta Capital e Veja**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

DINES, A. O papel do jornal e a profissão de jornalista. São Paulo: Summus, 1974. DOSSIÊ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL: Crise Bancária, o roubo do século. São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil, n. 08, 2012. Disponível em: <[http://www.diplomatique.org.br/edicoes\\_especiais\\_det.php?id=8](http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_det.php?id=8)>. Acesso em: 08 jun. 2013.

DOWBOR, L. A rede do poder corporativo mundial. **Dossiê Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, ano 2, n. 10, jul., 2012. Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2990&tipo=acervo>>. Acesso em: 12 jun 2013.

FONSECA, F. **O Consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

FONSECA, V. **O jornalismo no conglomerado de mídia**: reestruturação produtiva sob o capitalismo. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANCISCATO, C. **A Fabricação do Presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão (SE): Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

FRANZONI, S. **A função enunciativa do ombudsman da Folha de S. Paulo**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FREDDO, D. **Bancos, inovações financeiras e a autoridade monetária nos Estados Unidos**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. [s.l]: [s.e], 2013.

FRIEDMAN, M.; PINERA, J.; CASTRO, S.; KAISER, A.; BELLOLIO, J.; SOTO, A [orgs]. **Un legado de libertad**: Milton Friedman en Chile. [s.l]: Inst. Democracia y Mercado/Atlas Economic Research Found./Fund. para el progreso, 2012.

FUCHS, M. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação?. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 8, p. 129 – 134, Campinas, 1985.

FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2010. cap 4, p. 163-252.

FUKUYAMA, F. The End of History. In: **The National Interest**, [s.l], 1989.

GALVÃO, A. O neoliberalismo na perspectiva marxista. In: GALVÃO, A; BOITO JR., A; LOUREIRO, I; TRÓPIA, P. (orgs.). **Crítica Marxista**, n.27, p. 149-156. São Paulo, 2008.

GARRIDO, B. S. **A Construção da Opinião nos Editoriais do Jornal Bom Dia Bauru**: uma abordagem discursiva. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011.



GOMES, I. **As três imagens de Lula:** os posicionamentos das revistas Carta Capital, Primeira Leitura e Veja nas eleições para presidente em 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Metodista, São Paulo, 2007.

GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F A. **Subprime:** os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil. Belo Horizonte: [s.e], 2011.

GRESPLAN, J. **O negativo do capital:** o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRUPO ABRIL. **Institucional.** Disponível em <<http://www.grupoabril.com.br/institucional/historia.shtml>> Acesso em: 13 de maio de 2013.

Grupo de Trabajo de CLACSO. **Declaración del Grupo de Trabajo de CLACSO:** Economía Mundial, Corporaciones Transnacionales y Economías Nacionales. In: GAMBINA, Julio (org). **La crisis capitalista y sus alternativas:** una mirada desde América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO, 2010, p. 15-20.

GRUPO FOLHA. **Manual da redação:** Folha de S. Paulo. 16 ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism.** Nova Iorque: Oxford, 2007.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D.; MARICATO, E.; ZIZEK, S; DAVIS, M (et al.). **Cidades Rebeldes:** passé livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY et al. **Occupy.** São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

HISSA, C. S. **Crise Econômica e Acesso ao Crédito.** Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Fortaleza, Fortaleza, 2012.

HÜLSMANN, J. G. Mises contra os neoliberais – as origens desse termo e seus defensores. **Instituto Mises Brasil**, 03 mar. 2011. Disponível em <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=920>>. Acesso em 18 set. 2013.

HUNTINGTON, S. P. **O choque das civilizações** e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

INSTITUTO MILLENIUM. **Quem Somos.** Disponível em <<http://www.imil.org.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

JACOBINI, M. L. P.; PINHEIRO, A. A construção da memória do desenvolvimento socioeconômico nas revistas carta capital e Veja - Um estudo comparativo entre as Revistas Veja e Carta Capital. In: VII LUSOCOM, 2009, Lisboa. **Anais eletrônicos...** [s.l.]: Lusocom, 2009. Disponível em: <<http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/115/90>>. Acesso em: 10 mar 2013.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2006.

KLIMAN, A. **The failure of Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession**. [S.l.]: PlutoPress, 20--?

KUCINSKY, B. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: EdUSP, 1996.

LAURINDO, R. **Jornalismo em três dimensões: singular, particular e universal**. Blumenau: Edifurb, 2008.

LODI, A. L. G. **O papel dos bancos públicos do Brasil e da Índia no contexto da crise econômica mundial**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LIMA, C. A. F. et al. A primeira teoria da Comunicação genuinamente brasileira: o legado de Luiz Beltrão. In: V ALCAR, Porto Alegre, 2007. **Anais eletrônicos...** ALCAR, [s.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/5o-encontro-2007-1/A%20primeira%20teoria%20da%20Comunicacao.pdf>>. Acesso em: 12 jan 2013.

LO, A. W.; MACKINLAY, A. C. Stock Market prices do not follow random walks: evidence from a simple specification test. In: **The Review of Financial Studies**, V. 1, N.1 p. 41-66. Oxford: 1988.

MACHADO, Marcia Benetti. O jornalismo como gênero discursivo. In: **Galáxia**, v.8, n. 15, São Paulo, 2008.

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico**. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 10, 2001. **Anais...** GT de Jornalismo. Brasília: Compós.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1978.

MANDEL, E. **Late Capitalism**. Londres: NLB, 1976.

MARCONDES FILHO, C. **O Capital da Notícia: o jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARIANI, B. **O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro/Campinas: Revan/UNICAMP, 1998.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo: gêneros informativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARQUES DE MELO, J. Jornalismo, jornalistas: quem tem medo de crise?. In: **Revista de C. Humanas**, v. 12, n. 1, p. 9 – 13, Viçosa, 2012.

MARQUES, W. **Mensalão e crise política: a construção do sujeito nas inscrições enunciativas da revista Veja ao significarem o Partido dos Trabalhadores**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

MARTINS FILHO, E. L. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo**. 3 ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MARX, K. **O Capital**. Lv 1, Tomo 1. 30 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/FAPESP, 2001.

MIGUEL, P.; LIMA DA ROCHA, J.; ROCHA, R. **40 anos da morte de “Che”: Uma análise das reportagens publicadas em Veja e CartaCapital**. In: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2008, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2008. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0083-1.pdf>>. Acesso em: 12 mar 2013.

MONTANER, C. A. O que é o liberalismo?. **Instituto Millenium**, 06 fev. 2013. Disponível em <<http://www.imil.org.br/artigos/o-que-liberalismo/>>. Acesso em 18 set. 2013.

NAVARRO, P. Discurso e Mídia: Elementos do método arqueológico para Análise da Produção discursiva da identidade. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. **Discurso Midiático: sentidos de memória e arquivo**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008. p. 225-246.

NEVEU, E. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

NOGUEIRA, G. G. **O desempenho das exportações em economias emergentes selecionadas (2000-2010): considerações sobre os impactos recentes da crise financeira internacional**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

OLIVEIRA, F. O avesso do avesso. In: **Piauí**, Rio de Janeiro, out. 2009. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-37/tribuna-livre/o-avesso-do-avesso>>. Acesso em 19 out. 2013.

OLIVEIRA, F. O ornitorrinco. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/142990817/Francisco-de-Oliveira-O-Ornitorrinco>>. Acesso em 20 out. 2013.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: **Piauí**, Rio de Janeiro, jan. 2007. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-4/tribuna-livre/hegemonia-as-avessas>>. Acesso em 19 out. 2013.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. 2. Ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. Tipologias do Discurso e regras conversacionais. In: ORLANDI, E. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. 4. Ed. Campinas: Pontes, 1996a. p. 263-276.

ORLANDI, E. A fala de muitos gumes (as formas do silêncio) In: ORLANDI, E. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. 4. Ed. Campinas: Pontes, 1996b. p. 263-276.

PAULANI, L. O governo lula é alternativa ao neoliberalismo?. In: Paulani, L. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica**. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 67-72.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2010a.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2010b. p. 59-158.

PEREIRA, I.M. **Debate Público E Opinião Da Imprensa Sobre A Política De Cotas Raciais Nas Universidades Públicas Brasileiras**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PEREIRA, M. S. **A Necessidade De Reestruturação Do Sistema Monetário Internacional No Pós Crise Financeira Internacional**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PEREIRA, R. Uma história de Veja, reflexões de um dia de aniversário. **Veja**, São Paulo, set., 1972.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIB DO BRASIL FECHA 2009 com retração de 0,2%, a primeira queda anual em 17 anos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, março, 2010. Disponível em <<http://>

economia.estadao.com.br/noticias/economia,pib-do-brasil-fecha-2009-com-retracao-de-02-a-primeira-queda-anual-em-17-anos,8580,0.htm>. Acesso em: 16 set. 2013.

PICHELLI, K. R.; PEDRO, M; CARVALHO, M. A. O discurso de formação da opinião pública: análise dos editoriais sobre as denúncias do “Mensalão” nas revistas Veja e Carta Capital. In: **UNIRRevista**, v. 1, n. 3, p. 1-11, [s.l.], 2006.

PINTO, C. R. J. **Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney**: ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec. 1989.

PLANTIN, C. **A Argumentação**: História, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POSEN, A. S. Why Central Banks Should Not Burst Bubbles. In: **Internacional Finance**. N.9, v. 1, p. 109-124. Oxford, 2006.

PUBLICAÇÕES – Revista de Ciências Humanas da UFV faz chamada de artigos sobre crise. **Portal Intercom**, São Paulo, 2010. Disponível em < [http://www.portalintercom.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1004:publicacoes-revista-de-ciencias-humanas-da-ufv-faz-chamada-de-artigos-sobre-crise&catid=170:ano-6-no-167-14-de-setembro-de-2010](http://www.portalintercom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1004:publicacoes-revista-de-ciencias-humanas-da-ufv-faz-chamada-de-artigos-sobre-crise&catid=170:ano-6-no-167-14-de-setembro-de-2010)> Acesso em: 01 abril 2013.

REGINATO, G. D. **Em busca da Complexa Simplicidade**: o consumo no discurso jornalístico da revista Vida Simples. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

REZENDE, R; GUERRA, J. Apropriação da “Verdade” Como Discurso no Jornalismo: Os Usos Políticos da Veja e Carta Capital na Campanha Presidencial de 2010. In: XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0105-1.pdf>>. Acesso em: 18 de maio 2013.

ROBERTO CIVITA RECEBE O PRÊMIO... **Portal Comunique-se**, 26 mar. 2009. Disponível em <http://www.iee.com.br/noticias/2009/03/>. Acesso em 18 set. 2013.

SADER, E. Neoliberalismo *versus* pós-neoliberalismo: a disputa estratégica contemporânea. In: **Margem Esquerda**, n. 16, p. 23-28. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, E. M. **A Revista Veja E A Construção Da Realidade Dos Evangelicos No Brasil**: Uma Análise Do Discurso. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Metodista, São Paulo, 2010.

SANTOS, S. F. **Dizeres sobre corrupção na mídia impressa brasileira**: uma leitura discursiva. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, C. E. L. Revistas semanais de informação consolidam sua posição no mercado. **Crítica da Informação**, São Paulo, ano 1, n. 1, p.26-30, abril, 1983. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PCRINSP041983001.pdf>>. Acesso em: 15 abril 2013.

SILVA, G. T. F. **As Crises Financeiras Mundiais de 1929 e 2008**: uma análise comparativa a partir da abordagem pós-keynesiana. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, P. R. **Origem e desenvolvimento do Sistema Financeiro Internacional**: do Padrão Ouro à Crise de 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

SILVA, S. S. **O Percorso Sócio-Histórico De Uma Tradição Discursiva**: Da Carta Ao Editorial. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

SOUSA, J. P. **Elementos de Jornalismo Impresso**. Porto: BOCC, 2001. Disponível em: <<http://chile.unisinios.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 12 abril 2013.

SOUSA, J. P. **Uma história breve do jornalismo no ocidente**. [s.l.]: BOCC, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2013.

SOUSA, M. O. M. de. **A Crise Norte Americana Do Subprime**: Medindo O Contágio Para Os Brics. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOUZA, L. F. **A Crise Financeira de 2008**: uma interpretação teórica heterodoxa. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

STARKMAN, D. E eu com isso?. **Revista de Jornalismo da ESPM**. Ano 1, n. 1, p. 24-32. abr/jun 2012.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo (volume I)**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TROTSKY, L. O que é o centrismo?. **Arquivo Marxista**. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/05/28.htm>>. Acesso em 13 nov. 2013.

VAL, H. S. **Invasão ao Iraque**: um estudo das coberturas das revistas Veja e CartaCapital. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

VARESI, G. A. Crisis mundial, modelo de acumulación y lucha de clases em la Argentina actual. In: ALVAREZ, J. (org.). **La crisis capitalista mundial y America Latina: lecturas de economía política**. Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. 145-158.

VIDAL, T. L. **Crises Financeiras, efeito contágio ou interdependência entre os países**: evidências utilizando uma abordagem multivariada. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VILAS BOAS, S. **O Estilo em Magazine**: o texto em revista. São Paulo: Summus, 1996.

VILLALTA, D. O Surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2002. Disponível em < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/300ea43da98da19f6977caba6d17d8cd.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

VOIGT, J.K. **Deslizes No Discurso Jornalístico Veja E Os Efeitos De Sentido Sobre A Educação Nacional**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

WARDE, I. Como se nada tivesse acontecido. In: **Dossiê Le Monde Diplomatique Brasil**, n. 08, p. 71-76. São Paulo, 2011.

WESCHENFELDER, A. **Aos Leitores**: as estratégias de autorreferencialidade no editorial de Veja. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

ZIZEK, S. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

## Apêndice A – Sequências Discursivas em CartaCapital

nº SDV	Edição	Sequência Discursiva	FP
01	516	[a crise] desnuda a falácia da religião do deus mercado	2
02	516	no Brasil de hoje, sem descurar das consequências da crise americana, muitas são as questões que merecem a aplicação deste Lula negociador tenaz	7
03	516	rui o cassino global criado pelo neoliberalismo, a bem da compreensão de que o dinheiro tem o valor do puro ar se não for alicerçado pela produção, em proveito do desenvolvimento e da distribuição da riqueza	2
04	516	1989. a festa sobre os escombros do Muro. Hoje, o clima em Wall Street e nas bolsas de todo o mundo é outro	2
05	518	gostaria que os tempos fossem bem menos propícios para os especuladores do que para os economistas. convém escolher com cuidado os vilões. creio que a lista tenha que começar pelos grandes sacerdotes da religião do deus mercado.	2
06	518	Há os vigários e há quem caiu em seu conto. A crise pune os crédulos com ferocidade. Sabemos de antemão que muitos entre os vendedores de fumaça sairão incólumes da monumental enrascada. Como indivíduos, ao menos. E assim caminha a humanidade. Resta o fato, contudo: mais um muro ruiu. O outro muro. Wall em língua inglesa, idioma do império.	1 e 2
07	518	Quando o Muro de Berlim caiu debaixo das picaretas libertadoras, há 19 anos, proclamou-se o fracasso do chamado socialismo real. Agora cai o wall nova-iorquino e se busca, em desespero, a reestruturação de um Estado forte depois da ola global das privatizações. Quem fracassa no caso? No mínimo, o capitalismo neoliberal.	2 e 3
08	518	Na queda de Berlim, soçobra a URSS. E na queda de Nova York? O império de Tio Sam, descalço, exhibe os pés de argila. Dezenove anos atrás não faltou quem, enquanto esfregava as mãos de puro contentamento, decretasse o fim das ideologias, como se não houvesse mais espaço para as idéias.	2
09	518	E agora, que dizer? Que o neoliberalismo foi jogada do acaso, despida do apoio de qualquer idéia? Se for assim, concluiremos que resultou de uma soberba insensatez. O que, de alguma forma, faz algum sentido. O monstro criado virou-se contra os criadores. Talvez não passassem de aprendizes de mágico: conhecem o abracadabra desencadeador, mas não sabem pôr fim à magia desastrosa.	2
10	518	Falemos do pretense fim da ideologia. Quem sustenta mostra seus limites. Gostaria de dizer, porém, que antes ainda da idéia vem a ética. É por aí que se abre a chance de sair da selva e escapar às suas leis. É possível o ser ético em um mundo que acentua as desigualdades? Ou aceitar a miséria, a doença, a fome, a degradação humana como coisas da vida?	2
11	518	Cada qual faça suas escolhas ideológicas. Para ficar no campo da economia política, que seja marxista, keynesiano, schumpeteriano etc. etc., desde que o propósito não se limite à garantia da liberdade e busque a igualdade sem o temor do anátema dos donos do poder, que o pretenderá subversivo, terrorista, comunista e por aí afora.	2
12	518	A liberdade sem igualdade tem valor escasso e limites escancarados. Quando, no caso do endeusamento do mercado, não se torna, automaticamente, fator decisivo da desigualdade. Em detrimento do gênero humano em peso. A lição nunca foi tão atual.	2



13	519	o presidente Lula diz que na vida do brasileiro a crise é constante. A crise financeira desaba sobre o mundo, mas nós aqui, abaixo do Equador, conhecemos o assunto, ao menos na sua acepção mais vasta, desde sempre.	1
14	519	Lula enxerga na crise mundial uma oportunidade importantíssima para os países emergentes, capacitados a forçar o definitivo funeral do neoliberalismo que em pouco mais de três décadas conseguiu exasperar a desigualdade, aprofundar o abismo entre ricos demais e pobres além da conta, precipitar a degradação de inteiros países	2
15	519	quanto a Obama, creio, e espero, que se trate de alguém afinado com as raízes autênticas do Partido Democrata, afirmadas exatamente depois da crise de 1929	3
16	532	E 2009 promete ser bem pior do que pretendiam os economistas do governo	1
17	539	em pleno festival eleitoral, pois a despeito da crise gravíssima e de tantas incertezas já estamos entregues a expectativa do pleito de 2010	1
18	551	ao contrário dos EUA, o Velho Mundo age na contramão da lógica depois do fracasso do neoliberalismo. Espanto: na Itália de Berlusconi não é assim.	2
19	551	pergunta desafiadora: por que a Europa votou à direita nas recentíssimas eleições para o Parlamento da UE quando parece lógico o caminho oposto depois do fracasso do chamado neoliberalismo, a precipitar a maior crise econômica desde 1929?	2
20	551	A queda do Muro de Berlim, há vinte anos, estimulou a crença de que as velhas ideologias estão mortas. A queda, do muro de Wall Street teria de demolir outra crença (outra ideologia, sejamos claros) na irremediável supremacia do mercado.	2
21	551	Mais ainda, do dinheiro sem lastro. Em ouro, ou em produção e serviços.	2
22	551	Nos Estados Unidos, a crise levou ao poder Barack Obama, embora com a inestimável colaboração de Bush júnior e sua Guerra do Iraque. Por que na Europa não soou a hora da esquerda reformista?	3
23	551	O sociólogo francês Marc Lazar apresenta sua teoria: "Esta crise é diferente de outras. Existe o medo do desemprego e da desigualdade, mas, ao mesmo tempo, a maioria ainda acredita na economia de mercado, além de ter permanecido substancialmente individualista. Acredita poder agir por conta própria, porque a ação coletiva não dá dividendos, não é atraente".	2
24	557	sim, circunstâncias inéditas felizmente. E a primeira delas é a crise econômica mundial, em cuja moldura se enquadra a compra de 800 bilhões de dívida americana pelo governo chinês. Último lance, a aquisição de 30 bilhões em maio passado. confirma-se a dependência de Washington, mas também a interdependência: Pequim aposta no dólar, contra a bancarrota mundial. De qual, de resto, ninguém escaparia, de Leste Oeste."	3
25	557	o reconhecimento de que o destino da humanidade depende de um acordo básico entre as duas potências mais representativas dos dois mundos sobre os interesses comuns, desde a política ambiental até as regras a serem tomadas para controlar o mercado, o emprego das fontes de energia, a proteção contra os riscos de proliferação das armas nucleares, a defesa contra a ameaça terrorista.	3
26	569	No ano passado, outubro também, o muro do neoliberalismo ruína, quase vinte anos depois da queda de outro, o muro do socialismo real. Ambos fizeram por merecer.	2
27	569	Já ensaiava o que viria pouco tempo depois, o vaticínio da "marolinha". O tempo deu-lhe razão, em boa parte, e hoje o leva a	7

		acentuar como a situação atual deste país protegido pela natureza mas conduzido por cidadãos capazes de manter "a cabeça erguida" (palavras dele) explica o favor global e encaminha-o para tornar-se a quinta potência econômica até 2016.	
28	569	Diante disso, não há como a assistência não estrugir em palmas. CartaCapital espera que a consciência desta perspectiva tão próxima da realização empolgue a nação, a repelir a ação contrária de quem, por exemplo, gostaria de entregar o pré-sal à Shell ou à Esso. Até parece que o Brasil do futuro está na iminência de virar o Brasil do presente, para o bem geral, inclusive dos maus brasileiros, incapazes de enxergar as suas próprias conveniências.	7
29	569	Se assim for, se a potencialidade econômica se afirmar, que faltaria? Admitamos que as condições de vida dos mais pobres tenham melhorado, como afirma o presidente Lula, assim mesmo pouco na visão de CartaCapital. De todo modo, a questão central ainda pousa na péssima, injusta distribuição de renda. Para ser, de verdade, o País do Presente, o Brasil precisa enfrentar seu maior problema, de cuja solução depende o êxito de um capitalismo pós-enterro do neoliberalismo.	7
30	576	eis aí, a desfilar diante dos nossos olhos, a encenação de Copenhague, onde se verifica que, a bem dos países ricos, é melhor salvar bancos do que florestas. Também no caso, cabe ficar boquiabertos? Em nome da globalização, o neoliberalismo globalizou as discrepâncias planetárias, acentuou as diferenças, fortaleceu o poder dos chamados "grandes".	2

## Apêndice B – Sequências Discursivas em Veja

nº SDV	Edição	Sequência Discursiva	FP
01	2078	As manchetes de jornal da semana passada informavam que a crise financeira se aprofundou no mundo e que o PIB brasileiro cresceu 6,1% no segundo trimestre deste ano. Coisa rara ver essas duas notícias juntas, uma negativa vinda de fora e outra muito positiva gerada aqui dentro. Como explicar esse descasamento? Não é sorte, nem Deus é brasileiro	7
02	2078	As manchetes de sinal trocado da semana passada são resultado de trabalho e de decisões corretas tomadas por pessoas, empresas e governos no Brasil nos últimos catorze anos	7
03	2078	A relativa imunidade atual do Brasil à epidemia de pessimismo, desconfiança e fuga para a segurança do capital volátil no mundo é um evento extraordinário. O Brasil que pegava pneumonia a cada gripe dos centros financeiros mundiais não existe mais	7
04	2078	Continua ilusório pensar que somos uma ilha de tranquilidade cercada pelo mar de procela, mas é forçoso reconhecer que construímos defesas mais fortes do que as que tivemos no passado	7
05	2078	Com o controle da inflação, as políticas sociais do governo e a oferta de crédito, tiramos da pobreza mais de 20 milhões de pessoas, fortalecendo o mercado interno, esse clássico amortecedor de crises externas	7
06	2080	foram reservadas vinte páginas à crise que está redesenhando o sistema financeiro. No pacote de reportagens que explicam com didatismo o que ocorre nos Estados Unidos e no mundo	1
07	2081	["agora as emendas continuam sendo a esperança de aprofundar a modernização da Carta de 88 no que ela ainda tem de prejudicial ao desenvolvimento e ao avanço social de todos os brasileiros.]	6
08	2081	Em momentos de crise externa gravíssima como a que vivemos, essas emendas e as reformas que elas podem proporcionar deixam de ser apenas necessárias para se tornar urgentes	1
09	2083	"em meio aos furacões financeiro e eleitoral das últimas semanas no Brasil e no mundo, não se pode deixar de prestar atenção a um assunto	1
10	2084	renata betti foi saber como a maior fabricante de telefones celulares do mundo se prepara para o choque do futuro - e não é o das bolsas	1
11	2085	[uma guerra externa popular é a melhor receita para unificar um país. A história tem incontáveis exemplos dessa máxima.] O Brasil, com uma Constituição que proíbe as guerras de conquista e uma têmpera avessa ao confronto armado, tem na crise financeira e na recessão econômica que dela pode se originar, se não a chance, a obrigação de se unir para fazer uma guerra contra os efeitos adversos de uma possível estagnação.	7
12	2085	Nessas horas, as ideologias precisam ser deixadas de lado em favor da visão clara dos problemas, de seu mais exato diagnóstico e da escolha pragmática das medidas a ser tomadas. Para surpresa de muitos, é exatamente o que está ocorrendo agora no Brasil	7
13	2085	portanto, para ficarmos nos rótulos, Mantega é estatista e Meirelles, neoliberal. a crise atual terá prestado um grande serviço se	5

		contribuir para que tais rótulos sejam tornados obsoletos, como estão sendo, por meio de medidas sensatas e pragmáticas.	
14	2085	As repercussões do acordo firmado na semana passada entre o Banco Central do Brasil e o Fed, o banco central americano, para repasse de 30 bilhões de dólares em caso de necessidade também se desviaram da mesmice do passado recente	7
15	2085	isso tudo é sinal do entendimento de que o Brasil está inserido na economia mundial de modo tão intenso que hoje somos parte tanto dos problemas quanto das soluções	7
16	2090	a crise econômica que ruge lá fora com ecos aqui dentro é séria, vai exigir sacrifícios de todos em 2009 e manda a prudência que as pessoas, as empresas e os governos se preparem para minimizar seus efeitos. [Mas entre as medidas preventivas não precisa estar o sofrimento antecipado. Não é o caso nem a hora de fazer bravata...]	1
17	2090	está-se dando como certo que tudo dará errado no próximo ano. No entanto, são muitas as razões, se não para otimismo, pelo menos para um saudável realismo.	4
18	2090	Primeiro, se os analistas foram tímidos em prever as dimensões do desastre financeiro que de Wall Street se espalhou pelo mundo, muitos deles podem agora estar tentando compensar a falha inicial com previsões ainda mais sombrias do que aquelas que os dados desenham.	4
19	2090	Segundo, nunca houve na história econômica uma reação anticrise tão vigorosa, rápida, global e coordenada como a que está em curso no mundo ocidental neste momento.	4
20	2090	Terceiro, a toda desaceleração da economia se segue um período de recuperação - desta vez não será diferente.	4
21	2090	Quarto, e mais relevante, os países emergentes, entre eles em especial o Brasil, têm ainda a chance de ser os últimos a sofrer fortemente os efeitos da crise e os primeiros a sair dela.	7
22	2090	Uma reportagem desta edição de VEJA mostra que o dinamismo da economia brasileira, as medidas adequadas tomadas pelo governo até agora e o espírito empreendedor do empresário brasileiro estão se combinando de maneira inédita para tentar espantar a crise.	7
23	2090	A despeito das demissões anunciadas e de outras previstas, boa parte das grandes empresas está mantendo seus planos de investimento para 2009."	7
24	2090	"Cerutti adiantou que avançam normalmente os planos de abrir uma nova fábrica no Brasil em 2009. existe exemplo melhor de que é inútil sofrer antes da hora?"	7
25	2091	"na quarta feira, a decisiva cartada do governo contra a crise, materializada por um plano que, de maneira inédita, cortou gastos oficiais e diminuiu impostos, ganhou o privilégio de ser capa".	7
26	2093	"[ao relato dos fatos de 2008, a equipe de VEJA agregou oito artigos encomendados a algumas das melhores cabeças do Brasil e do mundo.] Os autores foram desafiados a explicar a débâcle da economia mundial e os passos para sua reconstrução em 2009.	1
27	2093	[O artigo de fundo foi escrito por Niall Ferguson, da Universidade Harvard.] Ele se destacou neste ano por ter feito a mais completa reflexão sobre a crise financeira, explicando-a à luz da história. Ferguson aponta, com a simplicidade dos sábios, que a prosperidade do mundo não pode depender apenas do consumo e do endividamento sem limite dos americanos.	5
28	2093	O futuro, sustenta Ferguson, tem de ser construído pela criação de tecnologias de alta produtividade e sua ampla distribuição pelo	4

		<p>mondo. [Quando a Terra completar mais uma translação no fim de 2009, esperamos estar celebrando esse futuro]"</p>	
29	2097	<p>Os efeitos da crise externa no campo em 2009 são preocupantes. [Se a eles se somar o prometido recrudescimento das invasões os objetivos deletérios do MST podem ser atingidos. É do maior interesse de todos os brasileiros que a ousadia e a impunidade do MST tenha um fim imediato]"</p>	1
30	2098	<p>O quadro é alarmante se tomado como um teste da prontidão do governo brasileiro para enfrentar com rapidez e acerto os desafios propostos pela atual crise financeira mundial.</p>	1
31	2098	<p>Está-se diante de um sorvedouro de riqueza de causas complexas, abrangência profunda, diagnóstico confuso e tratamento desconhecido. É uma falha sistêmica cuja virulência se avoluma a cada dia.</p>	1
32	2098	<p>Esse fenômeno tem potencial para desestabilizar até mesmo as economias mais sadias, como, sem dúvida, é o caso da brasileira. Toda atenção é pouca. Não é aceitável agora baixar a guarda. Seja qual for a razão alegada para isso. Um momento de desgoverno nesta hora grave pode ser fatal.</p>	7
33	2099	<p>"o presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua, no começo deste sétimo e penúltimo ano de governo, com o prestígio insubmergível a marolinhas ou procelas dos escândalos passados e da crise financeira atual."</p>	7
34	2099	<p>"Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a aprovação ao presidente não é resultado da anestesia dos cidadãos em relação ao momento difícil que o país atravessa em consequência da crise planetária.</p>	1
35	2099	<p>A mesma pesquisa, como mostra a reportagem publicada na página 59 desta edição de VEJA, revela que os brasileiros já começam a sentir efeitos negativos no dia-a-dia, com influência sobre suas expectativas, francamente menos otimistas, quanto ao desempenho da economia neste ano."</p>	1
36	2099	<p>"o fato de a popularidade de Lula permanecer alta mesmo quando o vento sopra em contrário deve-se a uma combinação de elementos. Além de ter-se demonstrado refratário a aventuras na condução da política econômica e sensível às iniquidades sociais, ele soube conservar, no poder, aquele tipo de espontaneidade tão ao gosto do povo brasileiro - que, em seu carinho pelo presidente, também parece ter estendido um cordão sanitário ao seu redor, isolando-o dos malfeitos de aliados e correligionários."</p>	7
37	2099	<p>"Colocado a serviço dos enormes desafios que a crise mundial nos propõe atualmente, o imenso crédito de simpatia angariado pelo presidente pode ajudar a administrar os remédios, quase sempre amargos, necessários ao aprimoramento do governo e do arcabouço tributário, trabalhista e jurídico do país."</p>	7
38	2102	<p>"'o exemplo' É como Pelé, o rei do futebol. quer ser lembrado. Ele estrela uma edição rica em assuntos como as cotas, a corrupção e com uma capa ousadamente otimista a respeito da economia brasileira na crise mundial (legenda da foto)"</p>	7
39	2102	<p>"e, finalmente, a vencedora, que lista, com a ajuda dos melhores economistas do país, as razões estruturais e conjunturais que nos permitem afirmar, mesmo correndo algum risco que existem, sim, motivos para otimismo quanto ao desempenho da economia brasileira em 2009.</p>	7
40	2102	<p>Otimismo contido, ressalta a reportagem, mas ainda assim reflexo realista de uma situação radicalmente melhor do que a enfrentada pela maioria dos países em sua luta para navegar sob as intempéries da crise."</p>	7
41	2105	<p>"desde o estouro da bolha americana, em setembro do ano passado, e a feroz crise financeira mundial que se seguiu, uma questão</p>	5

		anda cada vez mais presente na cabeça das pessoas: afinal, a iniciativa privada e seu modo de produção, o capitalismo, baseado na perseguição individualista da riqueza, são o mal do mundo?	
42	2105	Quatro matérias da presente edição - duas reportagens, a entrevista das Páginas Amarelas com Gordon Brown, primeiro-ministro da Inglaterra, e a coluna do economista Maílson da Nóbrega - abordam essa perplexidade e, cada uma a sua maneira, dão a ela respostas realistas e satisfatórias.	4
43	2105	Brown diz com sabedoria que "os mercados devem ser livres, mas não livres dos valores éticos". Maílson lembra que toda a discussão atual visa a restituir a função essencial do capitalismo, "que é direcionar os recursos da sociedade aos fins mais produtivos".	5
44	2105	Uma reportagem da editoria de Economia trata da indignação geral com o pagamento de bônus milionários por parte de empresas falimentares dos Estados Unidos salvas com dinheiro público. O texto discute se a "santidade dos contratos", um dos pilares da economia de mercado, deve prevalecer sobre a ética do senso comum, que, agravada nesse caso, exige a punição dos executivos com a suspensão de seus prêmios em dinheiro, mesmo que isso lhes tenha sido garantido contratualmente antes da eclosão da crise.	5
45	2105	A outra reportagem foi feita com base em uma pesquisa do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) com membros das elites econômica, política e intelectual de países sul-americanos. Os números da pesquisa indicam que, ao contrário do que ocorre na maioria dos vizinhos, empresários e autoridades no Brasil tendem a convergir para a ideia de que a economia funciona melhor quando os governos regulam os mercados, mas é um desastre quando pretendem substituí-los"	6
46	2108	"com os governos despejando trilhões de dólares na economia dos países em crise na tentativa de evitar uma recessão global, o momento atual é péssimo para pregar as virtudes do liberalismo, como a mínima intervenção do estado na economia, a diminuição dos gastos de custeio e o enxugamento das máquinas burocráticas estatais.	5
47	2108	Se a hora não é boa, isso não significa que as ideias liberais sejam ruins. Afinal, é forçoso reconhecer que a aplicação delas em escala planetária na década de 90 foi a fonte da imensa prosperidade que tirou da miséria centenas de milhões de seres humanos no Brasil, na China e na Índia.	5
48	2108	Desafiar a circunstância imprópria para enaltecer o liberalismo não foi o único mérito da 22a edição do Fórum da Liberdade, realizada em Porto Alegre na semana passada pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE).	5
49	2108	O fórum serviu sobretudo para reafirmar a noção de que valores liberais como a democracia, a liberdade econômica e de imprensa formam justamente a única plataforma possível para a restauração da prosperidade mundial".	5
50	2108	"A ideia de que a liberdade, nesse caso na economia, é fundamental mas não suficiente é abordada também pelo famoso cientista político americano Francis Fukuyama nas Páginas Amarelas de VEJA. Ele diz que o estado mínimo é uma experiência fracassada mas que o liberalismo não pode ser culpado pela crise, e sim a passividade que levou à "máxima desregulamentação dos mecanismos financeiros e à crença de que os mercados iriam se ajustar automaticamente a qualquer situação".	5
51	2108	Em resumo, confundir a liberdade com a falta de regulação dos mercados e com o desengajamento nas causas pelas quais vale a pena lutar é o meio mais fácil de perdê-la."	6

52	2111	"Lauro Jardim e o fotógrafo Anderson Schneider foram à China com a missão de ver como a potência asiática estava reagindo aos rigores da crise econômica mundial. [...] Durante duas semanas ele viajou pelo país e viu empresas antes pujantes com as portas fechadas e pátios vazios,	1
53	2111	mas, de modo geral, notou que continuam inabaláveis o espírito empreendedor e a confiança nos rumos ditados pelo governo em Pequim.	4
54	2111	Com base no que viu e ouviu de especialistas, Lauro Jardim sugere na reportagem que a China vai emergir da crise ainda mais confiante e consciente de seu novo papel no mundo. Diz ele: 'A grande diferença nestes três anos é a mudança de atitude dos chineses em relação ao exterior. Eles perderam a aura de humildade. Estão mais afirmativos, em especial quando apontam as fragilidades de seu grande parceiro, os Estados Unidos'	4
55	2111	O repórter Duda Teixeira e o fotógrafo Gilberto Tadday chegaram ao México também com o objetivo de entender como o país mais próximo do buraco negro da recessão dos Estados Unidos estava conseguindo manter sua economia funcionando."	1
56	2114	Há um consenso entre os economistas de que está diminuindo a velocidade com que a economia real piora. Tanto que já se enxerga o fundo do poço da crise global. Nas Páginas Amarelas desta edição, a economista venezuelana Carlota Pérez, da Universidade Cambridge, convida a uma visão de mais longo prazo e assegura que uma "era de ouro" espera o mundo, depois de vencida a atual borrasca. Segundo ela, graças aos avanços tecnológicos e de informação digital, poderemos viver um novo, mais amplo e mais durável período de bonança - do qual o Brasil tem condições de usufruir os maiores benefícios. Não deixa de ser uma surpresa. Neste caso auspiciosa."	4
57	2120	"Seu sucessor, o petista Luiz Inácio Lula da Silva, deu continuidade exemplar ao processo de estabilização que, hoje, possibilita ao Brasil singrar, com relativa tranquilidade, os mares tempestuosos da crise planetária"	7
58	2122	"A capa de VEJA de março passado parecia risonha demais para a gravidade da crise, mas a visão da revista mostrou-se correta (legenda)"	4
59	2122	"na sua edição de 4 de março deste ano, VEJA ofereceu aos leitores uma reportagem de capa em que listava dez razões para otimismo em relação à crise econômica mundial e suas consequências sobre o Brasil.	7
60	2122	Estava então entrando no seu sexto mês o encalacrimento econômico planetário iniciado com o estouro da bolha imobiliária americana e a quebra de tradicionais bancos de investimento em Wall Street. As ondas de choque da crise causavam estragos na poupança, no patrimônio e nos investimentos de países, empresas e bilhões de pessoas em todos os continentes.	1
61	2122	A visão discordante da revista provocou, previsivelmente, reações que variaram do ceticismo contido à total incredulidade. Passados quatro meses, VEJA tem a satisfação de registrar que a análise positiva da revista se mostrou plenamente justificada. Igualmente recompensador é verificar que também estavam corretas as evidências apontadas no texto daquela reportagem para justificar os motivos de nossa confiança na capacidade de resistência da economia brasileira.	7
62	2122	O alto volume de reservas em dólares, um sistema bancário saneado e competente, a ausência de bolhas de crédito, tudo isso se combinou com a inabalável opção democrática e a estabilidade na política econômica para afastar o Brasil do vórtice provocado pelo caos planetário.	7

63	2122	Como mostra uma reportagem desta edição, essas mesmas forças positivas estão atuando agora na fase de recuperação acelerada da economia brasileira. Os dados são convincentes. O Brasil criou 300 000 empregos no primeiro semestre, os bancos cobram o menor juro para empréstimos pessoais desde 2007. A Bovespa recuperou a maior parte de seu valor pré-crise e a indústria automobilística pode terminar o ano com crescimento de 6,4%, depois de fechar o melhor junho de sua história.	7
64	2122	Os sinais vindos de fora também são animadores. O FMI, o banco central e o Tesouro americanos fazem eco a alguns dos mais tarimbados economistas ao garantir que a recessão nos Estados Unidos acaba até o fim do ano. Com eles concorda até Nouriel Roubini, economista de Nova York que, por ter espalhado o pânico no auge da crise, se celebrou com o apelido de "Dr. Apocalipse". Acertar na mosca é bom. Acertar prevendo o melhor cenário, como fez VEJA, é melhor ainda.	4
65	2129	"Nos últimos quinze anos o Brasil vem avançando rapidamente. Agora, enquanto o mundo ainda convalesce da crise, o país colhe os resultados de seus esforços e desfruta ao lado da China a condição de polo preferencial de atração de investimentos. Sinais animadores estão por toda parte. A bolsa valoriza-se mais do que suas congêneres, a economia real sofreu menos do que se previa e projeta crescimento de 4% para 2010. [...]"	7
66	2129	Nas altas esferas do poder, confunde-se propositalmente a correta condução da política econômica que aliviou os impactos da crise mundial sobre o Brasil com a ampliação do papel do estado na economia e no controle da vida dos brasileiros.	6



## Editorial 1 Mino Carta

# Tudo como dantes

Cinquenta e seis anos depois, o debate sobre o destino do pré-sal retorna aos temas da época do “petróleo é nosso”

**“O** QUE TEMOS em mente é apenas resistir em nossa previsão de que o aproveitamento de nossas prováveis riquezas petrolíferas à custa de capital, técnicas e trabalho exclusivamente brasileiros redundará num desperdício de muito dinheiro e de tempo irrecuperável. Tal perspectiva parece-nos mais trágica quando consideramos a escassez de capitais, de que a economia nacional se ressentiu...” Etc. etc. Volto ao *Estadão*, porta-bandeira da imprensa nativa, e a um dos seus editoriais.

Memoráveis, está claro. Este tanto mais memorável. Vem do respeito pela memória do pai de um amigo dotado de dons premonitórios. Trata-se de uma passagem do editorial de 6 de outubro de 1953, publicado ao cabo da campanha “O petróleo é nosso”, quando o então presidente Getúlio Vargas, desta vez democraticamente eleito, convocava o Congresso a aprovar a lei de criação da Petrobras.

O amigo entregou-me o fac-símile da página fatídica, em que, há 56 anos, fulgurava o anátema: “E todo este desenvolvimento pernicioso continuará, com tendência a se agravar, mercê da sanção da lei relativa à Petrobrás”. O editorial de 8 de outubro de 1953, que também tenho debaixo dos olhos, não deixava por menos. Afirmava a impossibilidade de esperança em relação a resultados positivos e explicava a aprovação da lei “menos pela ignorância do que pela sujeição do Executivo e do Legislativo à demagogia e a argumentos eleicoeiros”.

**Decorreu mais de meio século**, e a atualidade dos textos acima é assombrosa. Cabe outro adjetivo? Quem sabe espantosa. Quem sabe infinitamente dolorosa para quem há mais de meio século desejava, e imaginava, para o Brasil um futuro bem melhor do que

### Petrobras e Volta Redonda

Elogiando a lei que criou a “Petrobras”, o sr. presidente da República salientou que a nova empresa “resulta de uma firme política nacionalista, no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos em cuja viabilidade sempre confiei. Quando

**Espanto.** Este editorial do *Estadão* de 6 de outubro de 1953 poderia ter sido escrito hoje, palavra por palavra

E todo esse desenvolvimento pernicioso continuará, com tendência a se agravar, mercê da sanção da lei relativa à “Petrobras”. Isso ato, ao invés de constituir motivo de júbilo, significa um passo a mais para o beco sem saída, em que se acha a nossa economia.

o nosso presente. Ou não seria revoltante?

A Editora Nova Fronteira remeteu-me um livro intitulado *Dicionário Lula*, de autoria de Ali Kamel, senhor de notável poder nas Organizações Globo. O conteúdo é fácil de intuir, fala de um presidente “exposto por suas próprias palavras”. Abro ao acaso. Colho o raciocínio seguinte: o Brasil é o que é porque havia de ser, e sua elite não tem culpa em cartório. E de quem seriam então as responsabilidades? Da natureza que foi tão dadivosa conosco e nos brindou até com o pré-sal? Já Lula, na visão de um Kamel, é algo assim como castigo de Deus. Para compensar, talvez, a

generosidade divina em outros domínios.

Certo é que a Petrobras, trunfo brasileiro, conseguiu na presidência do ex-metalúrgico escapar à tentativa entreguista perpetrada no governo de Fernando Henrique Cardoso e hoje dá um passo adiante na sua afirmação como uma das maiores empresas do mundo, a despeito das aspirações de quem gostaria de vê-la controlada pelo capital multinacional.

Em entrevista publicada por *CartaCapital* na primeira edição de agosto, Wilson Santarosa, diretor de Comunicação da Petrobras, foi ao ponto. “Se sabemos da existência deste óleo no pré-sal”, disse, “por que o governo precisa fazer leilões de exploração? Isso pertence à União, ao Brasil, ao povo. Não precisamos distribuir para as grandes multinacionais.”

**Referia-se, inclusive**, à CPI montada pela oposição e sustentada pela mídia contra a empresa e denunciava os “interesses multinacionais” em desestabilizá-la. “Alvejar a Petrobras”, acentuava, “é uma forma de enfraquecê-la e diminuir a sua influência na discussão.” É assustador que, depois de colher as provas da excelência do desenvolvimento iniciado no começo dos anos 50, os argumentos brandidos de um lado e de outro sejam os mesmos. De nada adiantou que o Brasil tenha traído a previsão dos editoriais para tornar-se autossuficiente na produção de petróleo e representar agora uma espécie de reserva amazônica de combustível para o mundo todo.

E na quarta 2 de setembro de 2009 no seu primeiro editorial o *Estadão* alegava, em proveito da iluminação dos seus leitores, a profunda diferença entre patriotismo e nacionalismo. A favor dos patriotas, se bem entendi. De minha parte, não me canso de evocar o doutor Samuel Johnson. Há mais de dois séculos, advertia: “A pátria é o último refúgio dos canalhas”. ●

## Editorial 2 Mino Carta

# De volta à lei e à razão? O caso Battisti chega ao desfecho e o STF tem a oportunidade de repor as coisas no lugar devido

**S**ABEREMOS NESTA semana entrante o destino de um condenado por quatro homicídios pela Justiça italiana, o ex-terrorista Cesare Battisti, a quem, foragido no Brasil e no momento preso em Brasília, o ministro Tarso Genro concedeu refúgio. O caso chega agora ao Supremo Tribunal Federal, ao qual cabe referendar ou não a singular decisão ministerial. E, quem sabe, restabelecer a supremacia da lei e da razão.

A questão já foi amplamente debatida, mas, às vésperas da decisão final, vale evocar alguns dos seus aspectos. A ficar claro que o ministro da Justiça, de uma pena só, conseguiu ignorar as leis brasileiras e internacionais, e afrontar o Estado italiano. No que respeita às leis, aqui está assentado que a concessão de asilo político é da exclusiva competência do STF. Já o refúgio só teria justificativa se, extraditado, Battisti viesse a sofrer no seu país gravíssimos riscos físicos, de morte até.

O ministro Genro decide: refúgio. Onde, atribui ao Estado italiano a incapacidade de garantir a segurança dos seus presos. Começa aí um festival de ignorância que figuraria com honra no Febeap do saudoso Stanislaw Ponte Preta. Complicada demais, se não impossível, se tornou a tentativa de provar a diferença entre Estado e governo, este contingente, aquele permanente. Não menos árdua a compreensão de outra diferença: entre o regime presidencialista, em vigor no Brasil, e o parlamentarista, o italiano.

Mais inviável ainda o entendimento de que as Brigadas Vermelhas, ou mesmo o bando brancalão ao qual se filiou Battisti, estão do lado oposto, digamos, dos guerrilheiros do Araguaia. Estes lutavam até o extremo sacrifício contra a ditadura e pela conquista da democracia, aque-

les cometiam atrocidades com o intuito de desestabilizar o Estado Democrático de Direito estabelecido na Itália desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

**Não é por acaso que a** causa de Battisti, pálida, embora feroz, figura de criminoso comum arvorado a herói revolucionário, conte com o patrocínio de uma escritora francesa de romances policiais, de uma vocação reprimida de juiz de futebol, o senador Suplicy, de professores de direito que desconhecem a história recente da Itália, e de um advogado, Luiz Eduardo Greenhalgh, que se dispõe a defender ao mesmo tempo um ex-terrorista e aquele Daniel Dantas, fornecedor de

dossiês falsos à inefável *Veja* sobre in-existentis contas de variadas autoridades brasileiras em paraísos fiscais, entre elas o próprio presidente da República.

Cito Luiz Sérgio Henriques, editor do site Gramsci e o Brasil, ensaísta, tradutor, esquerdista de pura fé, coisa rara nas nossas paragens. Em um artigo publicado na revista *Política Democrática* em março passado, Henriques escreve que Battisti é criatura de um momento muito conturbado e que “gente como ele cometeu crimes contra pessoas comuns e, simultaneamente, contra a democracia e contra o Estado de Direito”. E acrescenta: “A democracia italiana defendeu-se deste assalto violento sem se desviar do regime constitucional. A atitude do PCI, então hegemônico entre as forças de esquerda, foi decisiva para que se isolassem e derrotassem os setores subversivos, atitude de uma força de esquerda madura e responsável”.

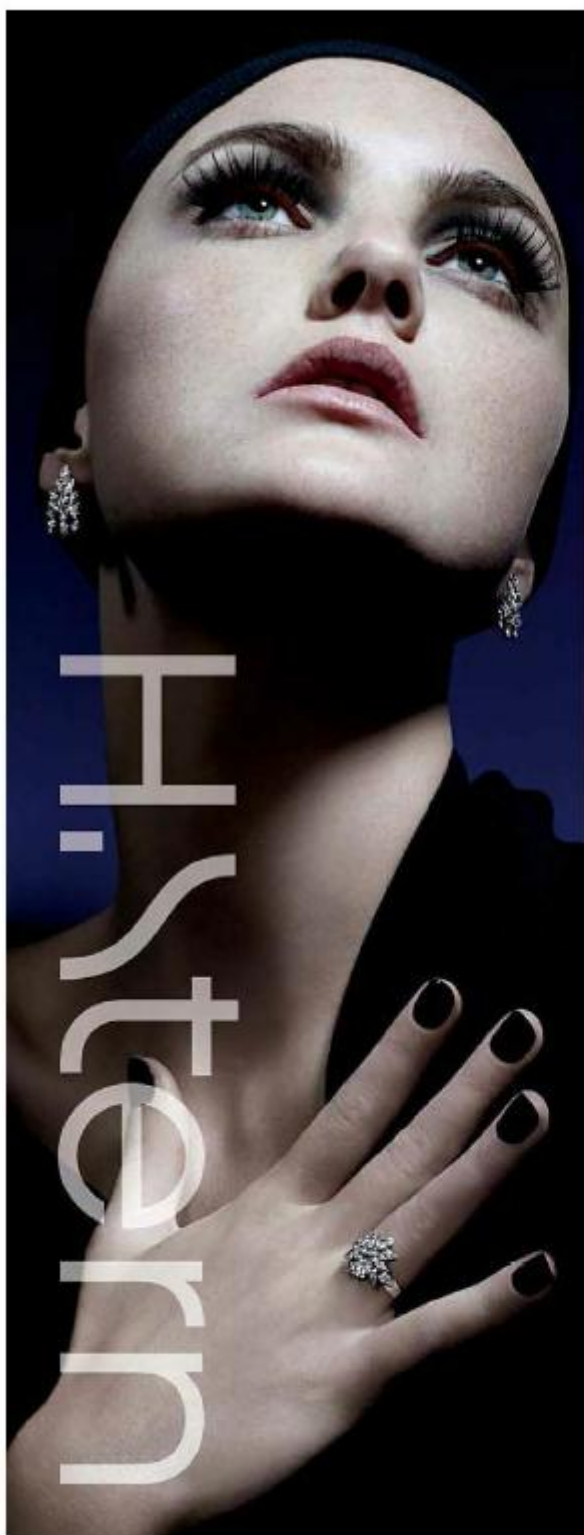
Pergunto aos meus perplexos botões quais seriam os motivos que levaram Tarso Genro a dar refúgio a Battisti. Seria apenas e tão somente prestar favor ao companheiro Greenhalgh?



RAFAEL NEDERMEYER/AE

**O companheiro.** Será que Tarso quis fazer um favor ao advogado de Dantas e de Battisti?

**P.S.** A ANJ, Associação Nacional de Jornais, celebra 30 anos de vida com um anúncio de página dupla que também gostaria de ver aqui publicado, grátis et amore Dei. Diz o anúncio que “nos últimos 30 anos (...) os jornais foram os olhos e os ouvidos de milhões de pessoas”. Mais: “O cidadão teve acesso a informações preciosas que se tornaram o que mais interessa numa democracia: opinião”. Talvez o anúncio aluda, entre outras façanhas, à divulgação dos dossiês falsos a que me referi acima. De todo modo, CartaCapital sabe que esta nossa imprensa só expõe mesmo a opinião dos patrões, sempre unidos para deixar as coisas como estão para ver como ficam. O anúncio da ANJ não cabe em CartaCapital. ●



## Carta ao Leitor

### O fenômeno Obama

**V**EJA dedica 23 páginas desta edição ao fenômeno político de massa e de opinião pública que se formou nos 21 meses transcorridos entre o lançamento da candidatura de Barack Obama à Casa Branca e sua eleição na semana passada. Sob pena de muitos se decepcionarem com a realidade que se imporá depois que o novo presidente começar a governar, é vital não se deixar levar pelo “Oba-obanismo”, a corrente popular de simpatia e esperança que por ora envolve as pessoas de forma calorosa e pouco racional. A chegada de Obama ao poder não vai tirar dos Estados Unidos o peso específico de potência militar e econômica nem arrefecer a rispidez ocasional decorrente dessa responsabilidade. Pensando nisso, as reportagens da revista procuram enxergar com clareza entre as brumas da euforia, contextualizando o impacto efetivo da vitória de Obama sobre a crise econômica, a sociedade americana, sobre o Brasil e o mundo.

Desde sua fundação por mentes estelares há 232 anos, os Estados Unidos perseguem como objetivo nacional a liderança planetária. Alcançaram-na no século XX, quando por cinco vezes — nas I e II Guerras Mundiais, no Plano Marshall, na Guerra Fria e no conflito dos Balcãs nos anos 90 — seus “soldados-cidadãos” abandonaram suas casas para salvar do desastre militar, econômico, político e humanitário povos de regiões distantes, em especial da Europa, o berço de sua



A segregação racial *Bebedores separados no sul dos EUA nos anos 50 e um negro na Casa Branca agora: sublimação*

cultura e da maioria de seus antepassados. Em troca, os Estados Unidos receberam o apreço e o elogio supremo da imitação, mas também a ingratidão, o temor e o ódio.

Agora, no alvorecer do século XXI, com a eleição de Obama os Estados Unidos oferecem o espetáculo de sua própria sublimação. No espaço de pouco mais de uma geração, o país foi superando o racismo surdo e a segregação racial legalizada em alguns estados, processo que culminou com a aceitação eufórica de um negro no comando supremo da nação. Barack Hussein Obama tem nome, biografia política e história familiar que há algum tempo assustariam qualquer eleitor americano. Na semana passada, 64 milhões de americanos votaram nele. Aos olhos do mundo, esse triunfo sinaliza a reconquista pelos Estados Unidos da autoridade moral baseada na igualdade de oportunidades para todos, pedra fundamental da experiência verdadeiramente revolucionária inaugurada por Thomas Jefferson, John Adams e Benjamin Franklin na Filadélfia em 1776.

**H. Stern**

coleção FLORAL

CAROL TRENTINI com anel, par de brincos e colar de ouro branco 18K com diamantes

VE 0835 | ©H. Stern 2003 | 0800-227442 | www.hstern.com.br